



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS – DCH - CAMPUS IV / JACOBINA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - PPGED**

JESIANE DA LUZ OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESPAÇO
ESCOLAR**

Jacobina – BA
2023

JESIANE DA LUZ OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESPAÇO
ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação e Diversidade (MPED), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração Cultura Escolar, Docência e Diversidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Souza Pinho

Jacobina -BA
2023

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário:
João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

Oliveira, Jesiane da Luz.
O48e Educação em sexualidade: enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar / Jesiane da Luz Oliveira.

Jacobina – BA

129 f.

Dissertação (conclusão do curso de pós-graduação Strictu Senso / Programa de pós-graduação em educação e diversidade da Universidade do Estado da Bahia, MPED. Departamento de ciências humanas – Campus IV). Universidade do Estado da Bahia, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Souza Pinho.

1. Violência sexual. 2. Educação em sexualidade. 3. Formação humana. I. Maria José Souza Pinho. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas/Campus IV. III. Título

CDD – 371.782

JESIANE DA LUZ OLIVEIRA

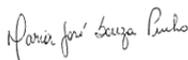
**EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESPAÇO
ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação e Diversidade (MPED), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração Cultura Escolar, Docência e Diversidade.

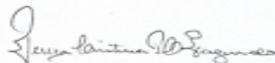
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Souza Pinho

Relatório final de pesquisa avaliado em 30 de março de 2023.

Banca examinadora



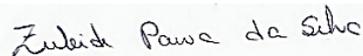
Prof.a. Dra. Maria José Souza Pinho -Orientadora
Universidade do Estado da Bahia - UNEB



Prof.a. Dra. Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes
Universidade Federal da Bahia – UFBA



Prof. Dra. Cleuma Sueli Santos Suto
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof. Dra. Zuleide Paiva da Silva
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

JACOBINA-BA
2023

*Ao meu pai João Alves (in memoriam)
Porto seguro de minha história
Saudades em minhas memórias
A minha Tetê
Ensina-me, diariamente, a arte de ser mãe
dedico essa conquista e todas que ainda estão por vir, amor sempre.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus infinitamente por me iluminar e me amparar nos dias mais difíceis, me fortalecendo e me mostrando que era para seguir.

À minha filha, Maitê Luz, amor maior, razão de tudo o que faço, que me possibilita olhar para o mundo de forma verdadeira. É por você que busco um mundo melhor!

Ao meu pai João Alves (*In memoriam*) por ter me ensinado o valor dos estudos em pouco tempo que convivemos e à minha mãe Edelzuita, por me mostrar que é possível sonhar e realizar o que se deseja. Amo vocês!

À minha querida orientadora, Maria José Pinho, Agradeço pela confiança, paciência, cumplicidade e apoio durante todo esse processo de construção e desenvolvimento da pesquisa., me conduzindo para a direção a ser seguida e me mostrando o quão humano se pode ser no universo acadêmico.

À querida Clara Gomes, agradeço pela parceria que estabelecemos, os choros, os medos, as aprendizagens e a amizade. Do MPED para a vida!

Ao papai de Maitê pela presença nos momentos de angústia, tentando sempre acolher uma mulher-mãe-pesquisadora cercada de medos e ansiedades.

As minhas irmãs Ana, Idalina e Joanita pela convivência e parceria. Vocês são muito especiais para mim!

À minha amiga Marleide Medeiros pelo carinho e amizade e por estar comigo, compartilhando sempre as expectativas e anseios da vida.

Aos amigos MPEDianos: Deralúcia, Vera, Miquéias e Juliana pelos intensos diálogos, pelas trocas de conhecimentos.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação pelas importantes contribuições que resultaram em muitas das discussões tecidas nesta pesquisa.

Aos amigos, companheiros de trabalho: Orleane, Gedna, Josiane. Jaqueline Moura, Jaqueline Valois, Marilza, Elson e Fábria por estarem sempre comigo. Sem vocês nada disso seria possível!

A todas as crianças e adolescentes que me encham de esperança e me dão forças para acreditar que é possível um mundo mais justo, solidário e seguro onde crianças e adolescentes possam crescer de forma protegida e livre de todas as formas de violências.

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos que fere a dignidade da pessoa humana e compromete o seu desenvolvimento pleno e saudável. Dentre os diversos tipos de violência, torna-se uma discussão relevante, tendo em vista seus domínios de alcance nos diversos cenários de debate da sociedade. Sendo a escola um espaço dedicado à formação de sujeitos para a cidadania e transformação social, precisa ser esse, também, um espaço de diálogo e promoção de ações voltadas para a prevenção e o enfrentamento das violências. Surge então a necessidade de responder a seguinte problemática: Como o espaço escolar pode atuar no enfrentamento e na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes na educação básica da rede pública municipal? Considerando o problema a ser respondido, propôs-se como objetivo geral: compreender como o espaço escolar atua no processo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Os objetivos específicos dessa pesquisa foram: analisar a concepção de docentes do ensino básico sobre as dificuldades e possibilidades de trabalhar a educação em sexualidade como prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes; identificar na perspectiva dos docentes a contribuição da educação em sexualidade para a promoção de habilidades de proteção à violência sexual contra crianças e adolescentes; e, desenvolver estratégias educativas com a finalidade de promover formação continuada de profissionais de educação para a prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Teve como lócus o Colégio Municipal Gilberto Dias de Miranda (CMGDM), na cidade de Jacobina, no ensino fundamental anos finais, com os/as docentes colaboradores/as. A metodologia deste estudo foi fundamentada na abordagem de pesquisa qualitativa em educação, e utilizou como estratégia de desenvolvimento a pesquisa do tipo colaborativa. Para subsidiar a pesquisa, os instrumentos utilizados foram: Grupos Focais e entrevista semiestruturada. Para analisar os dados coletados e produzidos utilizou-se como técnica a análise de conteúdo segundo Bardin. Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que ainda não está presente na instituição escolar (lócus dessa pesquisa) uma orientação para os docentes de como proceder no caso de identificação, o que inviabiliza a intervenção mais cedo e assim evitando ou amenizando as consequências imediatas. A partir da constatação da existência de dificuldades ao abordar a violência sexual e educação em sexualidade no ambiente escolar sinalizadas pelos colaboradores construiu-se como proposta de intervenção, um plano de formação continuada com a finalidade de contribuir com os diferentes olhares sobre a importância da educação em sexualidade, sinalizando possibilidades de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e requer uma ação constante e integral deve incluir a formação e capacitação dos/das professores para o tema, bem como uma abordagem curricular que contribua para a disseminação de conhecimento sobre esta temática visando, principalmente, a preparação de crianças e adolescentes para prevenirem-se de forma ativa contra a violência sexual.

Palavras-chave: Violência sexual. Educação em sexualidade. Formação humana.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents is a violation of rights that violates human dignity and compromises their full and healthy development. Among the different types of violence, it becomes a relevant discussion, in view of its reach in the various scenarios of debate in society. Since the school is a space dedicated to training subjects for citizenship and social transformation, this also needs to be a space for dialogue and promotion of actions aimed at preventing and coping with violence. The need then arises to answer the following problem: How can the school space act in confronting and preventing sexual violence against children and adolescents in basic education in the municipal public network? Considering the problem to be answered, it was proposed as a general objective: to understand how the school space acts in the process of coping with sexual violence against children and adolescents. The specific objectives of this research were: to analyze the conception of basic education teachers about the difficulties and possibilities of working on sexuality education as a prevention of sexual violence against children and adolescents; identify, from the perspective of teachers, the contribution of sexuality education to the promotion of skills to protect against sexual violence against children and adolescents; and, to develop educational strategies with the aim of promoting continued training of education professionals for preventing and coping with sexual violence against children and adolescents. It had as its locus the Colégio Municipal Gilberto Dias de Miranda (CMGDM), in the city of Jacobina, in the final years of elementary school, with the collaborating teachers. The methodology of this study was based on the approach of qualitative research in education, and used collaborative research as a development strategy. To support the research, the instruments used were: Focus Groups and semi-structured interviews. In order to analyze the data collected and produced, content analysis according to Bardin was used as a technique. The results obtained in the research showed that the school institution (locus of this research) does not yet have guidance for teachers on how to proceed in the case of identification, which prevents early intervention and thus avoiding or mitigating the immediate consequences. From the verification of the existence of difficulties in approaching sexual violence and sexuality education in the school environment, signaled by the collaborators, an intervention proposal was constructed, a continuous training plan with the purpose of contributing with the different perspectives on the importance of education in sexuality, signaling possibilities for preventing sexual violence against children and adolescents, since tackling sexual violence against children requires constant and integral action, which must include teacher education and training on the subject, as well as an approach curriculum that contributes to the dissemination of knowledge on this subject, aiming mainly at preparing children and adolescents to actively prevent themselves against sexual violence.

Keywords: Sexual violence. Sexuality education. Human formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formas de violência sexual	34
Figura 2 - Fachada do Colégio Gilberto Dias de Miranda	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas no banco de teses e dissertações da CAPES após refinamento.....	21
Quadro 2 - Quantitativo de alunos/as matriculados no Colégio Gilberto Dias de Miranda -2022.....	60
Quadro 3 - Estrutura do Grupo Focal.....	66
Quadro 4 - Sistematização das questões aplicadas nos dispositivos de pesquisa e as respectivas categorias teóricas.....	72
Quadro 5 - Colaboradores/as da Pesquisa de Campo.....	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Análise de Conteúdo
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF/88	Constituição Federal Brasileira de 1988
CGDM	Colégio Gilberto Dias de Miranda
COMUJA	Colégio Municipal de Jacobina
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
GEEC	Grupo de Estudos em Educação Científica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MPED	Mestrado Profissional em Educação e Diversidade
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PME	Plano Municipal de Educação
PPED	Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade
PPP	Projeto Político Pedagógico
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF

VS

Fundo das Nações Unidas para a Infância

Violência Sexual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: INICIANDO OS PERCURSOS E ATRAVESSAMENTOS	15
2 A EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	19
2.1 A VIOLÊNCIA SEXUAL E A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA	19
2.2 ENTENDENDO O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	31
2.2.1 Conceituando e historicizando a violência sexual	31
2.2.2 Caracterizando a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes	35
2.2.3 Contextualização do fenômeno da violência sexual no Brasil	37
2.2.4 Em tempos de pandemia COVID-19: dados da violência sexual	41
2.3 <i>A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS</i>	43
2.3.1 O papel da escola e do/a professor/a no enfrentamento à violência	46
2.4 A FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA	48
2.5 A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL	50
3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	55
3.2 CARACTERIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA	57
3.3 OS/AS COLABORADORES/AS DA PESQUISA	61
3.4 SISTEMATIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE DADOS	62
3.5 DISPOSITIVOS PARA CONSTRUÇÃO DOS DADOS	64
3.5.1 Entrevistas semiestruturadas	64
3.5.2 Grupo focal	65
3.6 ANÁLISE DOS DADOS	67
3.7 ASPECTOS ÉTICOS	69
4 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA EMPÍRICA	71
4.1 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMERGENTES EM CAMPO	71
4.2 PERFIL IDENTITÁRIO E PROFISSIONAL DOS SUJEITOS DA PESQUISA	73
4.3 VIOLÊNCIA SEXUAL – A COMPREENSÃO DO FENÔMENO POR PROFESSORES/AS	75
4.4 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL	82
4.5 A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL	86
5 PRODUTOS DA PESQUISA E SEUS (DES)DOBRAMENTOS: A INTERVENÇÃO	95
5.1 APRESENTAÇÃO	95
5.2 JUSTIFICATIVA	97

5.3 SÍNTESE DO CURSO	98
5.4 CRONOGRAMA DAS AÇÕES	100
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS : REFLEXÕES NECESSÁRIAS	102
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	117
APÊNDICE B – ROTEIROS DO GRUPO FOCAL	118
APÊNDICE C - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARE.....	121
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	124

1 INTRODUÇÃO: INICIANDO OS PERCURSOS E ATRAVESSAMENTOS

Quando pensamos em pesquisar sobre algo, estamos também propondo, mesmo que de maneira singular, a encontrar quais motivações nos trouxe até aqui e por quais motivações vamos estar dispostas a dedicar e compartilhar tempo e vidas a novos projetos.

Inicialmente, o que me inquietava, era perceber que estando no ambiente escolar, acreditar que essa instituição poderia desempenhar um papel de extrema importância na vida dos sujeitos, pois a escola é um ambiente possível de construir, criar e recriar, haja vista que participa na construção do sujeito, e está diretamente influenciada por ele.

A pesquisa aqui apresentado tem sua origem motivacional em face das situações vivenciadas em contexto acadêmico e profissional enquanto graduanda de enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, durante a realização do Estágio Supervisionado. Foi na emergência hospitalar que ao receber uma criança vítima de violência sexual para cuidados, tratamento e profilaxia, deparei-me com a realidade social que refletia suas marcas na dor física. Infelizmente, me deparei ainda com outros casos. O que vivenciei durante o processo formativo me permite revelar quão dolorido e difícil é lidar com a aflição que envolve seres tão jovens.

Até então, percebia a violência sexual contra crianças e adolescentes como um problema de saúde e segurança. Após outras vivências, na condição de docente do ensino básico, fui percebendo que as violências acabam por ocupar diferentes espaços sociais, entre os quais, a própria instituição escolar. Assim, buscar compreender violência nesse contexto se faz necessário, bem como o direcionamento de uma ação que propicie o seu enfrentamento.

Casos de violência sexual¹ contra crianças e adolescentes têm sido reportados no Brasil com certa frequência na mídia em geral, como na televisão, nos jornais, em materiais publicados na internet. Saber que crianças e adolescentes sofreram e ainda sofrem violência sexual representa que a humanidade ainda tem muito a evoluir, progredir, melhorar, avançar, ou seja, é urgente criar mecanismos para combater essa forma de violência. Nesse sentido, entendo ser a escola um relevante espaço para a realização de políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Outra experiência marcante, e que posso dizer, que trouxe grande contribuição à opção

¹ Neste trabalho, optamos pelo termo “violência sexual” ao invés de “abuso sexual”, pois consideramos que a palavra “abuso” não seria o termo mais adequado, embora muitas publicações o referem. “Abuso” estaria relacionado ao uso em excesso, ou seja, o uso acima do que é considerado “normal”. Neste caso, quando se fala em criança e adolescente, não há “uso” sexual possível

e orientação para pesquisar este tema, bem como para construir a delimitação e problematização do objeto de estudo, foi a entrada em exercício na Rede Estadual de Educação, mais precisamente no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães em Jacobina Bahia, onde atuo desde o ano de 2013. Quando sempre, participo na mediação de eventos e palestras sobre as temáticas de gênero e sexualidades, bem como os desdobramentos após as aulas de Biologia, sempre apareciam relatos de adolescentes que sofreram algum tipo de violência sexual na infância ou na adolescência. Os relatos marcam, geram uma dor indescritível e, ao mesmo tempo, geram uma angústia, uma necessidade de estudar mais sobre o tema e propor práticas que, de alguma forma possam prevenir os casos dessa faceta da violência, já que é muito difícil apagar as marcas da mesma.

Por meio desses relatos, pude entender como os alunos percebem a educação em sexualidade na promoção de habilidades de proteção à violência sexual contra crianças e adolescentes considerando as estratégias educativas e informativas para este tipo de prevenção. Estar na escola é, portanto, um fator crucial de proteção contra a violência sexual.

As vivências me fazem perceber como um ambiente de liberdade favorece aos adolescentes a exposição de ideias, a escuta de opiniões dos outros e o confronto dos seus medos, fantasias, dúvidas, das necessidades e interesses. Para, além disso, incentiva a construção de espaços de resistência e reflexão saindo do isolamento e construção coletiva do enfrentamento, com a participação de todas as forças que compõem o ambiente da escola.

As discussões que acontecem em sala de aula, revelam pistas que me faz perceber ser imprescindível a escola assumir o compromisso de incluir em suas atividades a discussão sobre o corpo e a importância de protegê-lo. Esse cenário me convida a olhar para os territórios mais vulneráveis em sua complexidade, e unir esforços para a criação de uma verdadeira rede de proteção, numa escola que não seja uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas um espaço em que se trabalham os saberes, os afetos, os valores, as normas, os modelos culturais e os direitos.

Levando em conta a minha trajetória em meio aos temas sexualidade e violência percebo a necessidade de proporcionar um espaço para discussões que envolvam o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel da escola. Acreditando na possibilidade de contribuir como pesquisadora do processo ora mencionado, me senti instigada a cursar o Mestrado Profissional em Educação, considerando a transversalidade dos temas sexualidade, gênero e violências, me lancei ao desafio de desenvolver a presente pesquisa que se justifica pelo intuito de que os/as professores/as possam tornar-se agentes de mudança social em um âmbito amplo, pois além de educar e instruir pode ocupar o espaço de cuidado do outro,

garantindo aos seus alunos que desfrutem dos direitos fundamentais, a vida, a dignidade, a saúde entre outros.

Ainda que esse tema seja pauta constante de celeumas, discussões e ações no cenário político se tornou meu interesse de estudo. Desde o processo de seleção no Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade – UNEB, para ingresso no MPED, às questões ligadas à prevenção e enfrentamento a violência sexual, são consideradas pertinentes no sentido de quanto mais mergulho no universo do objeto deste estudo, mais percebo que este é um mal que precisa ser combatido, o que me leva a contribuir positivamente para ajudar a solidificar a rede de enfrentamento, dada a inquietação que o tema me causa, a indignação e o desejo de querer, de alguma forma tornar-me ainda mais atuante na defesa do bem estar da vida de crianças e adolescentes.

A violência sexual precisa estar no debate cotidiano das grandes áreas sociais, como na educação por estar intimamente ligada à criança e ao/à adolescente. Precisamos em consequência organizar estratégias de discussão e práticas pedagógicas com o objetivo de minimizar os casos de violência sexual na sociedade.

Destaca-se a relevância desta proposta de trabalho pelas possibilidades em proporcionar reflexões acerca da educação em sexualidade² e as suas contribuições no enfrentamento e prevenção da violência contra crianças e adolescentes, bem como pela contribuição na formação emancipatória das crianças e dos adolescentes, de maneira que tenham conhecimento acerca dos limites de seus corpos e de práticas abusivas que possam a vir sofrer no decorrer de suas vidas.

A partir desse olhar para o contexto escolar fui percebendo as lacunas e necessidades de estudos mais aprofundados na escola como partícipe da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Buscando entender como as escolas públicas estão envolvidas na prevenção e no enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes, como e quando se dá o processo de formação continuada dos/das professores/as na temática e quais os impactos no que se refere à atuação dos profissionais da educação diante dos casos de violências sexuais contra crianças e adolescentes. A problemática deste estudo leva a questionar: Como o espaço escolar pode atuar na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes na educação básica da rede pública municipal?

Considerando o problema a ser respondido, proponho como objetivo geral: compreender

² A educação em sexualidade é utilizada neste texto por se tratar de um conceito que amplia as discussões para além do âmbito reprodutivo, englobando questões sociais, culturais e econômicas ligadas à sexualidade.

como o espaço escolar atua no processo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quanto aos objetivos específicos, ficaram assim definidos: analisar a concepção de docentes do ensino básico sobre as dificuldades e possibilidades em trabalhar a educação em sexualidade como prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes; identificar na perspectiva dos docentes a contribuição da educação em sexualidade para a promoção de habilidades de proteção à violência sexual contra crianças e adolescentes; e, desenvolver estratégias educativas com a finalidade de promover formação continuada de profissionais de educação para a prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

2 A EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

2.1 A VIOLÊNCIA SEXUAL E A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA

Para consubstanciar a justificativa e relevância desta pesquisa, com o objetivo de conhecer produções acadêmicas e científicas, bem como discussões atuais em torno da educação em sexualidade no contexto escolar na perspectiva de proteção, prevenção e do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, apresentamos nesse tópico a síntese de uma revisão sistemática realizada acerca das dissertações e teses publicadas no período de 2016 a 2021.

Por meio do levantamento das produções científicas, relacionadas ao estudo que está sendo proposto, busquei compreender e melhor conhecer as pesquisas realizadas para registrar a revisão sistemática e analisar, nas pesquisas realizadas, o objeto investigado e seus resultados, a fim de encontrar lacunas que necessitam ser preenchidas, assim como obter um marco, um diferencial entre o meu trabalho e os já concluídos.

Revisar a literatura é atividade essencial no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos e científicos. A realização de uma revisão de literatura evita a duplicação de pesquisas ou, quando for de interesse, o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos. Permite ainda: observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram brechas na literatura trazendo real contribuição para um campo científico; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência (GALVÃO; RICARTE, 2019, p. 58).

Nas leituras iniciais e na revisão da literatura, foram consultadas fontes referentes à temática, dentre elas estão as dissertações de mestrado e as teses de doutorado que abordam tanto questões referentes às violências sexuais contra crianças e adolescentes como a educação em sexualidade frente à prevenção e ao enfrentamento do problema. As consultas foram realizadas na internet, no banco de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2021. A escolha desse banco de dados se deu em razão de ser um sistema reconhecido nacionalmente que reúne teses, dissertações de programas de pós-graduação do país. Os descritores utilizados partiram do objetivo geral da pesquisa que

por sua vez tinham como foco conhecer produções acadêmicas e científicas, bem como discussões atuais em torno da educação em sexualidade no contexto escolar na perspectiva de proteção, prevenção e do enfrentamento à violências sexual contra crianças e adolescentes publicadas, no período de 2016 a 2021, no idioma português.

A relevância em executar uma revisão sistemática para alcançar tal propósito é apontada por Sampaio e Mancini (2007, p. 84), pois segundo estes:

As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras.

O estado da arte realizado foi um processo desafiador, o estudo percorreu as seguintes estratégias: uso de palavras-chave, iniciamos com o descritor Violência sexual, a qual apresentou 1.276.459 registros, dando continuidade à busca, utilizei como filtro o recorte temporal entre 2016 e 2021, a grande área de conhecimento: Ciências Humanas, a área de conhecimento: Educação e a concentração Educação, e foram encontrados 33.252 registros. Foram excluídos trabalhos que não abordaram similaridades com o estudo a ser desenvolvido; não detalharam experimentos práticos realizados para intervenções; trabalhos que não estavam disponíveis na íntegra; os que não tiveram qualquer relação com a o enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes e educação em sexualidade. Foram considerados apenas os estudos que: utilizam a escola como lugar como lugar privilegiado para prevenção da violência sexual e indicam a educação sexual como estratégia eficaz de enfrentamento.

Foram selecionados os trabalhos pelos títulos e resumos que foram lidos para avaliação completa e verificação de elegibilidade, a fim de determinar o número para análise qualitativa. Permaneceram assim, 12 trabalhos que dialogam em algum aspecto com o objetivo desta pesquisa, estes por sua vez, se configuram em duas categorias: Dissertações e Teses. As pontuações expostas estabelecem relação estreita com as questões chave desta pesquisa. É importante citar que a quantidade pesquisas em um número reduzido quando refina os resultados filtrando grande área, área de conhecimento e área de concentração selecionando a Educação, uma vez que pesquisar sobre violência sexual é de grande interesse de pesquisas nas áreas de saúde, psicologia, serviço social e direito.

Tais trabalhos selecionados para leitura, aprofundamento e embasamento tanto teórico

quanto metodológico, foram descritos especificando a síntese do trabalho, conduzindo a reflexões a respeito do conteúdo e das conclusões do estudo. No quadro 1, apresentamos a síntese do processo de seleção incluída na revisão: tipo do estudo, título da pesquisa, instituição, ano de publicação, local de realização do estudo, autor/autora.

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas no banco de teses e dissertações da CAPES após refinamento continua

Ano	Autor(a)	Título da pesquisa	Palavras chave	Tipo de Trabalho	Instituição
2016	BARAZETTI, Patrícia Carla	O desenho revelando a violência sexual: da formação em serviço aos significados docentes	Violência Sexual; Escola; Formação em Serviço; Desenho Livre; Educação estética.	Dissertação	Universidade De Passo Fundo
2016	LEAL, Cleumir Pereira	Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na Escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-Ma	Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Escola; Formação de Educadores; Ações de enfrentamento.	Dissertação	Universidade Federal do Pará
2016	BARROS, Marilene Maria Aquino Castro	A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em juruti (Pa)	Escolas; Ação de enfrentamento; Exploração sexual; Crianças e adolescentes.	Tese	Universidade Federal do Pará
2017	MEYER, Caroline Arcari	Livro “o que é privacidade?” Uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças	Violência sexual; Educação sexual; Prevenção primária; Enfrentamento.	Dissertação	Universidade Estadual Paulista
2017	MEYER, Fabricio	Análise do jogo “trilha da proteção”- como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil	Prevenção violência sexual; Educação sexual; Jogo educativo; Vulnerabilidade infantil.	Dissertação	Universidade Estadual Paulista
2017	OLIVEIRA, Macdouglass	“Entre” chapeuzinhos vermelhos e lobos maus. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento	Educação; Criança; Abuso sexual; Primeira Infância.	Dissertação	Universidade Federal Rural de Pernambuco
2017	OLIVEIRA, Márcio	Políticas públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: planos municipais de educação do estado do paraná como documentos	Violência sexual; Crianças; Adolescentes; Planos Municipais de Educação;	Tese	Universidade Estadual De Maringá

Ano	Autor(a)	Título da pesquisa	Palavras chave	Tipo de Trabalho	Instituição
		de (não) promoção da discussão	Instituições Escolares.		continuação
2018	NERI, Juliana Fonseca de Oliveira	Currículo escolar e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente no município de São Paulo	Justiça curricular; Violência sexual intrafamiliar (VSI); Prevenção e Enfrentamento; Pesquisa-ação crítico Colaborativa; Currículo da Rede Municipal de Educação de São Paulo	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2019	CAETANO, Evelyn Diconcili	Abuso sexual infantil: compreensões de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental	Abuso sexual infantil. Vítimas. Docentes. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.	Dissertação	Universidade do Planalto Catarinense
2020	FERREIRA, Edna	A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar	Violência Sexual, criança, ambiente escolar, teoria crítica da sociedade	Tese	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –
2020	MATOS, Rosana Trindade	Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco, a percepção de nove gestoras dos Centros Municipais De Educação Infantil Da Ddz/Leste II da cidade de Manaus-AM	Infância; Políticas públicas; Educação infantil; Violência sexual; Abuso sexual infantil.	Dissertação	Universidade Federal do Amazonas
2020	MERCÊS, Thais Silva Trindade	A produção de conhecimento sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de ciclo de estudo e reflexão em uma escola de Belém - PA	Violência sexual. Criança e adolescente. Ciclo de estudo e reflexão. Produção de conhecimento. Formação de professores.	Dissertação	Universidade Federal Do Pará

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Diante disso, descrevemos as análises realizadas e as conclusões apontadas nas dissertações e teses elencadas a seguir:

A pesquisa intitulada *O desenho revelando a violência sexual: da formação em serviço aos significados docentes*, de Patrícia Carla Barazetti (2016) objetivou realizar uma formação em serviço capacitando os professores para que reflitam a respeito da temática do abuso sexual infantil, tendo o desenho como ferramenta. Como questão investigativa, buscou responder qual a significação que teve a formação em serviço que tratou da violência sexual e do uso do desenho livre como facilitador na identificação do abuso para professoras dos anos iniciais?

Verificou-se que os participantes da pesquisa acreditam que a escola pode ocupar o lugar de agente de mudança, auxiliando no enfrentamento de todas as formas de violências que emergem no ambiente da escola principalmente a violência sexual. Foi possível perceber os espaços escolares abandonados dando espaço ao aumento gradativo de problemas sociais evidenciados pela estrutura precária, a falta de momentos dedicados à formação e à reflexão.

O estudo de Barazetti (2016) ao tratar das questões que envolvem a violência sexual e o papel que a escola pode desempenhar na sua identificação e no seu enfrentamento, utilizando o desenho livre como instrumento de identificação dessa violência, visto que acredita na potencialidade dos professores como agentes de mudança social em um âmbito amplo, pois além de educar e instruir pode ocupar o espaço do cuidado do outro, garantindo que seus alunos desfrutem dos direitos fundamentais, à vida, à dignidade e à saúde, entre outros.

No estudo de Oliveira (2017), intitulado *Políticas públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: planos municipais de educação do Estado do Paraná como documentos de (não) promoção da discussão* buscou analisar as políticas públicas que permitem [ou não] o debate sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nas instituições escolares e trouxe como problema, saber se os Planos Municipais de Educação (PME) do Estado do Paraná têm permitido a discussão e as práticas contra a violência sexual contra os corpos infanto-juvenis, nos espaços escolares? Concluiu que é necessário que o tema violência sexual contra crianças e adolescentes esteja presente nos documentos oficiais voltados à área educacional, a exemplo do Plano Nacional de Educação, Plano Distrital de Educação, Planos Estaduais de Educação e Planos Municipais de Educação, uma vez que as articulações entre os governos (federal, distrital, estadual, municipal) podem contribuir para a melhoria da compreensão ao possibilitar discussões e práticas acerca do tema com todos/as os/as profissionais da Educação.

As discussões e práticas quando incluídas na educação, podem ter o objetivo de diminuir os casos de violência sexual contra os/as menores, bem como a visível falta de diálogo nas instituições escolares, podem revelar a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas atuais relacionadas à discussão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Dessa forma, demanda um trabalho conjunto em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional, unindo forças de diálogos e práticas para combater esse tipo de violência.

Para Oliveira (2017) a pesquisa não esgota as possibilidades de estudos acerca da relação entre Educação, violência sexual contra crianças e adolescentes e os documentos

oficiais, abrindo-se, assim, novas possibilidades de análises sobre o tema investigado, e atenta-se para a urgência em cada vez mais, lutar pela inclusão das diferenças e diversidades (das mais variadas formas) nas instituições escolares, de modo a perpetuar uma Educação e uma sociedade cada vez mais acolhedora, respeitosa, democrática, que não exclui, não discrimina e não viola os Direitos Humanos.

A dissertação de Leal (2016), cujo título foi *Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na Escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA*, trouxe a questão/problema: de que forma o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido realizado na escola Dom Rino Carlesi? Definiu-se como objetivo geral: Compreender de que forma o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes tem sido realizado na escola Dom Rino Carlesi, seguido dos seguintes objetivos específicos: Conhecer e avaliar a formação dos educadores da Escola Dom Rino Carlesi para tratar do tema da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes; e identificar o que a escola municipal Dom Rino Carlesi realizou para enfrentar à violência sexual contra crianças e adolescentes. Entre os resultados, ficou evidente a não existência de formação específica dos educadores para tratar deste problema, bem como as escolas não têm sido protagonistas e sim meras executoras de tarefas, uma vez que as ações de enfrentamento se concentram basicamente em datas comemorativas (18 de maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração sexual) e restritas somente nesse momento.

Como ação de mobilização social, Leal (2016) acredita que a campanha tem cumprido o seu papel ao conseguir articular a comunidade e diversos setores sociais. No entanto, a escola apresenta importante papel no âmbito da proteção e enfrentamento da violação de direitos das crianças e adolescentes, e vai além do processo de sensibilização. Sua ação limitada ao período da campanha apenas como executora não possibilitará responder a contento suas demandas nessa seara, principalmente na prevenção e notificação compulsória de casos de violência sexual.

O trabalho de Barros (2016), intitulado *A Participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA)*, teve como enfoque analisar as ações de enfrentamento implementadas pelas escolas do município de Juruti (PA) no combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes; analisar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em nível local

e o papel da escola nesse processo e, ainda analisar as ações de enfrentamento elaboradas e implementadas pelas escolas públicas no combate da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Para conduzir os caminhos da pesquisa traz como questões de investigação: Com a implantação de grande projeto minero-metalúrgico em Juriti, que formas de exploração sexual contra crianças e adolescentes tem acontecido no município e que impactos são incididos sobre a escola? Que políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes vêm sendo implementadas em Juriti e quando têm as escolas como parceiras? Quais ações pedagógicas de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes as escolas públicas no município de Juriti estão desenvolvendo?

Os resultados deste estudo corroboram as discussões dos trabalhos já analisados de que as instituições educativas pouco têm participado efetivamente como espaço de prevenção do problema. Pela voz dos sujeitos entrevistados, percebe-se que a falta de informação e conhecimento têm sido um fator de entrave para que a escola não se situe com vigor e rigor na rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes no que se refere aos seus direitos sexuais. Foi identificado, que todos os sujeitos entrevistados clamam por formações que possam ser parceiros na luta pela erradicação do abuso e da exploração sexual e sim contribuir para que crianças e adolescentes sintam-se protegidas, seguras e respeitadas como sujeitos de direitos.

Como já mencionado, a autora também considera que não basta somente às escolas terem acesso a esses documentos, é preciso que ela seja apoiada pelo poder público a fim de que possa ter condições de se organizar e implementar ações de enfrentamento. É fundamental que tenha um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento do fenômeno. Sem uma mobilização conjunta de todas as instâncias que de alguma forma trabalham no combate a este tipo de violência, a rede de proteção não ganhará força e poder em suas ações.

A pesquisa intitulada *Livro “O que é privacidade?” uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças* de Meyer (2017a) ocupa da descrição da trajetória da elaboração de um livro, dirigido para crianças, como recurso educativo no enfrentamento da violência sexual, com o intuito de motivar o trabalho de educação sexual na perspectiva da prevenção primária, entendida como ferramenta de informação, formação e promoção do diálogo entre adultos e crianças sobre a temática.

A dissertação também sintetiza o estudo da educação sexual e suas contribuições no

enfrentamento da violência sexual contra crianças. Nesse sentido, o livro “O que é privacidade?” se propõe a ser uma ferramenta de enfrentamento da violência sexual, ao facilitar o diálogo e promover momentos e espaços de informação, atenção e discussão, além de empoderar a criança para que identifique situações de perigo e possa recorrer aos adultos de confiança de seu núcleo de convivência.

Em *Análise do jogo “Trilha da proteção” como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil*, Meyer (2017b) busca de avaliar se o jogo “Trilha da Proteção” pode ser considerado um objeto de aprendizagem para crianças no ensino fundamental (de 6-12 anos) na temática da violência sexual contra a infância e descrever o processo de elaboração e as características principais do jogo Trilha da Proteção, o qual se apresenta como uma ferramenta lúdica criada por um grupo de professores para auxiliar na prevenção de violência sexual de crianças de 6 a 12 anos. Isto é, detectar e descrever se há possibilidade de melhorias, do ponto de vista de um objeto de aprendizagem. Com esse estudo identifica sua pertinência como parte integrante de um arsenal pedagógico para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e diminuição da vulnerabilidade de crianças e adolescentes, por ser um tema tão importante e complexo quanto maior o arsenal de conhecimento sobre o assunto, melhores chances se terá no seu enfrentamento. Assim, a ideia original de usar o lúdico na temática da violência sexual é digna de atenção e proposta provocativa para os demais estudiosos do assunto, no âmbito da criação de outras e novas estratégias de enfrentamento.

A pesquisa de Oliveira (2018), intitulada “*ENTRE*” *CHAPEUZINHOS VERMELHOS E LOBOS MAUS. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento* traz como objetivo de pesquisa a possibilidade de investigar os impactos e contribuições emergentes a partir da intervenção formativa na atuação profissional de professores da rede pública no município do Recife, considerando a temática sobre abuso sexual em crianças na primeira infância. A proposta foi, exatamente, discutir sobre a formação continuada como um forte instrumento para a atuação da escola nesses casos.

Justifica a escolha por profissionais da educação pela importância que os/as professores/as que atuam na primeira infância desempenham sobre seus educandos, bem como para colaboração na identificação de casos de violência, de modo a buscar proteger a criança o mais cedo possível, diminuindo seu sofrimento e impactos em seu desenvolvimento. Entendemos nesse contexto, que o professor pode estabelecer um forte vínculo afetivo com a

criança e isso possibilita o desenvolvimento da confiança por parte dela e a sensação de proteção, facilitando, desse modo, a identificação de sinais, ou até mesmo a possível revelação feita pela própria criança.

Os resultados evidenciam que a escola ainda se encontra sem aparato metodológico para atuar com abordagens que envolvam a violência sexual ocorridos na primeira infância e necessitam de intervenções que promovam, de forma continuada, formações que possam fortalecer a atuação dos/as professores/as que atuam na primeira infância.

Nessa perspectiva, traz à tona a discussão acerca do papel da escola na constituição do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, entendendo que para compor essa Rede, se faz necessário discutir os processos de formação continuada para os/as professores/as contemplando tal temática. Acrescenta ainda que a necessidade da formação continuada de gestores e professores/as bem como práticas que possibilitem a identificação, o acolhimento e a prevenção de novos casos.

Na oportunidade discute sobre o desenvolvimento de uma cartilha educativa e lúdica que possa subsidiar a atuação do professor/a ao trabalhar a temática proposta, evidenciando conceitos e figuras que favoreçam o trabalho quanto à prevenção da violência e pertencimento desse corpo infantil, adotando essa estratégia como um aliado na prevenção, proteção e possível identificação de casos no contexto escolar, tornando esse espaço um lugar possível de se trabalhar temáticas que envolvam os conceitos de sexualidade humana e autoproteção do corpo infantil.

A pesquisa intitulada *Currículo escolar e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente no município de São Paulo* realizada por Neri (2018) teve como objetivo construir conhecimentos sobre o problema da Violência Sexual Intrafamiliar em suas implicações e responsabilidades para o currículo escolar, de modo a aprimorar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de aprendizagem na Rede Municipal de Educação de São Paulo, mais especificamente sistematizar, as implicações curriculares que envolvem a problemática da VSI na voz dos trabalhadores da Rede Municipal de Educação de São Paulo e construir e analisar um processo formativo que vise examinar o problema da VSI nas suas relações com o currículo da Rede Municipal de São Paulo com foco no planejamento de ações que permitam o engajamento da escola na prevenção do problema, efetivando, assim, a sua função social e a promoção de uma infância digna.

A pesquisa evidenciou que o currículo escolar pode atuar na prevenção da violência

sexual intrafamiliar quando os trabalhadores da educação passam por processos de sensibilização e de formação que lhes proporcione segurança suficiente para saber identificar e agir em casos de suspeita ou revelação de violência sexual. Também foram destacadas ações que procedem ao diálogo sobre sexualidade, mas que ajuda, a fortalecer o educando para que possa se autodefender, caracterizando-se como ações preventivas: o reconhecimento do educando como sujeito; a linguagem e a expressão do corpo com sensações positivas e negativas; a construção de saberes para o reconhecimento e a expressão dos sentimentos; o fortalecimento da autoestima; a diferenciação entre toques positivos e negativos; o empoderamento do educando para reconhecer suas vontades e saber dizer sim e não.

Além dessas ações a pesquisa salientou que o currículo também deve atuar informando o educando sobre direitos sexuais e violência sexual, habilidades de autodefesa. A pesquisa fortalece e encoraja a persistência para incorporar no currículo uma abordagem de educação sexual emancipatória driblando o tabu e a invisibilidade que ainda envolve o tema.

Na dissertação de Caetano (2019), cujo título foi *Abuso Sexual infantil: compreensões de docentes dos anos iniciais de ensino fundamental* apresentada a Universidade do Planalto Catarinense, a pesquisadora quis saber “Quais são as compreensões de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental referentes à prevenção e enfrentamento do abuso sexual infantil?” e traçou como objetivo conhecer as compreensões de docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental referente à prevenção e enfrentamento ao abuso sexual infantil.

Os dados da pesquisa apontam a perspectiva de docentes, por meio de práticas pedagógicas ou um trabalho significativo em sala de aula, auxiliar a criança vítima de abuso sexual. Porém, seu despreparo em abordar sexualidade em sala de aula demonstra carência de conhecimento sobre a temática, o que sinaliza a necessidade de cursos de capacitação, dentre outras formas de aperfeiçoamento profissional. Desse modo, momentos de diálogo e de escuta não são frequentes em suas práticas pedagógicas, apenas a transmissão de valores morais, trabalhados esporadicamente. As aulas, neste sentido, tendem a acontecer pelo viés da Educação Sexual biologicista.

Com esse estudo foi possível observar a disposição das docentes em colaborar para a prevenção e enfrentamento do abuso sexual e ressaltar a importância de práticas pedagógicas que possam evitar possíveis situações constrangedoras em sala de aula ou entre a criança que foi vítima de abuso sexual e os/as demais colegas. Porém, evidenciaram que tais docentes não apresentam o conhecimento necessário para trabalhar neste sentido. Utilizam-se de seus

saberes-fazeres em experiências anteriores para lidar com as circunstâncias com pouca fundamentação teórico-metodológica na área da temática de abuso sexual.

A pesquisa intitulada *A violência Sexual contra Crianças e seus Desdobramentos no ambiente escolar* de Ferreira (2020) apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo objetivou identificar e analisar os desdobramentos, no ambiente escolar, da violência sexual contra crianças, bem como os obstáculos que impedem a atuação dos educadores no enfrentamento das situações de violência sexual contra os educandos.

Por meio da análise dos dados foi possível constatar que os desdobramentos da violência sexual na escola são difíceis de serem observados, uma vez que as interações sociais e o desempenho escolar não diferem significativamente dos demais alunos, dificultando a atuação da unidade escolar no enfrentamento à violência sexual, visto que os sinais e consequências da violência sexual estão camuflados e não são perceptíveis de imediato. Isso implica na necessidade de o educador possuir a percepção sensível e o conhecimento para identificar e tratar as situações de forma adequada. Os dados da pesquisa indicam também que os educadores estão cientes de alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes e, por isso, necessitam e clamam por formação que permita capacitá-los para atuar de maneira segura e eficaz no combate à violência sexual contra seus alunos.

Na dissertação de Matos (2020), cujo título foi *Violência Sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco, a percepção de nove gestoras dos centros municipais de educação infantil da DDZ/Leste da cidade de Manaus- AM* cujo objetivo baseou em analisar como está sendo (ou não) o trabalho de Educação sexual sob a percepção das gestoras quanto às questões relacionadas à violência sexual contra crianças no contexto da Educação infantil, nos Centros Municipais de Educação infantil (CMEI) da cidade de Manaus-AM. Ao traçar os objetivos, a metodologia, foi formulada a problemática: Por que discutir temas como: violência, sexualidade, estupro, pedofilia, exploração sexual na instituição escolar (CMEI)? Quais necessidades há para abordar sobre estes temas no universo infantil das escolas? O que as gestoras escolares compreendem sobre a violência sexual contra crianças? O resultado da pesquisa indica a necessidade de dar visibilidade para demonstrar o empoderamento das crianças por meio do espaço escolar. Disso, destacamos que, para haver a proteção das crianças em relação à violência sexual, é basilar o trabalho conjunto de todos os indivíduos da instituição escolar, desde compreender as nomenclaturas que envolvem essa violência até denunciar as

suspeitas de abuso em relação aos direitos sexuais dos alunos. Por fim, destacamos a necessidade de existir a força política, a fim de garantir formação sobre violência sexual a todos os trabalhadores da Educação, e fornecer materiais adequados e possibilitar essa discussão nos seus documentos oficiais,

Despertou minha atenção à alternativa sugerida, quando se trata da violência sexual, é uma discussão a respeito desse tema por meio da Educação Sexual, distinguindo os termos estupro, pedofilia, abuso sexual, exploração sexual, educando sobre os limites dos corpos, enfatizando a importância da denúncia, conhecendo os órgãos protetivos das crianças. Que o Ministério da Educação torne obrigatória a Educação Sexual para um ensino sobre a sexualidade desde a Educação Infantil, e assim as crianças aprendam mais sobre problemas a que estão expostas.

Com a pesquisa, a autora alerta que, mesmo considerando viável trabalhar a educação sexual desde a Educação Infantil e que a escola é um espaço oportuno para informar e formar, as gestoras – em suas respostas escritas – demonstraram que essa permanece no campo biológico, sem muitas referências aos aspectos culturais, sociais, políticos e históricos. Inferimos também que elas não se sentem preparadas para mediar as situações de violência/abuso sexual, que há uma necessidade de mais informações/formações para se trabalhar no contexto da sala de aula, no espaço escolar, bem como existe a falta material.

E por fim, analisamos a pesquisa de Mercês (2020), intitulada *A produção de conhecimento sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de ciclo de estudo e reflexão em uma escola de Belém- PA* apresentada a Universidade Federal do Pará, cujo objetivo geral foi analisar os conhecimentos produzidos sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” por meio do ciclo de estudo e reflexão. Como objetivos específicos: Identificar as necessidades formativas dos professores dos anos iniciais acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento; analisar os conhecimentos produzidos pelos docentes durante o ciclo de estudo e reflexão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes; e analisar as práticas implementadas pelos docentes participantes do ciclo de estudo e reflexão para a promoção do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A problemática a ser investigada foi analisar “Que conhecimentos acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser produzidos por professores dos anos iniciais do ensino fundamental a partir do ciclo

de estudo e reflexão?”.

O diagnóstico das necessidades formativas permitiu à autora constatar que professores não se sentiam seguros para desenvolver uma discussão sobre a temática. Poucos foram os conhecimentos apresentados, foram relatadas impressões sobre diversos tipos de maus tratos, mas a violência sexual foi secundarizada. E em primeiro momento, eles também desconheciam o papel da escola no enfrentamento. Além disso, os resultados evidenciam que professores tinham anseios por estudos que contribuíssem com as suas práticas cotidianas, pois, segundo os referidos docentes, as pesquisas que haviam participado até o momento não produziram nenhum tipo de mudança no contexto em que eles estão inseridos, já que muitos pesquisadores apenas coletavam os dados que precisavam e não retornavam à escola.

Assim, ao finalizar esta revisão de literatura com base nas dissertações e teses coletadas no banco de dados da CAPES, estabelecemos algumas conclusões acerca da trajetória que minha pesquisa trilhará, pois percebi que novos estudos sobre a problemática precisam ser realizados, por considerarmos ser ela pertinente e atual.

A partir do levantamento realizado foi possível perceber as principais dificuldades evidenciadas pelos(as) professores/as na identificação da violência sexual foram: a falta de formação (inicial e continuada) e conhecimento sobre a temática; a dificuldade de perceber sinais de abuso sexual não aparente que contribuem para que não haja uma percepção mais aprofundada. Evidenciando as lacunas existentes na formação inicial e continuada que limitam professores a pensarem na violência sexual como sendo uma problemática presente no cotidiano da escola.

Por se tratar de um assunto cercado de tabus na maioria dos contextos sociais, pode ser que o mesmo encontre resistência nos diferentes setores que compõe o contexto escolar, e percebo que as produções sobre o tema Violência sexual contra crianças e adolescentes, apesar da relevância social, tem sido foco de poucos grupos de pesquisas no campo da educação, pois observo que pesquisas de mestrado e doutorado com enfoque pedagógico na formação docente para o trato das questões atinentes à sexualidade, à violência nas escolas, ao bullying e uma escassa literatura científica de trabalhos na área de prevenção de abuso. Nessas horas, o esclarecimento de forma coerente e aberta será de grande auxílio na desenvoltura da temática na escola, ratificando a necessidade de pesquisas que evidenciem prevenção da violência sexual em ambiente escolar.

Em que pesem os avanços das pesquisas, que apresentaram as mais distintas

características ainda existe muito a ser superado, a ser investigado e explorado, para que se possam indicar possibilidades, limites, desafios e outras questões possíveis que têm ressoado nas pesquisas em Educação, a fim de apresentar rompimentos necessários e saltos teóricos que promovam a defesa de crianças e de adolescentes, visto que as atuais políticas educacionais não garantem formações específicas para o enfrentamento às temáticas tão emergentes como a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Partindo dessas constatações, reafirma-se a necessidade da realização de pesquisas no âmbito da Educação em sexualidade, pois apesar da literatura e das pesquisas sinalizarem a sua importância, pouco ainda é visto essas discussões inseridas no contexto escolar, principalmente, nos anos iniciais, do Ensino Fundamental, e, menos ainda, na prática em sala de aula. Daí a importância de serem desenvolvidas pesquisas de caráter colaborativo, que auxiliem professores/as através de momentos formativos e de compartilhamento entre pares a refletirem sobre a violência e a importância do seu enfrentamento.

2.2 ENTENDENDO O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A presente seção tem por objetivo discutir sobre as formas de participação da comunidade escolar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para tanto, trazemos uma incursão teórica com intuito de entender o cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes para posteriormente fazer um panorama, com a apresentação de dados sobre esse fenômeno no Brasil. Em seguida, abordarei a participação da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e finalizarei falando sobre a educação em sexualidade como medida fundamental de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.2.1 Conceituando e historicizando a violência sexual

Diversas definições circulam e comportam considerações acerca do conceito da Violência Sexual (VS), porque comporta uma vasta contextualização e significações. Embora a definição de violência sexual pareça óbvia, Meyer (2017b) enfatiza que por envolver questões relativas à normalização da sexualidade humana, considera-se um tema bastante controverso. Assim também, Bezerra (2017) considera que defini-la de forma concreta, fixando seu

significado em um termo, pode ser o mesmo que reduzir, não compreendendo e deixando de lado sua historicidade e especificidade.

Assim, apresentam-se aqui definições e posicionamentos de acordo com a literatura pesquisada visando nortear o que foi desenvolvido na pesquisa. Mas não há pretensão de esgotar a discussão sobre a violência ou, em específico, a violência sexual, mas sim potencializar o debate. No contexto da infância, violência sexual pode ser caracterizada como o ato ou jogo sexual, cometido por pessoas em estágio de desenvolvimento psicossocial mais avançado que a vítima, que tem por finalidade estimular sexualmente a criança ou adolescente, para obter satisfação sexual. É algo que abrange relações homo e heterossexuais, de forma não consentida, ou seja, que acontece de maneira imposta, e pode se caracterizar como estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, exposição à pornografia, pedofilia, manipulação de genitália, imposição de intimidades, exibicionismo, práticas eróticas e/ou “voyerismo” (BRASIL, 2010).

Com referência à violência sexual, a Organização Mundial de Saúde traz em sua conceituação como um problema global tanto no senso geográfico, por estar presente em todos os países do mundo e níveis da sociedade, como por atingir pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Sendo caracterizada por atos praticados com finalidade sexual que, por serem lesivos ao corpo e a mente do sujeito violado (crianças e adolescentes), desrespeitam os direitos e as garantias individuais como liberdade, respeito e dignidade previstos na Lei nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

De acordo com a definição do Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), a violência sexual consiste em:

Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança e ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyerismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. (BRASIL, 2002, p. 13).

O Ministério da Saúde entende que a violência sexual contra crianças e adolescentes se refere a qualquer comportamento que os torne vulneráveis, e esses comportamentos colocam em risco seus direitos humanos para desfrutar de um desenvolvimento sexual saudável, independentemente de serem praticados por membros da família ou de serem conhecidos. A

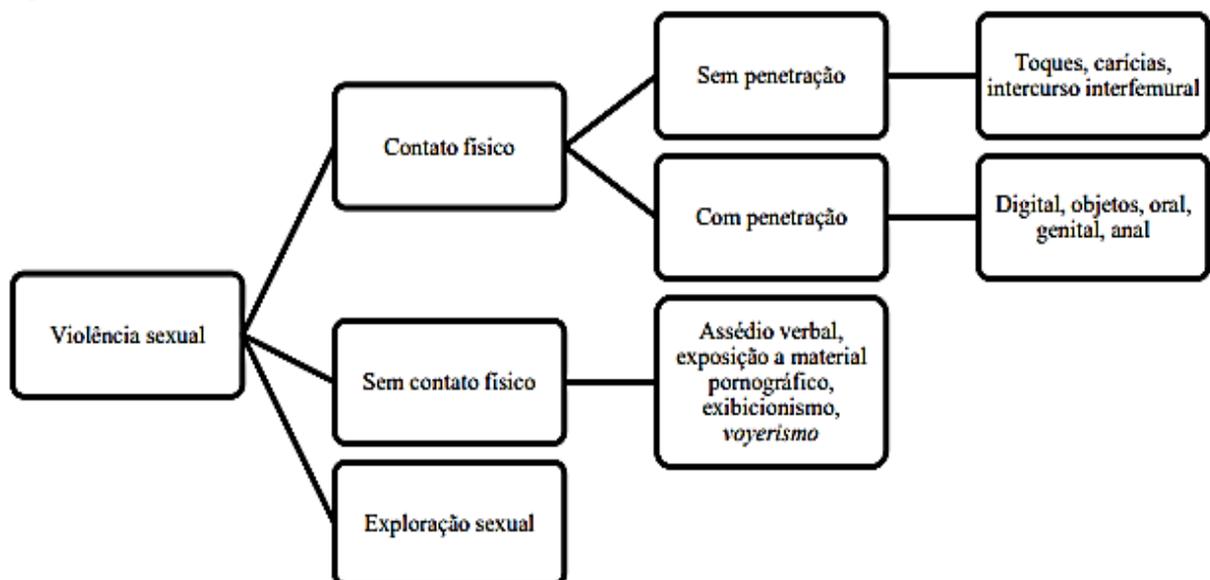
violência pode acontecer com ou sem permissão pessoal do menor. É importante enfatizar que, por ser menor de idade, ele não assume nenhuma responsabilidade por suas ações e é responsabilidade do tutor ou do estado tomar as medidas legais apropriadas para garantir a segurança do jovem, bem como as condições físicas, social e psicológica (BRASIL, 2013).

Mais recente, o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018, p. 13), delimita o conceito da seguinte maneira

[...] envolve os casos de assédio, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, que podem se manifestar das seguintes maneiras: abuso incestuoso; sexo forçado no casamento; jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas; pedofilia; voyeurismo; manuseio, penetração oral, anal ou genital, com pênis ou objetos, de forma forçada. Inclui, também, exposição coercitiva constrangedora a atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Ademais, se consideram os atos que, mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de qualquer método contraceptivo ou force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, a prostituição; ou que limitem ou anulem em qualquer pessoa a autonomia e o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos. (BRASIL, 2018, p. 3)

Na Figura 1 é apresentado um esquema que sintetiza as principais formas de VS contra crianças e adolescentes

Figura 1 - Formas de violência sexual



Fonte: Hohendorff, Habigzang e Koller (2014)

No aspecto conceitual, seu artigo 4º, inciso III, explica que a violência sexual é “qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção

carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não” (BRASIL, 2017a, p. 1).

Dela decorre três espécies: abuso sexual, exploração sexual comercial e tráfico de pessoas. O abuso sexual consiste na ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, “[...] seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro” (BRASIL, 2017a, p. 1). A exploração sexual comercial se especifica pelo caráter da remuneração ou compensação, uma troca, que pode ser por valores em dinheiro, presentes, alimentos, “de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico” (BRASIL, 2017a, p. 1). Já o tráfico de pessoas é entendido em qualquer das fases de recrutar, transportar, transferir, alojar e acolher crianças e adolescentes com o objetivo de explorá-los sexualmente.

A violência sexual, como conhecemos hoje, entra em evidência a partir do século XX, sendo então, considerada como violação dos direitos da criança e do adolescente. Sofreu transformações conceituais, ao considerar que sua definição advém de processos históricos, que envolvem o paradigma da proteção integral, inaugurado no país pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

Para muitos/as autores/as, esta violência é tratada pela terminologia abuso sexual, que será mantida quando nos reportarmos a tais estudiosos/as da área. No presente estudo utilizamos a terminologia violência sexual por sua ênfase nos debates mundiais e por compreendermos que esta abarca todas as outras.

Segundo Faleiros e Faleiros (2008, p. 39) se dá:

[...] através do contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada.

É uma violência normalmente repleta de medo e muito sofrimento. Começa por um processo de sedução, que consiste na conquista sutil, que anula a capacidade de decisão da vítima e acaba em sua dominação e aprisionamento. (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Gabel (1997), ao se referir etimologicamente ao abuso, define que este indica afastamento do uso normal. O abuso é, ao mesmo tempo, mau uso e uso excessivo. Significa

ultrapassar os limites, transgredir. Há diversas críticas ao uso do termo abuso sexual, tradução do inglês *sexual abuse*, pois nele estaria implícito que há um uso (sexual) permitido pelas crianças e pelos adolescentes. Definimos a violência sexual como uma dominação perversa, sendo, na maioria das vezes, mantida em segredo, pode se constituir em manipulação psicológica de longa duração e causar consequências permanentes, das quais a vítima não sabe como se livrar, permanecendo imobilizada.

2.2.2 Caracterizando a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes

Desde a antiguidade a violência sexual contra crianças e adolescentes vem sendo perpetuada. A partir século XX este fenômeno recebeu maior visibilidade das políticas públicas, mais especificamente na década de 1990, quando foi incluído na agenda do poder público e de movimentos sociais como a luta nacional e internacional pelos Direitos Humanos preconizados na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentado pela Lei 8069/90. (PLATT *et al.*, 2018).

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes tem se constituído como um dos principais tipos de violência, que assolam a sociedade brasileira. Este fenômeno acontece em escala global e há bastante tempo faz parte da história da humanidade, causando sérios problemas à saúde mental durante todo o processo de desenvolvimento. A violência sexual ocorre mesmo em lugares e com pessoas cuja integridade pública, física, moral e psicológica deve ser protegida. Ao tentar entender o assunto, uma grande quantidade de dados pode ser encontrada, o que indica a complexidade do abuso sexual, e a necessidade de ter uma rede que possa apaziguar e amparar a vítima, porque ela acredita em algum tipo de "segurança" e, portanto, se culpa pelo que aconteceu. Tudo, silenciosamente procurando maneiras de se proteger e procurar proteger os laços familiares (FONTES; CONCEIÇÃO; MACHADO, 2017).

A violência acompanha a história humana e afeta todos os grupos e classes sociais. Isso também levou a um declínio na qualidade de vida de indivíduos e comunidades e, na sociedade contemporânea, constitui um sério problema de saúde pública em todo o mundo. Entre os diferentes tipos de violência, o abuso sexual sempre foi uma preocupação, e esse fenômeno é comum na sociedade em geral (SANTOS *et al.*, 2018).

Para Minayo (2003) as expressões do fenômeno da violência integram uma rede que envolve a violência estrutural (oriunda do sistema social), assim como a violência interpessoal (doméstica, trabalho, amigos), atravessando camadas sociais, podendo transformar vítimas em

agressores. A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória da humanidade, manifestando-se de múltiplas formas, nos diferentes momentos históricos e sociais, em acordo com aspectos culturais.

Em concordância, estudo realizado por Easton (2014) aponta que meninos quando vitimados, podem sentir-se constrangidos, devido à construção socialmente disseminada de masculinidade, e quando violentados sexualmente ficam marcados pelo estigma da suposta homossexualidade. Nesse sentido, pode-se sugerir que, quando a vítima é do sexo masculino, a ocorrência deste tipo de agressão sofre mais subnotificações.

De acordo com Aguiar e Ferreira (2020), a experiência vivenciada na forma de violência é um problema social que atinge crianças e adolescentes, independente de classe social, podendo influenciar direta ou indiretamente seu desenvolvimento físico e emocional. E diferentes formas de violência podem ser vivenciadas como traumáticas, gerando prejuízos desenvolvimentais nos âmbitos emocional, cognitivo, comportamental e social.

Faleiros e Faleiros (2008, p. 39) destaca que a violência sexual contra a criança:

[...] deturpa as relações socioafetivas e culturais entre os adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas; confunde nas crianças violentadas, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais, o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; inverte a natureza das relações adulto/criança e adolescente definidas socialmente; confunde os limites intergeracionais.

Nesse sentido, a violência sexual contra crianças é um ato criminoso e, além de consistir em uma questão social, é um problema de saúde pública que demanda atenção e tratamento especial. Assim, ao falar sobre este tema, discute-se a relação entre uma vítima e um criminoso, que pode acontecer de forma esporádica/pontual ou contínua, por um período longo, e que pode resultar à criança diversas consequências em nível psicológico, físico e psicossocial (CANUTO *et al.*, 2011).

A violência sexual, ocorre, geralmente, de forma violenta, sob ameaça, ou de modo a seduzir a vontade do adolescente ou da criança. Nem sempre é por meio do contato físico, podendo ser pela prática do voyeurismo, do exibicionismo, como também do sexo oral e do intercurso interfemural e com o uso de objetos. Outras formas de violência sexual são a exploração sexual e a pornografia (ROCHA, 2004). Há um consenso (GABEL, 1997; GRAÇA; FERRARESE, 2004; SCODELARIO, 2002) de que a violência sexual expressa uma forma de

abuso de poder e astúcia. Nesta relação aparecem as formas de exercício do poder do mais forte contra o mais fraco, do dependente e confiante naquele que tem a responsabilidade de protegê-lo, e do uso delinquente da sexualidade pela manipulação do corpo do outro sem autorização.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente cometida por familiares ou conhecido, é um espaço de silêncio, segredos e sigilos, pois, algumas famílias não acreditam na violência ocorrida, e que mais do que não acreditar na violência, em algumas famílias se estabelecem pactos de silêncio, o que não é regra para todas as situações de violência. Deste modo, “[...] o medo que têm as crianças e os adolescentes é o principal fator que as impedem de romper o silêncio, medo de sofrer consequências como quebra dos laços familiares por pior que sejam mantidos em um modelo adultocêntrico, falocêntrico e sexista” (VAGLIATI, 2014, p. 48).

Rocha (2004) enfatiza que, há sempre nessas experiências um envolvimento emocional evidenciado pelo pacto de silêncio se fortalece e se reproduz em função do medo de denunciar por parte da população e dos profissionais. Esse medo se justifica pela falta de informação sobre o Sistema de Garantias de Direitos (SGD), pelas exigências burocráticas no atendimento e pela falta de recursos.

No que diz respeito à compreensão sobre as causalidades dessa violência, não é rara a relação entre a violência sexual contra crianças a um padrão social falocrático, machista, patriarcal e/ou heteronormativo, evidenciando os índices em que as meninas são as vítimas mais frequentes, enquanto que os homens são os perpetradores mais comuns. Dessa maneira, em um primeiro momento, pode parecer óbvia a associação entre gênero e violência sexual contra crianças.

2.2.3 Contextualização do fenômeno da violência sexual no Brasil

No cenário da violência, o Brasil apresenta dados significativos. A violência sexual contra a criança e contra o adolescente torna-se, dentre os diversos tipos de violência, uma discussão relevante, tendo em vista seus domínios de alcance nos diversos cenários de debate da sociedade.

Estima-se que aproximadamente 40 milhões de crianças e adolescentes em todo o mundo sejam vítimas de abuso sexual por ano. No entanto, devido à ocorrência desses incidentes, à frequente dependência das vítimas dos agressores e o medo do constrangimento associados ao relato de tais atos de violência, essa estimativa pode ser subestimada (SANTOS

et al., 2018).

As estatísticas que retratam a face da violência sexual no Brasil podem ser destacadas pelo serviço nacional de denúncias Disque 100. No Brasil, os índices têm se mostrado alarmantes, segundo esse serviço de denúncia, a violência sexual contra crianças e adolescentes é a quarta manifestação de violência mais registrada. Foram contabilizadas no Brasil 76.216 denúncias de violência, no ano de 2019, envolvendo crianças e adolescentes, sendo que 17.093 desse total se referiam à violência sexual (BRASIL, 2020).

Conforme a publicação do *site* Childhood (2019) quase 80% das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes são de abuso sexual. Esse tipo específico de violência sexual tem uma característica alarmante: um número significativo dos agressores são familiares da vítima – pais, mães, padrastos, tios, avós. No entanto, os órgãos analisados também apresentam dados desiguais quanto a essa característica: entre 2011 e 2017, o Ministério da Saúde registrou 27% de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em que os agressores são familiares da vítima. No mesmo período, o Disque 100 recebeu 54% de denúncias com esse mesmo perfil. Os dois órgãos constataram que a grande maioria dos agressores de violência sexual contra meninas e meninos são do sexo masculino. Nos dados do Disque 100, 63% dos abusadores são homens e, segundo o Ministério da Saúde, os homens representam 88% dos agressores (BRASIL, 2020).

De acordo com o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018) no período de 2011 a 2017 foram notificados 184.524 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo 58.035 (31,5%) contra crianças. Entre essas 74,2% eram do sexo feminino e 25,8% eram do sexo masculino, sendo 81% dos autores homens. Pouco mais da metade dessas crianças (51,2%) possuíam entre 1 e 5 anos de idade, com alta concentração na região Sudeste (40,4%) e acentuada presença da residência como um local de perpetuação da violência sexual contra crianças. Assim, ficam evidentes os inúmeros desafios para lidar com as complexas questões que o enfrentamento dessa realidade exige.

Segundo o Disque 100 (BRASIL, 2015), mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para registro e encaminhamento de denúncias, os homens são os principais perpetradores da violência sexual contra crianças, assim como as meninas são as vítimas preferenciais, porém há a subnotificação da violência sexual contra meninos, na medida em que algumas famílias, temendo a associação de seus filhos à homossexualidade, não chegam a fazer a denúncia.

Como pode ser observado nos dados de notificação apresentados, as meninas foram apontadas como as principais vítimas do abuso sexual. Aguiar e Ferreira (2020), acrescenta a essa discussão diversos questionamentos importantes, dentre os quais: Por que as meninas ainda são os principais alvos desse tipo de violência? E, principalmente, por que em nossa cultura ainda se perpetua essa realidade? Esses são questionamentos importantes para entendermos o porquê de esse dado ser algo recorrente nos estudos realizados nessa área. Uma ideia reforçada em nossa sociedade, que pode de um modo muito superficial responder a esse dado é o entendimento de uma cultura machista que perpetua e reforça a imagem da menina/adolescente/mulher como sexualizada e coisificada. Observando as características da violência sexual, foi observado que 33,7% dos casos tiveram caráter de repetição, 69,2% ocorreram na residência, no meio intrafamiliar, ao passo que 4,6% ocorreram na escola. Em 81,6% dos casos o agressor era do sexo masculino e em 37%, tinham vínculo com a família (BRASIL, 2018).

No Brasil estudos apontam crescente notificação desse tipo de violência nas diferentes regiões. A exemplo, o estudo realizado para analisar tendências desse fenômeno no período de 2009-2013 evidenciou o crescimento nacional do quantitativo de notificações e identificou que a Região Sudeste concentrou o maior número de casos (GASPAR; PEREIRA, 2018). De acordo com dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) em 2017, 27.963 casos de violência sexual na faixa etária de 0 a 19 anos foram notificadas sendo que desses, 39,5% ocorreram na faixa etária de 10 a 14 anos e 91,2% em meninas (BRASIL, 2019).

O estudo realizado por Nery *et al.* (2020) demonstrou que crianças e adolescentes na Bahia estão expostos à violência sexual com maior frequência na residência, local que deveria ser de proteção e segurança, e ainda perpetrado na maioria das vezes por àqueles que deveriam provê-las. Esses resultados corroboram com outros trabalhos nacionais e internacionais (BRASIL, 2017b; SANTOS *et al.*, 2018; SENA; SILVA; FALBO NETO, 2018; WARD *et al.*, 2018; WHO, 2014) evidenciando um cenário de igual modo preocupante ao âmbito mundial. Contudo, autores que analisam a revelação da violência sexual, observaram que a negação do fenômeno foi predominante no sexo masculino e o número de casos omitidos pelas vítimas era maior quando a violência ocorria no meio intrafamiliar (BAÍA *et al.*, 2013; BOUDREAU *et al.*, 2018).

As estatísticas apresentadas sobre a violência sexual demonstram como é relevante para a sociedade debater sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, refletindo a

necessidade de discutir sobre prevenção como forma de cuidado e evitando assim a violência contra essa categoria.

2.2.4 Em tempos de pandemia COVID-19: dados da violência sexual

Durante a construção inicial deste estudo, enfrentamos uma pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), deflagrada no início de 2020 que impossibilitou o convívio e as possibilidades das crianças pedirem ajuda nesse momento de distanciamento. Entretanto, não há como esperar a pandemia passar para discutir o assunto. A grave subnotificação causada pela pandemia dificulta a ação do Conselho Tutelar e a aplicação de medidas protetivas que garantam o Direito das Crianças e dos Adolescentes, visto que a identificação de casos e o amparo nas denúncias são realizados no ambiente escolar e social onde a vítima tenha a todo o momento pessoas especializadas em seu auxílio.

Nesse momento histórico, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020 decretou o distanciamento social como forma de prevenir a proliferação do vírus, também a OMS sugeriu a suspensão das aulas e atividades presenciais em escolas, universidades, cursos e do comércio não essencial, conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020), é possível reconhecer que a subnotificação dos casos acaba sendo um efeito colateral do isolamento social.

Sendo necessário atender a Resolução CEE/BA N.º 27, de 25 de março de 2020:

Orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial, enquanto permanecerem os atos decorrentes do Decreto Estadual nº. 19.529, de 16 de março de 2020, que estabelece as medidas temporárias para o enfrentamento de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional - ESPIN, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID19. (BAHIA, 2020, p. 1)

Sem o encontro com os colegas, sem a praça ou o centro de saúde, mas principalmente sem escola, o silenciamento é instalado. Naquele momento, crianças e adolescentes encontravam-se privados de contatos com redes de apoio extrafamiliares e escolas, dificultando o acesso a espaços de saúde e serviços específicos de proteção à criança (LUND; MÂNICA; MÂNICA, 2020). Um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alerta sobre as consequências significativas e crescentes da pandemia para crianças e adolescentes. Nele, estima-se que mais 15% das crianças, cerca de 150 milhões, passaram a viver em pobreza

multidimensional, ou seja, sem acesso à educação, saúde, habitação, nutrição, saneamento ou água (UNICEF, 2020). A soma de todas as mudanças familiares, econômicas e sociais durante este período pandêmico pode se transformar em um potencial cenário favorável ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, portanto, profissionais precisam ser vigilantes para esses fatores de risco (TEO; GRIFFTHS, 2020).

Costa *et al.* (2020), apontam que houve diminuição das denúncias no período de pandemia, o que faz acender um alerta para o aumento da subnotificação nesse período. As autoras alegam que acessar as instituições para realizar a denúncia é mais difícil e as vítimas estão mais expostas a agressores, que costumam estar dentro de casa e decorrente disso o apoio de profissionais da educação para se libertar da situação de violência ficou mais distante, aumentando a suscetibilidade das vítimas.

O isolamento social aumenta a possibilidade de aliciamento, pois o/a menor não está sob cuidado de outros adultos em seu período de contato com a sociedade, a exemplo da escola. Além disso, alguns agressores, que antes passavam parte do dia fora de casa, trabalhando, tiveram seus contratos de trabalho suspensos, foram demitidos ou começaram a trabalhar em regime de *home office* em razão da pandemia, ou seja, passaram a permanecer em casa em tempo integral, com mais tempo para a prática de agressões sexuais.

As denúncias de abusos sexuais, que, em tempos normais, já são inferiores ao número efetivo de casos de agressões, também foram reduzidas em razão da pandemia. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), afirmou que houve a redução de 18% das denúncias de violência contra a criança e adolescentes interceptadas pelo Disque 100 (BRASIL, 2021).

Segundo Souza (2021), mais de 70% dos casos de violência sexual contra crianças ocorrem na própria casa das vítimas. Ou seja, muitas crianças estão vulneráveis dentro de suas próprias casas. Os desafios no diagnóstico desse problema sempre foram gigantes. Entretanto, no atual contexto em que a sociedade se encontra em todo o mundo, com os efeitos das medidas de isolamento social, os números mostram que o perigo é ainda maior. Este momento atípico facilitou a insegurança das crianças, pois as vítimas passaram a conviver mais tempo com os abusadores/agressores.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que o afastamento da criança da rotina da escola aumenta o risco de exposição à negligência, maus tratos e violência dentro de casa. Em números, têm-se que há 1,5 vezes mais chances de a criança em situação de

isolamento ser vítima de violência, e 4 a 10 vezes maior probabilidade de vivenciar maus tratos (ONU, 2018).

Considerando esse cenário, é justificável defender que quanto mais instituições colaborarem para a proteção das crianças e dos/as adolescentes, melhor pode ser o combate à violência e ao abuso sexual. Assim, reitera-se que a instituição escolar é um forte instrumento de combate à violência e ao abuso sexual contra crianças e contra adolescentes, além de ser um canal de denúncia contra essa brutalidade. Esse é o foco da próxima seção.

2.3 A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS

Em nosso país, as crianças e adolescentes nem sempre foram tratadas como sujeitos detentores de direitos. Somente após o ano de 1988 é que se instaurou um novo padrão normativo-legal – Constituição Federal – que passa a reconhecer os direitos fundamentais da infância e adolescência. A CF/88 (BRASIL, 1988) representou o marco para as mudanças tangentes dos direitos da criança e do adolescente, trazendo alteração principalmente na doutrina menorista vigente naquele período.

A partir do texto constitucional ampliaram-se as ações voltadas para a promoção, defesa e garantia de direitos da população infanto-juvenil. Muito embora tenhamos marcos normativos e regulatórios cada vez mais refinados no enfrentamento às violações de direitos contra crianças e adolescentes, há ainda um longo percurso a ser realizado para que crianças e adolescentes sejam prioridade nas políticas públicas, sobretudo sociais.

A pressão de mais de 600 Organizações Sociais pelos direitos da infância e adolescência, somada a outros sujeitos que atuavam em favor dos direitos de crianças e adolescentes, no período da Constituinte, possibilitou a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A partir de então passam a ser reconhecidos os direitos fundamentais inerentes à personalidade da Criança e do Adolescente. São eles: a liberdade, o respeito e a dignidade. Estes princípios são os pilares da manutenção do ordenamento jurídico para a proteção destes indivíduos. Conforme preconiza o artigo 227 da CF/88:

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência,

discriminação, exploração, crueldade e expressão (BRASIL, 1988, p. 1).

A publicação da Constituição Federal de 1988 em nosso país foi um marco no campo da garantia de direitos de crianças e adolescentes por dar destaque ao princípio da proteção integral a essas pessoas. Termos como “criança-objeto”, “criança menor”, noções incorporadas por uma visão higienista e correcional, são substituídas pela concepção da criança como sujeito de direitos (BRASIL, 2013).

O combate à violência sexual contra crianças também ganhou naquele momento, especial importância. Como exemplo, tem-se o parágrafo 4º do art. 227 “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (BRASIL, 2013). Essas conquistas foram respostas a diversos movimentos sociais que demandavam ações formais do Estado no enfrentamento à violência sexual, até então um problema velado, não discutido com a devida ênfase, e não assistido pelas políticas públicas (BRASIL, 2013).

A Constituição Federal no Brasil impulsionou a elaboração de novas leis que garantissem a proteção integral da criança e do adolescente. O resultado dessas discussões foi a criação da lei 8.069, que recebeu o nome de ECA e foi promulgada em julho de 1990. Veio garantir a proteção total à criança e ao adolescente contra qualquer forma de violência. Seguindo a mesma linha de raciocínio da Constituição Federal sobre a proteção da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe no artigo 5º que: “[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p. 11).

De acordo com Costa (1993), o ECA promoveu mudanças de conteúdo, método e da gestão; e estas demarcavam que a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes deveriam ser asseguradas por um conjunto articulado de instituições públicas e privadas.

Nesse sentido, considera-se um marco importante para a afirmação da universalidade dos direitos das crianças e adolescentes. Acredita-se que o referido estatuto fomentou mais de 15 reformas legislativas, com foco especial na América Latina, sendo primordial para a elaboração de um sistema de justiça e segurança específico para crianças e adolescentes com Juizados da Infância e Juventude, núcleos especializados no Ministério Público e Defensoria, assim como delegacias especializadas para atendimento de crianças e adolescentes vítimas, mas também para os autores de violência (BRASIL, 2013).

O ECA estabelece diretrizes que são de suma importância para a criação de órgãos e o atendimento para as crianças, que são criação dos Conselhos Municipais, Estaduais, e Nacional dos direitos de crianças e adolescentes. Cada estado deve possuir seu Conselho para gerenciar as demandas que se referem a sua área de atuação.

Em 2006, com a publicação da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), esse conjunto articulado de instituições, visando o atendimento aos direitos da Criança e Adolescente, previstos no artigo 86 a 88 do ECA passou oficialmente a ser denominado de Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Mais recentemente a Lei Federal nº 13.431/2017 (BRASIL, 2017), consolidou legalmente o SGD ao estabelecer legalmente o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Outro documento legal que deriva da CF/88 e do ECA é o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013). Partindo de sua formulação o país realizou avanços importantes no reconhecimento e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Este instrumento instituiu-se no país como referência no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, culminando no conjunto metodológico para a elaboração de políticas, programas e serviços relacionados à violência sexual (BRASIL, 2013).

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra criança e adolescente consolidam as diretrizes nacionais para a atuação dos diferentes órgãos e atores sociais, oferecendo uma síntese metodológica para a estruturação de políticas, programas e serviços. É nesse processo, portanto, que a escola passa a assumir o caráter de proteção frente à infância e adolescência, reconhecendo assim, o dever da escola em promover ações preventivas à ameaça ou violação de direitos garantidos à infância e adolescência. Por fim, afirma constituir falta grave a não comunicação de casos suspeitos ou incorrendo em multa aos responsáveis pela instituição escolar. É a partir desse processo, das responsabilidades firmadas pelo Ministério da Educação (MEC), que o papel das instituições educacionais na rede de enfrentamento vai ganhando seus contornos.

Apesar de todo o avanço, infelizmente, ainda hoje, muitas crianças e adolescentes continuam sendo vítimas das diferentes formas de violações de direitos, em especial da violência sexual. O expressivo cenário de violências contra crianças e adolescentes revela a existência de uma grande lacuna entre os dispositivos legais e a efetivação dos seus direitos.

Demonstram, sobretudo, a pouca ressonância na transformação das mentalidades e concepções com as quais se operam os instrumentos e se operacionalizam as políticas públicas. O investimento na mudança de mentalidade parece ser um indicador importante de ação (SILVA; HAGE, 2017, p. 59).

2.3.1 O papel da escola e do/a professor/a no enfrentamento à violência

Considerando o que foi exposto até aqui, é incontestável que o número de denúncias de violência e de abuso sexual contra crianças e contra adolescentes é bastante preocupante. Por isso, as instituições de proteção a esse público precisam se articular e buscar sempre a melhoria de suas ações, sobretudo em relação ao combate às mais variadas violências sofridas, incluindo a sexual. Reconhecida a amplitude do problema, as escolas necessitam de alternativas preventivas para lidar com o assunto, o que remete à ideia de que não são somente as famílias possuem responsabilidades no tratamento da questão, mas também a unidade escolar para evitar que o abuso, quando causado por parentes, seja silenciado.

O problema da violência e do abuso sexual é algo macrossocial, envolvendo diferentes elementos que se entrecruzam com os aspectos culturais de uma determinada sociedade. Assim, o combate a essa forma de violência deve envolver as mais variadas instituições de atendimento à criança e ao/à adolescente, incluindo as escolas como um *locus* de prevenção, de proteção e de tratamento de informações imprescindíveis para assegurar o direito à dignidade das crianças e dos/as adolescentes.

As ações para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes demandam estratégias que devem ir além de intervenções para os agravos causados por ela. A escola é um dos principais ambientes responsáveis pela transmissão da cultura e transformação das estruturas sociais, uma rede de apoio às crianças e suas questões de sofrimento, por sua vez é uma importante instituição que integra o Sistema de Garantia de Direitos e tem assim um papel importante tanto na identificação de situações de violência de crianças e adolescentes quanto na sua prevenção.

A escola tal como formada atualmente tem como objetivo disseminar conhecimentos historicamente desenvolvidos, e torna-se também um espaço para a promoção da cidadania ao passo que trabalha com seres em desenvolvimento social, físico e emocional. Portanto, os conhecimentos transmitidos na escola, abarcam também a produção de sujeitos de acordo com as normas estabelecidas social e culturalmente e não apenas os conteúdos formais, próprios da

escolarização (SPAZIANI; MAIA, 2015).

Nesse contexto, a escola é um cenário privilegiado para o desenvolvimento de recursos que visem o enfrentamento da violência contra menores, pois concentra crianças e adolescentes de idades e realidades diversas, passíveis de sofrerem tal violação. Faz-se necessário, então, que ações de combate à violência sejam voltadas a toda a comunidade escolar, com o intuito de conscientizar sobre a temática, além de potencializar o espaço como um local para prevenção, identificação e comunicação de possíveis casos (RISTUM, 2010).

O papel da escola na prevenção da violência sexual, de acordo com o que sugere a OMS, deve ocorrer em três níveis: primária, secundária e terciária. A prevenção primária visa oferecer subsídios para que a escola informe à comunidade escolar sobre a realidade da violência sexual. A prevenção secundária propõe-se a identificação de sinais em crianças que possam estar em risco, impedindo que a violência ocorra ou venha reincidir. A prevenção terciária visa o acompanhamento integral da criança ou adolescente e do agressor, para que o abuso não venha ocorrer novamente, e o caso seja levado a todos os órgãos competentes para sua resolução (SANTOS; IPOLLITO, 2011).

Na escola, as crianças e adolescentes interagem com todo o ambiente escolar, expressando e manifestando pensamentos, anseios, expectativas, alegrias e sofrimentos (OLIVEIRA; LIMA, 2016). Crianças e adolescentes “avisam”, de diversas maneiras, que estão vivenciando situações de maus-tratos e abuso sexual. Quase sempre de forma não verbal (SANTOS; IPOLLITO, 2011), eles podem se expressar por meio de gestos, posturas, desenhos e comportamentos. Para que haja a percepção dos sinais de violência sexual é preciso conhecer o assunto.

Segundo o Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (2011), a escola é a instituição mais básica de atendimento da criança e do adolescente, é o primeiro lugar que a criança participa/frequenta quando deixa sua casa (convivência familiar), sendo, portanto, a segunda convivência mais importante da sociedade. Costa acrescenta ainda que se a escola, a família e os sistemas de saúde – enquanto um tripé importante que sustenta os direitos da criança e do adolescente funcionassem como deveria funcionar, não seria necessário um número tão extenso e tão diverso de instituições para atender as crianças e os adolescentes.

Portanto, a instituição não é apenas responsável por ensinar a ler e escrever, mas também por proteger os direitos, promovendo a aceitação e a proteção das diferenças, para não violar os direitos. Deste modo, cabem aos profissionais da educação observar com sensibilidade e

atenção as crianças que possam apresentar as características da violência sexual, pois quando os alunos estão nessa situação, o processo educacional será afetado negativamente (MEDEIROS; CARVALHO; SILVA, 2019).

A importância da escola no enfrentamento da violência doméstica e familiar fica ainda mais evidente quando se considera que crianças e adolescentes têm contato diário e prolongado com ela e com seus profissionais e quando se coloca que, em grande parte dos casos, ela se constitui na única fonte de proteção, especialmente para as crianças e adolescentes que têm familiares como agressores e não encontram, em outros membros da família, a confiança e o apoio necessários à revelação da violência (RISTUM, 2010).

2.4 A FORMAÇÃO DO/A PROFESSOR E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA

No momento em que impera certa censura em relação ao trabalho docente nas instituições brasileiras de ensino, é fundamental pensar que a prática docente pode contribuir para o combate à violência e ao abuso sexual contra crianças e contra adolescentes, sobretudo em uma sociedade em que essa forma de brutalidade tem atingido patamares muito elevados, como é o caso do Brasil.

O professor é o mediador do conhecimento na instituição de ensino. Muitas vezes o aluno remete à imagem desse educador, pois é a referência que ele tem mais próxima para uma interpretação mais adequada das suas vivências. O docente, que por muito tempo fez o seu papel de trabalhar com a educação tradicional, hoje com muitas mudanças pelas quais o mundo passou e tem passado, precisa ter um olhar mais complexo, amplo, crítico da realidade existente nos dias atuais. O aluno na sua totalidade tem se tornado cada vez mais o foco do professor, as suas experiências fazem parte também da escola, pois o mediador tem como trabalho a formação de cidadãos, com seus direitos, deveres e valores a serem obtidos (LIMA, 2019).

Para Sá *et al.*, (2019), o professor é o profissional que se encontra o mais próximo das crianças e adolescentes e tem um importante papel no processo de detecção de casos de violência, é ele que muitas vezes percebe primeiro que algo está acontecendo com a criança.. Os autores ressaltam ainda que em virtude da acessibilidade dos professores/as às crianças, de serem melhores instrutores do que outros profissionais que lidam com elas e pelo fato de permanecerem pelo menos um ano com a mesma criança, educadores podem ser capacitados a serem instrutores de identificação e realizarem estratégias de intervenção com crianças vítimas de abuso.

É importante reconhecer que o professor pode perceber as mudanças de comportamento de seus alunos. Dessa forma, existe a necessidade de que o educador e da equipe pedagógica estejam bem preparados para lidarem com os diferentes problemas do dia a dia escolar.

O ECA aponta que os/as professores/as de creche, ensino fundamental ou pré-escola como responsáveis por denunciar casos de suspeita de violência sexual cometida contra crianças e adolescentes (BRASIL, 1990). Embora tenham tal responsabilidade, e ainda que facilmente apresentem-se diante deles tal situação de violência, frequentemente tais profissionais não se sentem capacitados para tal responsabilidade. Seja porque, em sua formação poucos recebem instrução acerca do assunto, ou por ser um tema de difícil abordagem em virtude dos tabus ou até mesmo da ideia de que crianças são assexuadas e imaturas para compreender o assunto.

Para que seja possível lidar com casos de abuso sexual, a formação de professores precisa ser aprimorada, demanda professores críticos e reflexivos processos formativos que atribuam ao caráter relacional, resultando em processos de apropriação de saberes experienciados em contextos sociais (FELDMANN, 2009, p. 72). Assim, os/as professores/as, necessitam de preparo ao se deparar com estas situações delicadas, pois além de ser um educador/a é cuidador/a, visto que o cuidar e educar são indissociáveis, andam juntos.

De acordo com Santos e Ipollito:

[...] os professores necessitam de apoio e formação interdisciplinar atualizada sobre a temática, além de acesso ao conhecimento gerado em laboratórios educacionais e projetos inovadores para adquirir referências e usá-las em suas práticas educativas. Essa mudança curricular e a formação profissional devem provocar inquietação nos membros da comunidade escolar no que se refere a pesquisas de temas relacionados à sexualidade como direito humano e a metodologias bem-sucedidas de enfrentamento da violência sexual.” (SANTOS; IPOLLITO, 2011, p. 21)

Brino e Williams (2008) escrevem que o desafio de se trabalhar a temática do abuso sexual com os educandos são imensos. Porém as autoras reconhecem que os/as educadores/as assumem um papel importante na prevenção deste mal social, porque possuem uma maior aproximação com os alunos, o que gera uma maior confiança para os educandos fora do contexto familiar.

As autoras citam ainda que durante o período de formação dos/das professores/as nos cursos de graduação não há um currículo específico para o enfrentamento e manejo da violência sexual. A discussão deste tema faz parte do currículo da Legislação Educacional, na qual são abordados diversos tópicos, como o ECA, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), direitos humanos, os aspectos educativos da Constituição Federal, temas transversais,

no qual se engloba sexualidade. As discussões são feitas de maneira superficial, não com escassa profundidade e deixando de tratar o tema em toda a sua complexidade (BRINO; WILLIANS, 2003).

Diante dessa problemática se fazem necessários profissionais capacitados/as, para que caso venha a ocorrer a violência sexual eles/as saibam como lidar com a situação, tomando as atitudes corretas e com cautela. Essa capacitação será por meio das formações continuadas, principalmente devido a serem profissionais da educação. Os aprofundamentos em estudos e conhecimentos não devem encerrar, mas ocorrer de forma contínua buscando cada vez mais entendimentos sobre essa temática e os outros inúmeros assuntos voltados para a educação (LIMA, 2019).

2.5 A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E O ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA SEXUAL

O problema da violência sexual tem ganhado grandes proporções à medida que mais casos são desvendados, ao mesmo tempo, mais políticas de enfrentamento têm sido criadas, embora sejam pouco efetivas, representam uma disposição social de enfrentar um problema tão antigo e difícil de ser solucionado. Entretanto, percebe-se que a temática ainda é recente no tangente à participação escolar, necessitando urgente a inserção nas práticas escolares e nos seus currículos, o que ainda acontece de forma muito reduzida.

Atualmente, a discussão sobre educação sexual na infância e adolescência tem causado divisões e estranhamentos, pois muitas famílias veem isso como ataque à moral e aos bons costumes, o que vai totalmente contra o estudo realizado. Lima e Maio (2014) afirmam que a escola e seus/suas colaboradores não estão preparados” nem para trabalhar com a Educação Sexual e nem com o enfrentamento da violência sexual sofrida pela criança (LIMA; MAIO, 2014, p. 47).

Dentre os motivos, estão os aspectos de os profissionais da educação “[...] não saberem como lidar com a situação e quais os encaminhamentos necessários, o medo de se envolverem com um assunto particular, como a violência sexual é encarada, bem como se envolver no âmbito policial e jurídico, o que dá vazão à omissão” (LIMA; MAIO, 2014, p. 48), situações essas que demandam a necessidade de formação docente sobre a Educação Sexual.

A construção de currículos das escolas do País tem como referência a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que é um documento que regulamenta quais são os saberes,

essências, competências e habilidades que devem ser trabalhados e desenvolvidos dentro das escolas públicas e privadas, da Educação Infantil até o Ensino Médio – não é possível, por exemplo, encontrar uma diretriz que leve ao debate da educação em sexualidade, nem mesmo pelos temas transversais (CASTELANI; TARDELI, 2020).

No geral, as escolas brasileiras não introduziram a educação em sexualidade nos seus currículos. O assunto é abordado quando há ingresso nos conteúdos biológicos, a partir do ensino de anatomia e fisiologia. Há quem considere o assunto como um tabu ou incentivo à iniciação sexual ou erotização, quando na verdade tem como objetivo esclarecer dúvidas e preparar o jovem para uma vida sexual de forma segura (FUMAGALLI; SANTOS, 2021).

Em consonância com a perspectiva de que possível preparar jovens para a vida sexual, Spaziani e Vianna, (2020) afirmam que faz parte do compromisso ético-político de universidades e de programas *stricto sensu* de pós-graduação a produção de conhecimento sobre os temas de relevância social, tal como a violência sexual contra crianças e as suas possibilidades de enfrentamento, bem como a articulação com a sociedade, por meio da formação de profissionais que compõem a rede de proteção às crianças e das famílias. Como ainda são poucos estudos sobre as políticas educativas de combate à vitimização sexual na infância, seria imprescindível investigar quais são os processos e desafios para a sua efetivação.

Há de se considerar a necessidade da introdução à educação em sexualidade no ambiente escolar e familiar. Cumpre dizer que a educação sexual é uma das formas mais eficazes para diminuir a vulnerabilidade da criança perante a violência sexual (ARCARI, 2018). Visto esta ser considerada munição para a criança e para o adolescente proteger a si mesmo e ao outro, identificando situações de abuso e sabendo que devem pedir ajuda.

De acordo com o manual da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, instituído há cerca de 20 anos, a educação sexual é a forma de desenvolver conceitos importantes de proteção, já que o abuso acontece em todas as faixas etárias. Evidencia, ainda, que a informação em assuntos sobre o corpo e a sexualidade torna a criança menos vulnerável ao abuso sexual e com competência e habilidade para se expressar e buscar ajuda caso esteja sofrendo este tipo de violência (ABRAPIA, 2002).

Nesse contexto, Meyer (2017a, p. 45) defende que:

É por meio da Educação Sexual que se cria um ambiente seguro e de liberdade para que os alunos se comuniquem com pais e educadores abertamente, tendo uma fonte

de proteção contra os eventuais perigos. Embora o senso comum relacione a necessidade da Educação Sexual com a adolescência, por entender que ela se refere apenas às questões de reprodução, planejamento familiar e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis e AIDS, a realidade é que ela é algo muito mais abrangente. A sexualidade em si é uma força viva do indivíduo, um meio de expressão dos afetos, uma maneira de cada um se descobrir, bem como descobrir os outros.

A educação em sexualidade é um processo contínuo que não tem idade para começar e que não pode ser considerado distinto de todo o processo educativo em si. Ou seja, a educação sexual acontece também em um contexto que vigora a omissão e o silêncio acerca desse tema. É importante ressaltar que as crianças e adolescentes estão construindo noções sobre sexualidade em todos os momentos, formulando valores e conceitos, independente da intencionalidade (MEYER, 2017b).

Tão cedo quanto possível, crianças e adolescentes precisam da informação e das ferramentas para identificar as situações do cotidiano e terem informações para fazerem escolhas, buscarem ajuda e selecionarem valores construídos a partir da reflexão, na relação com o outro e consigo mesmos. Nesse contexto, o “Guidelines for Comprehensive Sexuality Education” (SIECUS, 2004), um guia americano com mais de 100 mil cópias distribuídas pelo mundo, já propõe a educação sexual para crianças a partir de 5 anos, descrevendo suas diretrizes e metodologias para cada faixa etária até os 12 anos. Embora o senso comum conclua que a Educação Sexual intencional conduz ou estimula a experimentação sexual, o Populations Reports (1995), uma publicação do John Hopkins Hospital, divulgou um estudo que aponta uma análise encomendada pela OMS de mais de mil relatórios de programas de orientação sexual em todo o mundo, demonstrando que é possível que o espaço escolar seja de prevenção dessa violência, por meio da educação para a sexualidade. Educando a criança para a sexualidade pode ser que esta saiba identificar um ato violento, se autoprotoger, assim como contar sobre a possível ocorrência ou tentativa de violência contra ela (BRINO; WILLIAMS, 2008; MAIA, 2005; SANTOS; IPPOLITO, 2009).

A importância da Educação Sexual no enfrentamento da violência sexual também é evidenciada em pesquisas americanas sobre a efetividade de programas ou abordagens de prevenção da violência sexual em escolas ou instituições de proteção à criança. Os estudos apontam que, ao participarem desses programas, crianças de todas as idades internalizam os conceitos de proteção ensinados e que crianças expostas a esses programas utilizam terminologia mais correta sobre o corpo e relações humanas, além de apresentarem sentimentos positivos sobre suas genitálias (FINKELHOR, 2008).

Uma meta-análise internacional descobriu que crianças de todas as idades que participaram de algum programa de prevenção de violência sexual apresentaram seis vezes mais probabilidades de terem comportamento de proteção em situações simuladas de abordagens abusivas do que as crianças que não tiveram informação sobre o assunto (ZWI *et al.*, 2007).

E assim, se a escola omite a responsabilidade de trabalhar com a temática e a sociedade perde uma excelente ferramenta de proteção à criança no que tange à violência sexual, pois através de um profissional capacitado muito se pode fazer para a prevenção da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes (SPAZIANI; MAIA 2015). Um método que pode ser eficaz para prevenir a violência sexual, tendo a escola como intermediadora, buscando a prevenção dessa violência é através da educação sexual. De acordo com pesquisas (BRINO; WILLIANS, 2008; SANTOS; IPPOLITO 2011) crianças desinformadas têm mais chances de serem alvos de abuso.

Segundo Spaziani e Maia (2015, p. 62):

[...] a educação para a sexualidade no contexto escolar visa dar voz às crianças, problematizando as relações de poder e de gênero, sanando as suas curiosidades sobre a sexualidade humana, bem como questionando a utilização da infância como alvo e objeto de consumo - como nas diversas propagandas em que a criança é colocada como um corpo erotizado a ser consumido. No que diz respeito à violência sexual, considerando que existe o componente sexual nessa modalidade de violência, preveni-la envolve educar para a sexualidade, fazendo com que a criança, desde pequena, saiba discernir um ato de violência, assim como a se autoprotoger, garantindo o seu direito de dizer "não" às investidas sexuais do/a perpetrador/a, bem como revelando o segredo solicitado a alguém de sua confiança.

A educação sexual trata de discutir diversidade de gênero, bem como trabalhar os aspectos de comportamentos abusivos por parte de um adulto, crianças maiores ou adolescentes que podem agir de forma inapropriada e assim poder reagir, relatando o ocorrido para alguém de sua confiança (SPAZIANI; MAIA, 2015). Depois de sabermos a necessidade de trabalhar educação sexual para a prevenção de violência sexual, logo surgem dúvidas de como isso pode ser feito. Afinal, trabalhar tal assunto requer sensibilidade para reconhecer os sentimentos de crianças que podem estar vivenciando, ou já terem vivenciado uma situação de violência sexual, bem como, ter sensibilidade para trabalhar com crianças bem pequenas que pouco sabem sobre o assunto (SPAZIANI; MAIA, 2015).

Posto isso, a partir das estatísticas apresentadas em relação à violência sexual e de todo o cenário brasileiro analisado nas sessões anteriores, compreende-se a importância de estratégias de enfrentamento desse tipo de agressão, bem como a urgência de espaços de diálogo

e reflexão sobre Educação em exualidade intencional entendida como parte fundamental na promoção da educação global e preventiva, compreendendo o indivíduo como um ser integral e todas as suas necessidades dentro do contexto histórico atual.

3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Apresento neste capítulo, as bases metodológicas que fundamentam esta investigação. Elucidamos o modo pelo qual a pesquisa foi realizada, destacando a escolha pela abordagem metodológica, critérios elegidos para a escolha da escola – lócus da investigação – e dos/as participantes, instrumentos para a coleta de dados e procedimento utilizado para a sistematização e análise dos dados.

Para além de técnicas, a metodologia utilizada considera a natureza da pesquisa, o tipo e a delimitação do objeto. Desse modo, ressalta-se que a pesquisa contempla características de uma abordagem qualitativa, pois, o objeto de pesquisa tem como características: o caráter qualitativo, descritivo e processual, uma vez que, para alcançar o objetivo proposto, é necessário conhecer os significados, as dificuldades, as dúvidas dos participantes envolvidos na pesquisa.

Visto ser nossa preocupação realizar pesquisas no contexto escolar de modo a contribuir com suas equipes na compreensão e busca de respostas às dificuldades nelas inerentes, encontramos nas abordagens qualitativas o caminho natural. Oliveira (2011) relata que esse tipo de abordagem envolve um processo de análise e reflexão, permitindo compreender, em detalhes, o objeto de estudo em seu contexto, tendo como ferramentas a observação, aplicação de questionário, entrevistas e análise de dados.

Buscando responder à pergunta de pesquisa: Como o espaço escolar pode atuar na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes na educação básica da rede pública municipal? Delineando as etapas procedimentais, realizamos a investigação em colaboração envolvendo os/as professores/as num processo de produção de saberes e trocas de experiências com o objetivo de resolver problemas educacionais em comum com ênfase na formação das pessoas envolvidas. Desse modo, vislumbramos a proposta o envolvimento entre todos participantes, com diferentes papéis no desenrolar da pesquisa, mas que minimiza a dicotomia teoria-prática e a rígida hierarquia entre pesquisadores universitários e professores da educação básica.

Esta pesquisa pode ser considerada uma pesquisa-ação do tipo colaborativa, pois, possui um conjunto de características específicas como: está relacionada à formação de pessoas, é democrática e participativa, possui uma problemática, promove a reflexão, muda as concepções

dos participantes num processo de aprendizagem coletiva para buscar melhorar situações da prática.

A inspiração para percorrer a pesquisa colaborativa deu-se tendo em vista que a função da pesquisadora foi fazer parte e tornar científico um processo de mudança anteriormente iniciado pelos sujeitos do grupo. Sabendo-se que essa transformação decorre de um processo que valoriza a construção cognitiva de experiência sustentada por uma reflexão crítica coletiva em vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas, esta pesquisa assume o caráter de criticidade, para qual tem se utilizado a conceituação de pesquisa-ação crítica (FRANCO, 2005).

Para Ibiapina (2008), a pesquisa colaborativa surge no ambiente da educação como alternativa para o desenvolvimento de estudos considerados emancipatórios| contribuindo assim, com a disseminação de atitudes que motivam a coprodução de conhecimentos voltados para a mudança da cultura escolar e para o desenvolvimento profissional dos/das professores/as.

Reforçando esse pensamento, é afirmado por Goldenberg (1999) que em estudos sobre pesquisa qualitativa a escolha de um assunto não surge espontaneamente, é decorrente “de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas(GOLDENBERG, 1999:79)”.

A escolha pela temática é fruto das minhas inquietações em investigar o problema que está posto, diante das consequências da violência sexual, configurado na seguinte questão investigativa: como está sendo a rede de enfrentamento contra a violência sexual contra crianças e adolescentes no Colégio Gilberto Dias de Miranda?

A pesquisa colaborativa, por sua vez, tem por objetivo criar nas escolas uma cultura de análise das práticas que são realizadas, a fim de possibilitar que os seus/suas professores, auxiliados pelos professores da universidade, transformem suas ações e as práticas institucionais (ZEICHNER, 1993). Ao realizar-se dentro do contexto escolar a pesquisa colaborativa pode constituir uma estratégia pedagógica, um espaço de conscientização, análise e crítica. Para Pimenta (2006) os professores que vivenciam esta modalidade de pesquisa têm a possibilidade de refletir sobre as suas próprias práticas, sua condição de trabalhador, bem como os limites e possibilidades do seu trabalho.

A pesquisa do tipo colaborativa pressupõe a coprodução de conhecimentos entre pesquisador e a comunidade da pesquisa. Ela permite ao pesquisador atuar em dois campos: o da pesquisa e o da formação. E, durante esse processo, todos os envolvidos participam ativamente da ação colaborativa em todas as etapas.

A pesquisa colaborativa, ancorada nas bases da pesquisa qualitativa, vem sendo ricamente utilizada no sentido de ampliar a participação do pesquisador na escola. Do ponto de vista de Gasparotto e Menegassi (2016), trata-se, de uma proposta de pesquisa em que todo o processo é conduzido em coparticipação entre professor e pesquisador, em vez de o pesquisador inserir-se no ambiente escolar apenas para observar, dizer o que está ou não adequado, objetiva-se discutir junto ao professor a realidade de seu trabalho, as dificuldades encontradas e oferecer subsídios teórico-metodológicos para a implementação de novas práticas.

Existem fatores importantes a serem considerados a fim de que as pesquisas não se tornem fragilizadas e com resultados pouco relevantes. A esse respeito Ghedin e Franco (2011) chamam a atenção para a importância do olhar atento do pesquisador ao rigor metodológico aplicado à pesquisa científica. Neste sentido, descrevo a seguir o percurso metodológico para esta investigação científica. Os dispositivos utilizados para a construção dos dados no lócus de investigação, foram: a análise documental, a entrevista semiestruturada e o grupo focal, que serão melhor descritos nas próximas seções.

3.2 CARACTERIZANDO O LÓCUS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida no Colégio Gilberto Dias de Miranda, o qual constitui meu local de trabalho, onde a autora leciona o componente curricular, Ciências no Ensino Fundamental II. A vivência como docente, permite compreender melhor a dinâmica dos processos educativos deste lugar em que me coloco agora como professora pesquisadora, imbricada na própria pesquisa, imbricação esta, decorrente de minha posição como sujeito e ser social.

O Colégio Gilberto Dias de Miranda (CGDM), anteriormente denominado “Colégio Municipal de Jacobina – COMUJA”, foi inaugurado há 47 anos em um terreno doado pelo então prefeito da época, Dr. Gilberto Dias de Miranda. Foi fundado em 31 de março de 1975 através da Lei nº 015. Tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Jacobina e recebe recursos provenientes de Programas do Governo Federal.

O Colégio Gilberto Dias de Miranda está localizado no bairro Félix Tomaz, na cidade de Jacobina, município que de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021 é de 80.749 habitantes, sendo adjacência residencial, oferece à comunidade a Praça do CEU com área de lazer, esporte e cultura; escolas e creches da rede pública e privada; igrejas

evangélicas e mercados, bares, dentre outros comércios, e atualmente sedia a Secretaria Municipal de Educação de Jacobina. Não possui uma associação comunitária atuante e nenhuma atividade cultural em evidência. A seguir apresento uma fotografia da fachada principal da instituição.

Figura 2 - Fachada do Colégio Gilberto Dias de Miranda



Fonte: Foto tirada do acervo da autora (2022)

O referido colégio, hoje se transformou em um dos maiores colégios públicos de toda região, e atende os anseios da comunidade por oferecer uma infraestrutura adequada aos seus moradores, tais como um grande espaço físico de educação, esporte, cultura e lazer. A estrutura física do colégio é composta por um complexo de pavilhões, que compreende: 38 salas de aulas, uma sala de professores, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) secretaria, sala de vice-direção, sala de coordenação, laboratório de informática, sala de multimídia, sala de processamento de dados, sala de arquivo, biblioteca, sala de leitura, depósito de materiais esportivos, sala de educação física (recreação), quadra coberta, e quadra descoberta, 02 almoxarifados, sala de música (fanfarra), sala da rádio escola, 01 cozinha, refeitório, auditório com 400 lugares, 16 sanitários masculinos, 17 sanitários femininos e um prédio anexo que atende aos estudantes, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

A Unidade Escolar conta, no momento do levantamento destas informações, com equipe gestora composta um diretor geral e três vice-diretores, além de dispor de 05 coordenadores pedagógicos, 85 professores e 29 servidores (agentes administrativos e de portaria), 05 Estagiários, 03 Mediadores, 03 Intérpretes de Libras, 02 Cuidadores e a Equipe Gestora composta por: 01 Diretor, 03 Vice-diretores, 01 Secretário Escolar, 05 Coordenadores

Pedagógicos para atender aos 1.678 discentes matriculados no ano de 2022, distribuídos em 59 turmas. A seguir apresento um quadro contendo os dados referentes ao quantitativo de discentes matriculados/as em cada turno e segmento oferecidos na unidade escolar em 2022.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado no ano de 2022 – recentemente reformulado pela atual gestão – essa unidade escolar tem como visão: “Ser uma escola de referência no ensino de qualidade, inclusão, e ações transformadoras da realidade dos alunos, colaborando para o desenvolvimento de seus educandos enquanto cidadãos proativos, tornando-os capazes de atuarem na sociedade de forma autônoma e significativa.”. Ademais, concentra-se na seguinte missão: “garantir o acesso e a permanência de todos/as, ser uma escola inclusiva, que respeita a diversidade religiosa, de gênero, étnica, promovendo a igualdade e participação da comunidade, melhorando os índices de avaliações internas e externas, visando a formação integral de sujeitos críticos, autônomos, éticos e solidários.”, cujo objetivo geral constitui-se em oferecer à população de Jacobina, uma escola pública com educação de qualidade e inclusiva, promovendo as aprendizagens (fundamentais e curriculares) aliadas às competências do conhecimento, pensamento científico, crítico - reflexivo e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania. Contribuindo para a formação de cidadãos protagonistas, capazes de construir uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” (PPP, 2022, p. 18).

A opção pela escolha desta unidade escolar para esta pesquisa se deu por ser o colégio do município e contar com um número significativo de profissionais e apresentar a maior estrutura escolar existente no município. A faixa etária das crianças e adolescentes matriculados na instituição está entre cinco e quinze anos. Ressalto, entretanto, que o foco deste estudo investigativo constituiu-se dos/das docentes das classes do Ensino Fundamental I e II (1º ao 9º ano) dos turnos matutino e vespertino, bem como, o respectivo corpo docente que leciona nestas turmas.

A escola deve se preocupar em formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de lutar pela garantia de seus direitos, somente assim ela contribuirá efetivamente no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Diante disso, destacamos a importância do trabalho da Educação em sexualidade Sexual escolar, para que a criança tenha conhecimento sobre seu corpo, à existência da violência sexual e o poder do enfrentamento. Acreditamos que não pode ser atribuída como dever exclusivo da escola a responsabilidade de trabalhar a

Educação em sexualidade, porém, ela configura como mais uma instância onde circulam saberes sobre o corpo e a sexualidade. Partindo da importância da escola como instituição social, de formação de cidadão de direito, que optamos por trabalhar em nossa pesquisa com uma escola, a fim de perceber qual tem sido seu papel no combate a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quadro 2 - Quantitativo de alunos/as matriculados no Colégio Gilberto Dias de Miranda - 2022

Ensino Fundamental I							
Matutino	Nº de turmas	Nº de alunos		Vespertino	Nº de turmas	Nº de alunos	
	09	F	M		07	F	M
		123	116			87	104
		239				191	
Ensino Fundamental II							
Matutino	Nº de turmas	Nº de alunos		Vespertino	Nº de turmas	Nº de alunos	
	21	F	M		12	F	M
		290	329			191	179
		619				370	
Tempo Juvenil (TJ)							
Matutino	Nº de turmas	Nº de alunos		Vespertino	Nº de turmas	Nº de alunos	
	03	F	M		01	F	M
		19	57			15	17
		76				32	
Educação de Jovens, Adultos e Idosos - EJA I							
Noturno	Nº de turmas		Nº de alunos				
	06		F	M			
			66	85			
		151					
Total geral			Nº de turmas		Nº de alunos		
			59		F	M	
					791	887	
		1678					

Fonte: Secretaria do Colégio Gilberto Dias de Miranda – Jacobina/2022

Com relação às questões pedagógicas, o Colégio Municipal, tem tradição em realizar projetos pedagógicos, com o intuito de alcançar um ensino de qualidade. Apresentam, em seu Projeto Político Pedagógico as seguintes ações: Realização de Projeto durante todo ano letivo voltado para as questões sócio emocional através de parcerias com psicólogos, Equipe Gestora a fim de identificar, acompanhar os casos de alunos com: depressão, crise de ansiedade, crise do pânico, pensamentos suicidas, auto mutilação” (PPP, 2022, p. 28). Dentre os valores destacados no documento estão: a ressignificação de valores tais como: solidariedade, amizade, respeito, justiça e amor, proporcionando assim, uma melhor qualidade de vida.

A leitura do PPP foi fundamental, para subsidiar a formulação do meu projeto de pesquisa, pois, confirmou que não existia nenhuma ação de formação de professores e/ou comunidade escolar para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes sendo desenvolvido foi constatado que a temática do enfrentamento da violência sexual também não estava compreendida no currículo da instituição.

Com intenção de compreender acerca dos documentos pedagógicos do objeto de pesquisa, realizei uma imersão no Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Jacobina, Lei de criação nº 1333 de 19/09/2015 (JACOBINA, 2015), vigência do plano 2015 a 2025, com intuito de ampliar o embasamento legal da pesquisa, ora apresentada.

O documento destaca que é preciso ampliar ações de combate à violência, ao uso de drogas nas escolas em parceria com outras Secretarias, através do desenvolvimento de ações destinadas a capacitação de educadores para detecção de suas causas como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de medidas adequadas de segurança que promovam a construção de cultura de paz no ambiente escolar.

No conteúdo dessas diretrizes, o referido documento apresenta como estratégia garantir ações de combate à violência, ao uso de drogas nas escolas em parceria com outras Secretarias, através do desenvolvimento de ações destinadas a capacitação de educadores para detecção de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de medidas adequadas de segurança que promovam a construção de cultura de paz no ambiente escolar, dotado de segurança para a comunidade.

Diante disso, é possível observar que o PME é um recurso de gestão importante para a consolidação de políticas de estado e deve abordar as problemáticas que atingem crianças e adolescentes, por tudo isso ele se converte no principal instrumento da política pública educacional. Mas para isso, é preciso considerar as múltiplas realidades e discutir questões importantes para a garantia do acesso à educação de qualidade e socialmente referenciada, para tanto, será necessário a contribuição dos/as docentes colaboradores/as, os quais descrevo a seguir.

3.3 OS/AS COLABORADORES/AS DA PESQUISA

É essencial para um trabalho colaborativo criar condições que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem das práticas de colaboração e reflexividade entre os partícipes da pesquisa, pois, dessa forma, as possibilidades de produção de conhecimento

ligadas à prática de ensino expandem-se, permitindo que haja de fato uma relação entre teoria e prática. Ibiapina (2008) recomenda a sistematização de procedimentos essenciais para a concretização efetiva das investigações que utilizam a perspectiva colaborativa, são eles: a sensibilização dos colaboradores, a negociação dos espaços e tempos, o diagnóstico das necessidades formativas e dos conhecimentos prévios, as sessões de estudo intercaladas pelas sessões de análises reflexivas das práticas docentes.

Visando fazer um recorte investigativo pertinente à proposta da pesquisa, definimos como colaboradores, os/as docentes do ensino fundamental I e II. Para a seleção dos/das professores/as utilizamos os critérios: ser professor efetivo e disponibilidade para entrevista e participação dos grupos focais e desejo do educador para a discussão de tal temática que apresentei a direção, coordenação e ao corpo docente efetivo da instituição. Assim, o grupo colaborador desta pesquisa foi constituído por oito docentes, sendo sete do ensino fundamental II e apenas um do ensino fundamental I.

Sobre os critérios de inclusão para a seleção dos/das professores/as da pesquisa utilizamos o seguinte critério de inclusão: Consentir em participar da pesquisa através da assinatura do TCLE, ser professor/a efetivo do quadro docente da unidade escolar e disponibilidade para participar das entrevistas e dos três encontros. E os critérios de exclusão: foram não participar das entrevistas e não comparecer aos encontros.

3.4 SISTEMATIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE DADOS

Para uma melhor organização das ações, optou-se por dividir a pesquisa em etapas: A primeira etapa denominada de exploratória, compreendeu uma fase informal de aproximação com o *locus*, leitura e apropriação dos documentos e aprofundamento teórico referentes ao tema da pesquisa, bem como momento de validação dos dispositivos para construção de dados. A segunda etapa denominada de colaborativa compreendeu a construção dos dados a partir da aplicação dos dispositivos validados anteriormente. A terceira etapa correspondeu à análise e interpretação dos dados, por meio da análise do conteúdo e triangulação dos dados, a sistematização dos resultados da pesquisa, entre eles a escrita final do texto dissertativo para defesa.

A entrada em campo ocorreu após a liberação do parecer favorável do Comitê de Ética de Pesquisa - CEP da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Aprovação no CAEE: 58990322.2.0000.0057.

Compreendendo que a pesquisa de campo exige estabelecer relações, foi realizada a aproximação do campo, com a apresentação da proposta de pesquisa para a direção e a coordenação pedagógica expondo nosso objetivo e intenção em desenvolver a pesquisa na unidade escolar, envolvendo docentes.

Somente após a liberação do termo de aprovação da pesquisa pelo CEP foi organizado um momento que contasse com um maior número de participantes para com o propósito de expor para os docentes os principais objetivos da pesquisa e suas implicações nas práticas docentes, foi incluído na pauta e acordamos previamente que ocorresse durante a reunião convocada pela direção e coordenação no dia 20 (vinte) de julho de 2022.

A partir deste momento inicial, foi feita a livre adesão dos (as) docentes, para participação na/da pesquisa como colaboradores/as, os quais participaram efetivamente do processo investigativo, reflexivo.

A fase colaborativa se desenhou pela aplicação das entrevistas semiestruturadas e realização do grupo focal, com objetivo de entender como está sendo a rede de enfrentamento contra a violência sexual contra crianças e adolescentes, e refletir sobre as questões apontadas pelas colaboradoras da pesquisa, bem como apontar de forma colaborativa encaminhamentos para a construção de um resultado/produto que contribua para minimizar as dificuldades emergidas do contexto de atuação profissional das colaboradoras desse estudo.

Para a fase de construção de dados e todas as demais etapas até a análise dos dados e a escrita e divulgação dos resultados, explicamos além dos benefícios: que consistiu em compreender a pesquisa como elemento relevante, para nós educadores/as e também participar como coautor/a de uma construção do resultado/produto final para ser implementado em nossa escola, locus da pesquisa, através de discussões e, debates ampliando os conhecimentos através do estudo dos temas pertinentes e da interação entre participantes, os possíveis riscos, e desconforto de perceberem que não concordam com algum aspecto da pesquisa ou dos resultados apresentados.

Os/as docentes dispostos em participar da pesquisa como colaboradores/as foram informados dos aspectos principais do objeto e procedimentos da investigação, dimensões éticas, riscos e vantagens, além dos aspectos relevantes da pesquisa para todos/as nós educadores/as do ensino fundamental I e II. Foi criado um grupo de *whatsapp* com os docentes que sinalizaram interesse em participar da pesquisa para passar as informações sobre as disponibilidades e agendamento das entrevistas e de como se dariam os encontros de grupo

focal.

Todo o material que foi gravado via gravador de áudio, ficará guardado na sala do Grupo de Pesquisa (Grupo de Estudos em Educação Científica- GEEC) da Universidade do Estado da Bahia pelo período de 05 (cinco) anos, sob a responsabilidade do Pesquisador/a Jesiane da Luz Oliveira. Após este período, os dados serão destruídos.

3.5 DISPOSITIVOS PARA CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Trataremos a seguir, da forma que se deu o processo de geração dos dados necessários ao desenvolvimento do trabalho. Essa fase da pesquisa teve como objetivo reunir os dados pertinentes ao problema a ser investigado. Os dispositivos foram: Entrevista semiestruturada e grupo focal.

3.5.1 Entrevistas semiestruturadas

Optamos pela entrevista semiestruturada, uma modalidade de entrevista em que o entrevistado tem mais liberdade para se expressar. O entrevistador, por sua vez, incentiva o entrevistado levando-o a falar sobre o tema em foco sem fechar suas opções.

Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada favorece não apenas a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e compreensão. Esse tipo de entrevista pode ainda, fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Segundo Ludke e André (1986), o meio mais adequado para o trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito da educação é a entrevista semi estruturada, considerando as informações que se pretende buscar, bem como os participantes colaboradores da pesquisa (professores, profissionais de saúde e coordenação pedagógica), entendem dessa forma que esta apresenta-se como um meio de abordagem mais conveniente e flexível para essa questão. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

As entrevistas foram agendadas com antecedência e realizadas na própria escola e, ocorreram individualmente, foram realizadas após a etapa de aproximação com o campo de pesquisa,

Antes do início das falas, foram passados aos/as entrevistados/as todos os esclarecimentos necessários. O procedimento foi realizado com auxílio de um gravador, para

posteriormente suas falas serem transcritas na íntegra. A duração média das entrevistas foi de 30 a 50 minutos. Os questionamentos obedeceram a um roteiro previamente estabelecido, e conforme a necessidade, novos questionamentos foram sendo acrescentados. Após transcritas foram armazenadas em meios eletrônicos e posteriormente utilizadas na análise de conteúdo.

3.5.2 Grupo focal

Optamos pela técnica do grupo focal, que vem sendo bastante utilizada em pesquisa social e em educação:

[...] por sua importância como ferramenta de pesquisa qualitativa que propicia a identificação de tendências, sendo que o foco desvenda problemas na busca da agenda oculta do problema, visando compreender e não inferir nem generalizar permitindo a reflexão do que é essencial (ARAÚJO; MELO, 2011, p. 2).

A partir de um tema definido e que tinha relação com objetivo da pesquisa, o grupo discutiu e comentou a partir de suas vivências. O trabalho com os grupos focais possibilitou compreender diferentes realidades, práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes.

Foram realizados três (3) grupos focais, com a presença de oito colaboradores, contamos também com uma moderadora responsável pela sistematização das falas e observações durante a atividade com os grupos. Como forma de registro, utilizamos também a gravação em áudio para garantir uma boa qualidade dos apontamentos.

As datas e horários dos encontros foram definidos em comum acordo com os/as participantes de modo que não interferiram em suas rotinas. O primeiro aconteceu no dia 24 (vinte e quatro) de agosto de 2022, o segundo no dia 31 (trinta e um) de agosto de 2022 e o terceiro encontro aconteceu no dia 20 (vinte) de setembro de 2022. Visando maior privacidade e minimização dos riscos, os encontros foram realizados em uma sala distante das demais salas de aula, sem a circulação de discentes e demais funcionários da instituição, foi servido lanche no intervalo. O grupo focal foi realizado em uma sala com acomodação adequada aos participantes, oferecendo um ambiente acolhedor, silencioso e propício para a execução da atividade na própria escola.

Os grupos focais tiveram duração média de 90 a 120 minutos e também tiveram seus áudios gravados e posteriormente descritos para serem apreciados no momento da triangulação dos dados. Pelo fato de serem os mesmos participantes das entrevistas utilizamos os mesmos

pseudônimos utilizados para identificar os colaboradores nas entrevistas. Como forma de registro, utilizamos também a gravação em áudio para garantir uma boa qualidade dos apontamentos.

Por meio do movimento colaborativo, durante os encontros de grupo focal buscamos fornecer os subsídios teórico-metodológicos necessários para auxiliar os colaboradores, a identificar, notificar e desenvolverem estratégias de prevenção no ambiente escolar, visto que, não adianta apenas culpabilizar a escola e/ou os docentes de não protagonizarem ou não estarem desenvolvendo ações de enfrentamento, é necessário fornecer-lhes condições para tal.

Utilizamos dos recursos projetivos com o uso de vídeos de curta duração: dois apresentaram temática da violência sexual e o outro sobre a educação em sexualidade. Também foram utilizadas dinâmicas e discussão dos textos para fomentar as discussões de forma contextualizada. A realização do grupo focal adotou os seguintes passos apresentados no quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Estrutura do Grupo Focal

Dia Tempo/ Duração	Dinâmica da atividade	Questões disparadoras
Encontro 1 24/08/22 19:30 a 21:10 Duração: 01:40	Recepção, apresentação dos objetivos do encontro; Discussão de casos emblemáticos Realização de quiz Exposição de Vídeo	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Qual é o seu papel diante de uma situação de violência sexual? ❖ O que você conhece sobre as leis que protegem as vítimas? Sobre as leis de proteção à criança e ao adolescente, é possível afirmar que a denúncia é responsabilidade do professor. Vocês conhecem as formas de encaminhamento?
Encontro 2 31/08/22 19:30 a 21:05 Duração: 01:35	Recepção, apresentação dos objetivos do encontro e síntese do encontro anterior; Discussão de textos; Realização de dinâmica Exposição de vídeo	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Como vocês percebem a escola e sua atuação como espaço de proteção às crianças e aos adolescentes? ❖ No contexto da nossa escola, o professor e a instituição têm exercido o papel de agente de proteção? ❖ Como vem sendo abordado o tema do abuso sexual na sua escola? <p>Diante da imensidão dessa escola, como já identificaram o abuso? Será que nossos alunos crianças e a adolescentes avisam de alguma forma que estão sofrendo violência sexual. De que forma?</p>
Encontro 3 20/09/22 19:30 a 21:30 Duração: 02:00	Recepção, apresentação dos objetivos do encontro e síntese do encontro anterior. Leitura e discussão de reportagens Discussão de texto Exposição de vídeo	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aqui na escola já houve discussões, formações e atividades complementares, que entraram nessa temática ou que realizaram atividades que tratem sobre educação em sexualidade? ❖ Como os docentes do Colégio Gilberto Dias de Miranda têm trabalhado a educação em sexualidade com seus alunos? ❖ Quais as dificuldades dos docentes em trabalhar a educação em sexualidade com os alunos?

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Segundo Bernadete Angelina Gatti (2012, p. 7), “[...] os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que a sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas.”. O tema da pesquisa – violências sexuais contra crianças e adolescentes – suscita outras temáticas que estão relacionadas e que nos faz escolher a técnica do grupo focal como parte primordial da pesquisa para o levantamento de dados e a compreensão da realidade a ser estudada. “A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de ideias compartilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros” (GATTI, 2012, p. 11).

De acordo com Gatti (2005), a utilização de grupos focais permite uma interação entre os sujeitos de um grupo através da troca de conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações. Essas interações podem ser manifestadas de modos diversos, e não seriam possíveis de serem captadas apenas com observações, entrevistas ou questionários. Os grupos focais podem ser empregados com várias finalidades. Gatti (2005) ressalta ainda que esta é uma técnica de levantamento de dados muito rica e capaz de capturar diversas formas de linguagem, expressões e tipos de comentários de determinado segmento, o que pode ser fundamental para a realização de estudos posteriores mais amplos.

Os grupos focais serviram como subsídio para as entrevistas, aprofunda o tema a ser discutido/investigado num debate em grupo, e amplia a interlocução que em uma entrevista seria individual. A técnica foi considerada muito importante por permitir compreender as diferenças existentes em perspectivas, ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas, bem como compreender os fatores que os influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos. Dessa forma, podemos compreender que essa técnica possibilitou emergir diferentes pontos de vista sobre uma mesma questão e oportuniza a troca de opiniões entre o grupo, consensos e dissensos, conforme apresentamos nos dados desta pesquisa.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados é etapa fundamental para qualquer tipo de investigação científica. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), o mais importante em uma pesquisa qualitativa é o “significado” dos dados coletados para a compreensão das informações necessárias diante do problema de pesquisa. É o momento de sistematização de dados, transcrição de entrevistas, se

houver planificação de informações, entre outros métodos, para que assim o pesquisador possa ter uma visão geral dos dados coletados e avaliar a necessidade de ainda estar no campo para, porventura, coletar mais dados para responder às questões de investigação.

Escolhemos a análise de conteúdo (AC) para a análise dos dados, a qual pode ser caracterizada como um conjunto de técnicas utilizadas para realizar a análise de comunicações, como transcrições, entrevistas, e outros, e emprega procedimentos objetivos e sistemáticos para encontrar o conteúdo da mensagem em análise (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). O método consiste basicamente em relacionar a frequência da citação de alguns temas, ideias ou palavras de um texto para mensurar o peso atribuído a um determinado assunto pelo seu autor (FLICK, 2009).

A técnica de análise de conteúdo é composta por três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011). A autora afirma, ainda, que a categorização é uma operação de classificar os elementos por diferenciação e depois reagrupar com os critérios previamente definidos. Assim, a categorização foi gerada a partir do diálogo entre os diversos códigos que emergiram no processo de codificação. Sendo assim, nesta pesquisa os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos.

Esse momento, segundo Bogdan e Biklen (1994), é o momento de sistematização de dados, transcrição de entrevistas, se houver, planificação de informações, entre outros métodos, para que assim o pesquisador possa ter uma visão geral dos dados coletados e avaliar a necessidade de ainda estar no campo para, porventura, coletar mais dados para responder às questões de investigação.

Para tal, optou-se pela criação de categorias de análise, que segundo Bardin (2006, p. 117):

[...] este é um processo de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos, sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

Estas categorias de análise foram definidas a partir dos dados coletados nas entrevistas e nos grupos focais realizados. Diante disso, elencamos categorias de análise pertinentes ao objeto de estudo e que puderam produzir análises com objetivo de responder as questões de investigação e classificar as unidades de sentido existentes no texto. Feita essa classificação,

esses dados coletados foram confrontados com o levantamento teórico existente sobre a temática.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

No tocante às questões éticas, foi mantido o compromisso em garantir o esclarecimento dos objetivos vinculados à pesquisa, bem como a tranquilidade e respeito. Todo o diálogo se deu a partir da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que se constituiu num documento necessário ao atendimento do protocolo legal, mas discutimos, sobretudo, sobre o estabelecimento da confiança e cujas questões éticas são necessárias ao desenvolvimento de pesquisas que envolvem seres humanos, de forma que devo como pesquisadora estar sensível às necessidades dos participantes, adequando minhas atividades no campo de pesquisa à realidade dos colaboradores que serão também copartícipes desta pesquisa.

Aos docentes colaboradores da pesquisa foram fornecidas as informações, em linguagem clara e acessível, acerca das condições de realização da pesquisa, esclarecendo sobre os possíveis riscos e as diferentes etapas do estudo para que a partir do exposto pudessem tomar a decisão de participar de forma voluntária e sem nenhuma gratificação.

Para a inclusão da pesquisa foi necessário que os participantes concordem com os critérios estabelecidos pelo TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). É imprescindível, visto que em toda pesquisa que envolve seres humanos, deve-se respeitar a autonomia e a dignidade dos envolvidos, sendo direito do participante tomar conhecimento dos objetivos, justificativa e benefícios resultantes da proposta.

Dentre as providências e cautelas empregadas estão: manter o anonimato das/os participantes, respeito a suas concepções, posições e visões de mundo e se distanciar do objeto de estudo para lhe assegurar o devido rigor científico, sobretudo ao considerar as implicações e repercussões para o contexto acadêmico que, por ventura, o resultado poderia lhe causar. Assim sendo, por se tratar de pesquisa que envolve seres humanos, este estudo foi submetido à Plataforma Brasil, mais especificamente ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos, a fim de defender os interesses dos participantes do estudo em sua integridade e dignidade, conforme Resolução CNS nº 466/12 e 510/16.

A pesquisa teve como benefício contribuir para uma reflexão sobre o tema, além de ter como produto colaborativo uma proposta de formação docente em Educação em Sexualidade. Os resultados serão divulgados em meio acadêmico e científico, no repositório da CAPES,

através de publicação de artigo científico em revista e/ou apresentação em evento, mantendo sempre o sigilo e anonimato de suas colaboradoras.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA EMPÍRICA

4.1 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMERGENTES EM CAMPO

Esse capítulo apresenta a sistematização e análise dos dados em campo, de acordo com a aplicação dos dispositivos entrevistas semiestruturadas e grupo focal, com os colaboradores. Desse modo, será relatada a fase de análise dos dados fundamentada na Análise de Conteúdo, de acordo com Bardin, a qual descreve o conjunto de técnicas de análise das comunicações. Dentre os objetivos desta análise, vale destacar a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura, os quais estão relacionados ao rigor e à descoberta.

No presente capítulo apresentamos os resultados e a análise dos dados. Assim, analisamos as narrativas apresentadas nos encontros de grupo focal e a tabulação das entrevistas. Os dados foram organizados a partir das respostas dos participantes da pesquisa, como forma de compreender em que pontos são divergentes e/ou convergentes. A partir dessa organização foi possível compreender a posição dos colaboradores.

O processo analítico dos dados foi orientado a partir das três categorias teóricas e estruturais, sendo elas: 1- Violência Sexual , 2- Escola e 3- Educação em sexualidade. Essas emergiram a partir da leitura e sistematização dos dados advindos dos dispositivos utilizados (entrevista, grupo focal, análise documental e observação participante). O quadro 4 a seguir demonstra resumidamente, a lógica científica que orientou a organização dos dados (corpus) levantados no campo e as respectivas categorias estruturantes, a partir do agrupamento das questões e seus respectivos dispositivos, para posterior análise e interpretação.

Quadro 4 - Sistematização das questões aplicadas nos dispositivos de pesquisa e as respectivas categorias teóricas

Categoria	Subcategoria	Questão	Dispositivo
Violência sexual	Compreensão do fenômeno da violência sexual – conceito, consequências e identificação de sinais. ● OBJETIVO: Conhecer como os/as professores/as lidam com a violência sexual, se sabem identificar os sinais de violência e suas ações frente a esse fenômeno	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Você sabe definir violência sexual? ➤ Você saberia identificar as consequências que a violência sexual pode acarretar? ➤ Você já observou alunos em situações de violência, já identificou sinais de violência sexual em alunos? 	Entrevista
		<ul style="list-style-type: none"> ❖ Qual é o seu papel diante de uma situação de violência sexual? ❖ O que você conhece sobre as leis que protegem as vítimas? Sobre as leis de proteção à criança e ao adolescente, é possível afirmar que a denúncia é responsabilidade do professor. ❖ Vocês conhecem as formas de encaminhamento? 	Grupo focal
Escola	A escola como espaço de proteção e prevenção da violência sexual ● OBJETIVO: Identificar a atuação e a participação da escola no enfrentamento da violência sexual	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Como você percebe a atuação e a participação escola no que tange ao enfrentamento da violência sexual? ➤ Quais ações você considera importantes para serem implementadas na escola, considerando a proteção de crianças e adolescentes 	Entrevista
		<ul style="list-style-type: none"> ❖ Como vocês percebem a escola e sua atuação como espaço de proteção às crianças e aos adolescentes? ❖ No contexto da nossa escola, o professor e a instituição têm exercido o papel de agente de proteção? ❖ Como vem sendo abordado o tema do abuso sexual na sua escola? ❖ Diante da imensidão dessa escola, como já identificaram o abuso? Será que nossos alunos crianças e a adolescentes avisam de alguma forma que estão sofrendo violência sexual. De que forma? 	Grupo focal
Educação em sexualidade	3. A educação em sexualidade e o enfrentamento da violência sexual OBJETIVO: Identificar as (im)possibilidades e os desafios em abordar educação em sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Durante a sua formação inicial, foi discutido sobre violência sexual? ➤ Já Participou de algum curso de formação que trate ou aborde violência sexual e educação em sexualidade? ➤ Qual a importância que você atribui a educação em sexualidade na escola? Como você acha que poderia abordar esse tema na escola? Como você se sente em abordar educação em sexualidade em sala de aula? ➤ O que a instituição já faz e o que ainda pode ser feito para que a educação em sexualidade faça parte do currículo escolar? 	Entrevista
		<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aqui na escola já houve discussões, formações e atividades complementares, que entraram nessa temática ou que realizaram atividades que tratem sobre educação em sexualidade? ❖ Como os docentes do Colégio Gilberto Dias de Miranda têm trabalhado a educação sexual com seus alunos? ❖ Quais as dificuldades dos docentes em trabalhar a educação em sexualidade com os alunos? 	Grupo focal

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.2 PERFIL IDENTITÁRIO E PROFISSIONAL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A participação de professores, colaboradores é neste item abordada por meio de uma pesquisa empírica, com base fundamentada em entrevistas semiestruturadas. A entrevista (Apêndice A) foi realizada mediante aceitação e a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice C), por todos os participantes. Aos sujeitos submetidos às entrevistas são atribuídos pseudônimos como forma de organização de suas identificações ao longo da pesquisa, enfatizando neste item o devido sigilo de suas identidades.

Com efeito, o Quadro 5 ilustra os dados identitários e profissionais dos/das docentes que aceitaram participar, sendo 1(um) do ensino fundamental I e 7(sete) do ensino fundamental II. Foi sugerido aos/às colaboradores/as que escolhessem uma espécie de pássaro como codinome, para sua identificação no texto Cabe ressaltar que os nomes utilizados são todos fictícios para assegurar a privacidade das participantes. Assim, sendo, resolvemos escolher nomes de pássaros, por simbolizarem simboliza a inteligência, a sabedoria, a leveza, o divino, a alma, a liberdade e a amizade. Por possuírem asas e o poder de voar, em muitas culturas são considerados mensageiros, para representar a importância de falar sobre educação em sexualidade na escola.

Todos eles receberam e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), confirmando sua participação voluntária na pesquisa e a possibilidade de se retirarem a qualquer momento, se por acaso sentissem necessidade. O termo foi elaborado em duas vias iguais, para que uma ficasse com o responsável pela pesquisa e a outra ficasse com o entrevistado. Com o intuito preservar as identidades desses profissionais e assegurá-los com o anonimato, previsto nos TCLE assinados pelos mesmos, buscamos identificá-los através de pseudônimos. A escolha desses pseudônimos foi inspirada

Os principais dados relativos ao perfil e à formação dos/das participantes seguem sistematizados no quadro abaixo, onde apresentamos algumas informações relevantes sobre esses profissionais tais como: idade, sexo, formação, séries e disciplinas que lecionam tempo de docência.

Observei algumas características bem peculiares na constituição deste quadro docente, tanto no que diz respeito à formação (nível de graduação), como também à quantidade de áreas de conhecimento, modalidades de ensino e anos/séries com os quais estes/as profissionais trabalham. Quanto ao tempo de atuação dos pesquisados na docência, as respostas indicam que eles possuem entre 14 e 27 anos de atuação na rede pública municipal de ensino, e na Escola.

Isso demonstra o quadro de professores é formado por sua maioria de profissionais que já vem exercendo a docência na educação básica há mais de cinco anos.

Quadro 5 - Colaboradores/as da Pesquisa de Campo

Colaborador/a	Idade	Sexo	Formação	Tempo de docência	Disciplinas	Série que leciona	Nº alunos atendidos
1. <u>Rouxinol</u>	50	F	Letras Esp em Leitura e produção de texto	27	Geografia	6º ano	120
2. <u>Curió</u>	42	M	Pedagogia e Ciências Biológicas	21	Ciências	7º ano TJ 8/9	100
3. <u>Sabiá</u>	51	F	História Esp. Currículo	27	História	7º ano	250
4. <u>Diamante</u>	37	F	História e Serviço social Esp. Ensino de História e Cultura africana	17	História/ Geografia	7º ano 8º ano	230
5. <u>Andorinha</u>	53	F	Ciências Biológicas Esp Educação Ambiental	26	Ciências / Artes /Religião	6º7º8º	300
6. <u>Beija-flor</u>	43	F	Pedagogia Esp. Alfabetização e Letramento	22	Ensino fundamental I	2º ano	40
7. <u>Bem te vi</u>	46	F	Língua Portuguesa/ Esp em História / Mestrado em Educação e Diversidade	24	Língua Portuguesa/ Redação Ciências	8º ano 9º ano	180
8. <u>Águia</u>	39	F	Letras Mestranda em em Educação e Diversidade	14	Inglês	8º ano	280

Fonte: Elaborado pela autora(2022).

Constata-se que a maioria dos pesquisados trabalham a mais de dez anos na Instituição, podendo oferecer experiência para um trabalho excelente, além de permitir que conheça de forma mais profunda seus alunos e a comunidade em que a escola está inserida. Segundo Dubar (1991) o professor que ensina durante muitos anos, o que ele faz carrega marcas de sua identidade e parte de sua existência é caracterizada por sua profissão. O tempo é um fator importante na edificação dos saberes que servem de base ao trabalho docente.

Ao considerar a formação dos/das colaboradores, identificamos no decorrer da pesquisa uma diversidade quanto às formações iniciais das/dos entrevistadas/os que integram os/as colaboradores é estritamente disciplinar, conforme descrito: pedagogos, letrados, historiadores

e biólogo, dois do grupo apresentam uma segunda graduação, sendo que uma delas apresenta graduação em serviço social, que muito se aproxima com o trato das questões sobre prevenção a violência sexual.. Todos os profissionais possuem graduação e pós-graduação, sendo uma delas mestra e uma cursando mestrado, o que pode significar que são docentes dispostos a buscar conhecimento como meio de aperfeiçoar a prática pedagógica. Não houve referência dos pesquisados sobre qualquer formação relacionada à temática “educação em sexualidade”.

4.3 VIOLÊNCIA SEXUAL – A COMPREENSÃO DO FENÔMENO POR PROFESSORES/AS

Partindo do problema levantado nesta pesquisa sobre como o espaço escolar pode atuar na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, precisamos compreender o entendimento dos educadores acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, as consequências e como identificam os sinais de violência sexual em seus alunos e sobre como essa compreensão interfere na prática educativa, ao reconhecer durante o seu percurso conseguem identificar sinais de violência sexual em crianças e adolescentes que já foram vítimas. Foi proposto aos/as colaboradores da pesquisa – os educadores –, no bloco 2 da entrevista que falassem sobre a conceituação das consequências e os sinais de violência sexual.

O primeiro dispositivo para coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas, compõe-se por três questões. A primeira questão relacionamos a subcategoria “Compreensão do fenômeno da violência sexual”. Ao serem questionados se “Sabem definir violência sexual? E se saberia identificar as consequências que a violência pode acarretar e se já identificaram sinais de violência sexual em alunos?” Dos 8 participantes das entrevistas todos apresentaram suas concepções sobre violência sexual, 07 percebem que existem consequências e 06 já identificaram sinais de violência sexual em alunos . A ideia de fazer essa pergunta inicial para os participantes foi, para além de introduzir a temática da conversa, elucidar a presença e reafirmar a necessidade de se trabalhar essa temática no espaço escolar.

Nos discursos das professoras o Ensino Fundamental violência sexual é:

Sobre violência sexual eu acho que é quando o outro toca o seu corpo sem a sua permissão. Não importa aonde. Tocou sem permissão, eu acho que seja”. (Rouxinol, 2022)

“Violência sexual é um ato abusivo, de a pessoa querer invadir, se apropriar de algo que não lhe pertence, através de toque, penetração, alisamento, oferecer algo em troca

(comida e dinheiro)”. (Curió, 2022)

“Invasão de espaço, invasão de meu espaço, ou o espaço de qualquer outra pessoa acho que o abuso vai muito além do contato físico. Você pode abusar de uma pessoa, só ao olhar. As pessoas na grande maioria acha que o abuso, é você chegar, ter o contato, ter a introdução, né. Às vezes o abuso vem até com palavras, com o olhar.” (Sabiá, 2022)

“Violência sexual para mim vai além do contato físico, que muitas vezes um adulto ou um adolescente tem com uma criança, ou com outro adolescente. Eu observo violência sexual também, quando aquela criança tem acesso a conteúdos adultos, quando alguém meio que seduzir essa criança dando objetos, aliciando essa criança, para que depois chegue a culminância do ato sexual em si.” (Diamante, 2022)

“Então a violência sexual ela não é só no tocar do corpo. Ela pode ser através de palavras, pode ser através de atitudes, de ações, ela pode ser através de gestos pode ser também através de palavras e atitudes mesmo né. É muito triste, é muito constrangedor, é um impacto muito forte.” (Andorinha, 2022)

“A violência sexual parte desde um abuso sexual, um toque em uma parte inapropriada, não é só um estupro, um sexo sem consentimento.” (Beija-flor, 2022)

“Eu entendo que a violência sexual ela não é apenas o ato sexual em si. Então a violência sexual ela pode ser também através de influências, voyeurismo, abusos, manipulações. Então assim a questão da manipulação também ela é um ato de violência sexual.”(Águia, 2022)

“Sobre Violência sexual, tínhamos a ideia né da questão do estupro, e aí no decorrer do tempo, de leituras a gente vai vendo que vai mudando os conceitos que a violência sexual não é só uma conjunção carnal forçada né e que também não são só meninas e mulheres que são vítimas muitos meninos.” (Bem-te-vi, 2022)

Analisando as concepções de violência sexual, apresentadas pelo grupo colaborador, nos fragmentos transcritos anteriormente observamos que os/as professores/as têm conceito formado sobre a violência sexual, o qual é compreendido como violação de direitos. Eles expressam que a violência sexual é adentrar na intimidade do outro, sendo constrangedor, um abuso do corpo e uma tentativa sem consentimento que gera desconforto, uma ausência da moral e do respeito.

Em síntese, a violência sexual nos discursos de professores representa desconforto, ato desumano, amoral, abuso do corpo e ato sexual sem consentimento que fere a integridade humana, que não está voltado apenas para a relação sexual, mas tudo aquilo que não respeita o limite do outro. Nesse sentido entendemos que o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, em contexto amplo, é acentuado de complexidade, pois denota a uma questão social, caracterizada por ser altamente revestida de subjetividade.

Ao tratar de violência, Minayo (2009, p. 41) esclarece que não se trata de um fenômeno abstrato, e que consiste no uso da força, do poder, bem como de privilégios para exercer

domínio, submeter e provocar danos, seja para indivíduos, grupos ou coletividades:

A violência não é um fenômeno abstrato: ela é concreta e ocorre em cada estado e em cada município de forma específica. Por isso existe a necessidade de estudos locais e operacionais. São necessárias também estratégias intersetoriais de enfrentamento. Dependendo das situações concretas, as ações coletivas demandam entendimento com a área de educação, de serviços sociais, de justiça, de segurança pública, do ministério público, do poder legislativo e, sempre, com os movimentos sociais, visando à promoção de uma sociedade cujo valor primordial seja a vida (e não a morte) e à convivência saudável de seus cidadãos. (MINAYO, 2009, p. 41)

Mediante essas considerações, convém afirmar que é necessário que os docentes, bem como todo corpo escolar, conheçam profundamente o que é a violência sexual e o que ela acarreta na vida daquele que sofre abuso, pois possuindo conhecimento sobre o conceito de abuso sexual, é possível tomar medidas necessárias para o seu enfrentamento.

A violência sexual vai de encontro ao princípio constitucional e do ECA que prezam pela doutrina de proteção integral. A negligência dos direitos da criança e do adolescente terá impacto negativo na constituição dos mesmos enquanto sujeitos de direitos, e a negação deste princípio é considerada um ato de violência. Entre os atos de violência praticados contra criança e o adolescente, a sexual é considerada a mais perversa por violar o direito destes em desenvolver sua sexualidade de forma saudável (LANDINI, 2011) e por consequência o seu desenvolvimento pleno enquanto pessoa humana.

Sobre como percebem os impactos na vida de uma criança e adolescente causados por situações de violência sexual trazemos aqui os relatos dos colaboradores :

No meio escolar as consequências, na idade escolar, percebemos um bloqueio, com desenvolvimento comprometido, se sentem nojo de si, suja.

Quando a vítima sofre violência sexual, ela passa a ser outra pessoa, passa a sofrer traumas que leva a toda a vida, com comprometimentos nas relações. (Curió, 2022)

Traz muitas consequências, principalmente para o psicológico. Dos casos que a gente ouve, de pessoas que não conseguem manter, mais na frente quando se torna adulta, uma relação afetiva. Tem pessoas que bloqueiam e até, deixam de acreditar e confiar no outro. Afeta muito nessa relação da pessoa com outro e em todos os âmbitos. (Sabiá, 2022)

Uma das consequências que posso citar, são os distúrbios psicológicos que a gente percebe e que isso afeta diretamente a vida dessa criança, desse jovem que passa por essa situação. Muitas vezes a criança também fica mais tímida, retraída, fica com medo de se relacionar com outros colegas, até em momentos de brincadeiras e de descontração. Fica insegura também quando alguém se aproxima né, porque já sofreu violência, e às vezes tem receio que a pessoa se aproveite dela como o agressor fez. (Diamante, 2022)

São várias consequências, desde a dificuldade de aprendizagem, dificuldades de

confiar nas pessoas, a dificuldade de conviver com as pessoas. São várias.

No campo escolar principalmente vem a questão da dificuldade na aprendizagem. A criança que está sendo abusada e ou violentada, tem tanta coisa para se preocupar que ela não vai conseguir se concentrar, ela não vai conseguir aprender infelizmente. (Beija-Flor, 2022)

Além das consequências físicas que ela vir a ser causadas tem também as consequências morais. Então assim as crianças e os adolescentes podem ter frustrações futuras. Elas podem ter traumas pode carregar traumas e principalmente se ela não publicizar isso, se ela não conversar com outro, se ela não dialogar, se ela não se abrir se ela carregar isso né no seu íntimo preso, então de uma certa forma ela vai ser uma pessoa, digamos assim traumatizada né, até mesmo para suas próprias relações interpessoais com os seus próprios relações e inter relações conjugais futuras. (Águia, 2022)

De modo geral a gente percebe assim o maior fator né é justamente adoecimento mental, normalmente a vítima de abuso sexual da violência sexual desse constrangimento todo que envolve o gênero como um todo a gente vê isso o adoecimento mental, a tendência a suicídio, a tendência a se isolar. (Bem-Te-Vi, 2022)

A discussão das consequências violência sexual para as vítimas desta violência nesse estudo é útil para que se possa compreender a sua dinâmica, além de auxiliar no planejamento de intervenções protetivas e preventivas.

De modo geral, os colaboradores consideram que a violência sexual é um fator que afeta a saúde física e psíquica de qualquer vítima, e se tratando de uma criança, que ainda está em desenvolvimento, os danos são ainda mais profundos. As consequências da violência sexual são complexas, pois envolvem diversos efeitos prejudiciais para a vítima: problemas físicos (trauma, doenças sexualmente transmissíveis); emocionais (medo, ansiedade, depressão); comportamentais (retraimento social, comportamento sexual inapropriado) (AMAZARRAY; KOLLER, 1998); além de alterações cognitivas (BORGES; DELL'AGLIO, 2008).

Ao realizar as entrevistas e o grupo focal quando, uma interrogativa acerca das identificações dos sinais de violência sofrida por discentes, percebeu-se mediante as falas dos colaboradores Curió, Diamante que as situações de violência sexual, contra os discentes da escola, são de conhecimento destes, mediante o relato das vítimas ou de pessoas próximas, aparecendo nas falas a capacidade da escola em detectar a mudança de comportamento do aluno que está sendo violentado. Diante da situação, a confirmação de que se tratava de um caso de violência sexual pôde ser constatada pela educadora Diamante, através do processo de escuta com a adolescente

Como comprovado no seguinte excerto:

Nesse período todo que eu trabalho, eu acho que somente 2 alunos chegaram para mim para relatar que passaram por alguma situação de violência. Eu achei algo estranho, porque ela era muito retraída, ela não interagia com os colegas, ficavam sempre no canto, às vezes eu chamava para conversar, e ela quase não conversava. (Diamante, 2022)

Já passei a observar várias situações em que vi que as crianças aparentavam viver situações de violência, suspeitava que eram abusadas por familiares, e que se viam sem defesa e sem forças. Através do comportamento, do afastamento e do isolamento. Ao perceber e relatar com outros colegas que relataram perceber os mesmos sinais. (Curió, 2022)

No grupo focal a questão disparadora trouxe a seguinte reflexão: Diante da imensidão dessa escola, como já identificaram o abuso? Será que nossos alunos crianças e a adolescentes avisam de alguma forma que estão sofrendo violência sexual. De que forma?

A gente sempre chama atenção daquele aluno que grita, aquele aluno que fala alto, que bagunça então é aquele que chama atenção, é aquele aluno que está lá quietinho foi o que sempre me incomodou, é aquele aluno que não fala, que mal responde chamada da caderneta, só levanta a mão só olha para você ficar lá né então assim no seu no seu lugar cômodo Então essas são as pistas que a indicam que algo está sinalizando para a questão do comportamento, são pistas (Águia, 2022).

Nos relatos da colaboradora Andorinha “[...] *Eu tive uma aluna que pelo comportamento dela, eu fui percebendo que tinha algo estranho. eu me aproximei, e com essa minha aproximação eu cheguei a ver a realidade e a verdade, pois ela estava sendo estuprada pelo padrasto*”. e Bem-te-vi, “[...] *A gente agora aqui na escola mesmo, em ambiente escolar o que a gente vê muitas crianças e adolescentes retraídas, muito chorosos, crise de pânico e automutilação. Estão sempre com roupas muito largas, escondendo o corpo, tremem assim você percebe que as mãos trêmulas. A gente percebe que tem dificuldade de relacionamento, é aquele aluno àquela aluna que não sai a cada intervalo ou toda hora se pede para ir ao banheiro não tem muitas relações com outros colegas. Pode ser um indicio, não posso também pontuar que esse comportamento é típico de pessoa que sofre violência sexual, mas por experiências outras que a gente tem trabalhado aqui, pode ser*” observamos que o fator mudança de comportamento representa um elemento chave para a identificação, ou melhor, um sinal de alerta para os educadores ficarem atentos aos possíveis casos de violência sexual. Este tipo de violência “provoca danos físicos, psicológicos e sociais às vítimas, com graves sequelas por toda a vida” (FALEIROS, 2000, p. 12).

Considerando o ambiente escolar, um local propício para identificação dos conflitos de crianças e adolescentes, podendo ser percebidos através do seu comportamento, trazemos o

relato da colaboradora Beija-flor:

Eu tinha uma aluna que demonstrava uma sexualidade muito aflorada, ela agarrava muito os colegas. No momento eu não sabia e nem suspeitava que ela estava sendo abusada. só depois fiquei sabendo que naquele período que ela era minha aluna ela estava sendo abusada (Beija-Flor, 2022)

Quando a colaboradora Beija-flor relata “sexualidade muito aflorada” não seria uma pista, um pedido de ajuda? Estaria a criança demonstrando a necessidade de sexo?

Sanderson (2005) evidencia que a criança vítima de violência sexual pode apresentar comportamento sexualizado e masturbação compulsiva na tentativa de expor as situações abusivas que tem vivenciado. “Embora a criança possa não estar deliberadamente procurando por contato sexual com os colegas, ela acredita que esse é o único meio de obter atenção e afeto” (SANDERSON, 2005, p. 226).

Por meio do relato da colaboradora Rouxinol “[...] *Teve uma aluna que só descobri depois, ela e uma irmã estavam sendo abusadas, mas brincava se divertia sorria igual às outras. Eu não consigo perceber sinais, não é uma coisa que a gente sabe e fala, mas não estamos preparados para identificar. A gente sabe de alguns sinais, mas nem toda criança vai apresentar sinais*”. Tal relato evidencia o quanto são importantes as informações acerca da identificação de sinais nas crianças e adolescentes violentados, pois, há casos em que as vítimas não falam, seja por vergonha ou medo de seu agressor.

Os apontamentos acima rompem com a ideia presente no senso comum de que os/as profissionais da educação, por terem contato cotidiano com os/as estudantes, são capazes de identificar mudanças comportamentais forjadas por violências que sofram, inclusive a sexual. Embora muitos dos materiais analisados afirmem que são inúmeras as pistas indicadas pelas crianças e adolescentes vítimas de violências, que podem levar o educador a suspeitar do problema”, como não há um comportamento padrão para a vítima de violência se expressar a formação profissional é, por isso, fundamental.

No primeiro encontro de grupo focal, iniciamos com problematização mais ampla da temática em estudo, apontando algumas considerações relevantes para serem discutidas em coletividade proporcionando, igualmente, depreender como o grupo colaborador constrói, ou melhor, concebe a realidade vivenciada no seu âmbito profissional.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um crime contra a vida e a liberdade, que envolve o abuso e a exploração sexual, e pode ocorrer em todas as faixas etárias, nas várias classes sociais e é considerada um desafio para a escola a nível global. A instituição

escolar é de fundamental importância no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Surge então a necessidade da abordagem do tema na dimensão educacional, porque a escola, através de seus agentes de formação, oferece um campo de oportunidades para transformar esse fenômeno, em um plano político e público de forma que o enfrentamento passe a ocorrer antecipando seus acontecimentos.

Sabendo disso, destacamos as seguintes questões norteadoras: a) Como vocês percebem a escola e sua atuação como espaço de proteção às crianças e aos adolescentes? b) No contexto da nossa escola, o professor e a instituição têm exercido o papel de gente de proteção? c) Sobre as leis de proteção à criança e ao adolescente, é possível afirmar que a denúncia é responsabilidade do professor. Você conhece as formas de encaminhamento?

No que concerne ao que se pode fazer em casos de suspeita de violência sexual sofridas pelos discentes, os colaboradores se posicionaram da seguinte forma:

Eu vejo que a escola não está preparada para assumir e ajudar nesse tipo de situação. Deveria haver um profissional, como um assistente social, de forma que leve os casos aos órgãos. Vejo a escola imatura perante o enfrentamento. (Curió, 2022)

Eu vejo que o papel da escola é fundamental, porque a escola pode acionar os órgãos competentes, pode inclusive fazer a denúncia. Só que o que a gente vê, é que nesse contexto, as pessoas não querem se expor, porque ficam com medo do agressor, fica com medo da família, não sabe como vai reagir. Até porque tem mães que não quer que aquele caso vá a frente. Não afirmo que a escola já se omitiu, mas durante as nossas discussões percebo que algo sensível de ser lidado, e que as pessoas preferem fazer vistas grossas para não ter que tomar uma providência mais adequada e mais correta, que é procurar o órgão competente, é prestar um queixa. (Diamante, 2022)

É possível identificar que ainda não está presente na instituição escolar (locus dessa pesquisa) uma orientação para os docentes de como proceder no caso de identificação do problema. Tal fato inviabiliza a intervenção mais cedo e assim evitando ou amenizando as consequências imediatas. Nesse sentido é preciso, então, preparar os/as educadores/as para a observação e a atenção às crianças, já que existem aspectos que impossibilitam a identificação e denúncia das situações de violência sexual, como apontam Alvarenga e Dias (2016, p. 286):

Estudos apontam, inclusive, fatores que inibem a denúncia, mesmo quando constatada a violência sexual: conflitos internos ou o incômodo em relação ao tema; por um pedido da criança ou pelas dúvidas sobre a concretude dos fatos; por desconhecer os procedimentos da polícia para averiguação.

Analisando concepção da colaboradora Águia, sobre a atuação da escola nos casos de violência sexual, “[...] Então assim, é uma questão bastante complexa para a escola. Acho que

é aquela questão da escola trabalhar outras parcerias (Águia, 2022). A partir das respostas anteriormente expostas, acreditamos que podemos promover o engajamento de toda a sociedade, através da articulação da escola na rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Convém reiterar que por ser uma questão de múltiplas faces e que reflete nas áreas da educação, saúde, serviço social, judiciário e na área das políticas públicas. Por causa desta complexidade se faz necessário um trabalho interdisciplinar para protegê-los, formando uma rede de apoio que pode ser formada pelos serviços formais que existem na comunidade (Conselho Tutelar, Escolas, Posto de Saúde, Programas de Assistência Social, ONGs, entre outros).

Há de se considerar, para tanto, a violência sexual como um tema relevante a ser tratado em contexto escolar, em abordagens que possibilitem o conhecimento acerca não apenas dos métodos de identificação, mas de conhecer os procedimentos a serem aplicados para que não mais ocorra a violência e até para que possam ser inibidos novos casos. Um dos aspectos predominantes em seus apontamentos refere-se à demanda por capacitação para a prevenção e/ou identificação e procedimentos cabíveis em casos de violência sexual cometidas contra as crianças sob os seus cuidados. Nesse sentido, conforme anteriormente exposto, a prevenção e o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes pressupõem a educação em sexualidade e ações articuladas entre políticas públicas e sociedade organizada.

4.4 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

A escola é um espaço, por excelência, para formação do ser humano. Compreendendo as etapas que este percorre desde a infância, sua democratização, a partir do acesso e permanência, constitui elemento fundamental para o exercício da cidadania. Nesse sentido ao oferecer a devida instrução formal às crianças e adolescentes, sendo este espaço de seu acesso desde a mais tenra idade, ao iniciar os estudos na educação infantil, no nível de fundamental I, prosseguir com fundamental II e ensino médio, tem-se no convívio diário de seus discentes, o que lhe atribui um status de privilégio em seu processo de desenvolvimento, intelectual e moral.

Segundo Saviani (2011, p. 13): “[...] a escola configura uma situação privilegiada, a partir da qual se pode detectar a dimensão pedagógica que subsiste no interior da prática social global”. Assim, concebemos a escola como um importante espaço não apenas de formação, mas também de relevante agente de denúncia, frente às agressões de qualquer natureza,

especialmente a de natureza sexual contra crianças e adolescentes.

Reconhecendo a escola um espaço dedicado à formação de sujeitos para a cidadania e transformação social, precisa ser esse, também, um espaço de diálogo e promoção de ações voltadas para a prevenção e o enfrentamento das violências. Devemos lembrar a importância do lugar ocupado pelos profissionais da educação como agentes protetores às crianças e adolescentes violentados sexualmente, por atuarem no sentido de acolhimento.

A abordagem do tema da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no âmbito escolar a cada dia se torna mais urgente a fim de subsidiar o cumprimento do seu papel de instituição formadora para o desenvolvimento pleno do educando e exercício da cidadania (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, através dos dispositivos de dados utilizados nesse estudo buscamos refletir sobre atuação e a participação da escola no que tange o ao enfrentamento da violência sexual, visto a instituição escolar ser configurada como instrumento para garantia de direitos e também um mecanismo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

De acordo com o relato das colaboradoras percebemos que as ações de enfrentamento no Colégio Gilberto Dias de Miranda são desenvolvidas em um evento pontual no calendário escolar como pode ser verificado nos seguintes trechos:

Aqui na escola nos últimos 5 anos eu participei apenas de uma campanha só, na verdade uma palestra para alunos do fundamental I, que foi bem interessante, que foi apenas um dia, algo assim, não é algo sistemático, foi algo pontual que aconteceu, de alguma instituição de fora, não me recordo agora se foi agente de saúde ou assistente social, nessa esfera aí que veio e deu a palestra de apenas um dia e ficou por isso mesmo. (Beija-Flor, 2022).

Porque o que acontece é justamente são palestras, são encontros né voltados para datas específicas, mas não há de uma certa forma um projeto para que a gente venha a e que faça parte do currículo da escola. (Águia, 2022)

Os projetos que eu vejo aqui são: Consciência negra, Projetos de Inglês, arte e dance. Mas não vejo um enfrentamento e um projeto mesmo realmente que foque nisso. (Bem-te-vi, 2022)

Por outro lado, podemos pensar no desenvolvimento de ação constatante e integral, que de fato possa contribuir para a disseminação de conhecimento sobre a esta temática, visando, principalmente, a preparação de crianças e adolescentes para prevenirem-se de forma ativa contra a violência sexual, á medida que possibilita o desenvolvimento da confiança e a identificação dos primeiros sinais de violência sexual, permitindo à vítima a defesa, a denúncia e o fortalecimento das redes de enfrentamento.

Estratégias preventivas à violência sexual contra crianças podem ser adotadas na escola conforme sugerem os colaboradores “Poderia promover campanhas, palestras e dramatizações. E até mesmo criação de espaço que proporcione segurança e acolhimento para as crianças e adolescentes para revelar o que passam. (Curió, 2022).

Deveria ter projetos interdisciplinares que fizessem parte do plano de ensino da escola e de fato estar no currículo (Águia, 2022). Por meio dos instrumentos citados pelo colaborador Curió crianças e adolescentes poderão ser instruídos sobre o que é a violência sexual, investigando se elas são capazes de identifica-la e evitá-la, bem como orientar sobre as maneiras de agir diante de uma ameaça de violência. Essa reflexão coaduna com a das pesquisadoras Brino e Williams (2008, p. 211), ao reconhecer que “[...] o abuso sexual pode ser prevenido se as crianças forem capazes de reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, reagir rapidamente, deixar a situação e relatar para alguém o ocorrido”.

Sendo a escola um espaço dedicado à formação de sujeitos para a cidadania e transformação social, precisa ser esse, também, um espaço de diálogo e promoção de ações voltadas para a prevenção e o enfrentamento das violências.

No que concerne ao âmbito escolar, onde crianças e adolescentes passam boa parte de suas vidas, o ECA diz, em seu art. 56, que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: “I – maus-tratos envolvendo seus alunos” (BRASIL, 2010). A pertinência deste artigo e inciso se observa em virtude de que, com frequência, é na escola que meninas e meninos expressam seus conflitos.

Apesar dos dispositivos legais sobre as atribuições dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino em casos de maus-tratos e violência contra crianças e adolescentes, ainda é pequeno o número de denúncias oriundos da escola. Diante desse contexto, trouxemos no grupo focal o seguinte questionamento: *No contexto da nossa escola, o professor e a instituição têm exercido o papel de agente de proteção?*

Sinceramente falando, como omissa. Porque o medo nos aprisiona e o medo também nos cala. Então o risco de você denunciar e não ter proteção da Justiça, da polícia, do Legislativo para que fique realmente anônima a denúncia nos faz ser omissa. Não é uma omissão proposital é uma comissão velada está ali. (Bem-te-vi, 2022)

Sobre o risco de denunciar que a colaboradora cita, podemos perceber que a violência sexual, ainda incorre em constrangimento por se tratar de um assunto considerado tabu, pois a violência sexual, o incesto, estupro e abuso sexual de crianças e/ou adolescentes, é um

fenômeno complexo de difícil compreensão e que em muitos casos é encoberto pela própria família das vítimas, que por vezes direciona ameaças aos educadores para que não realizem denúncia, o que Azevedo e Guerra (1989, p. 123) definem ser um “complô do silêncio”.

Devemos lembrar a importância do lugar ocupado pelos profissionais da educação como agentes protetores de crianças e adolescentes violentados sexualmente, por atuarem no sentido de acolhimento. Profissionais da escola capacitados para detectar e ajudar crianças e adolescentes a se defender da ocorrência de violência sexual seriam ferramentas fundamentais para a prevenção, pois englobam uma larga faixa etária de alunos, além de um grande número de possíveis vítimas (BRINO, 2006, p. 33).

Ao mesmo tempo em que se observa falta de ação da escola para enfrentar o problema, é percebido também que há por parte da equipe escolar uma sensibilidade no sentido de ter a noção das consequências desta forma de violência e da importância da denúncia e da devida notificação e ainda que timidamente, alguns docentes já abordam o tema em momentos considerados oportunos, assim explicitam que há uma demanda de conscientização também junto à comunidade escolar, mas a escola não está preparada para atender essa demanda.

Certamente, o aluno vitimizado busca e espera apoio, orientações e proteção da escola, que ainda não se sente plenamente preparada para lidar com as situações que envolve a violência sexual contra seus alunos, assim como demonstra as respostas à questão referente se os educadores teriam segurança e facilidade de abordar o tema da violência sexual com seus alunos.

Desta maneira ao se considerar a violência contra crianças e adolescentes em suas diversas formas de manifestação, no contexto escolar, há alguns instrumentos, que em conformidade ao previsto na CF/1988 e ao ECA, são disponibilizados pelo Ministério da Educação como diretrizes às atividades realizadas nas instituições escolares brasileiras, no intuito de salvaguardar a integridade e o devido desenvolvimento das crianças e adolescentes. São políticas educacionais que apresentam o fenômeno da violência, numa proposta de se trabalhar preventivamente, é o que assinalam os Parâmetros Curriculares Nacionais ao tratarem dos temas transversais, o Sistema de Garantia de Direitos, a Rede de Proteção integral à criança e ao adolescente, Guia Escolar, o Projeto Escola que Protege.

Não queremos com isso afirmar que a escola seja a redentora dos problemas sociais, muito menos colocá-la como instrumento garantidor dos direitos de crianças e adolescentes. Pelo contrário, cientes de sua posição na sociedade, sabemos que sua constituição perpassa

pelas disputas e lutas sociais.

A escola deve estar aberta ao diálogo e favorecer vivência que proporcione condições para que o aluno desenvolva não somente sua dimensão cognitiva, mas também a afetiva, social e outras, isto é, que seja percebido em sua totalidade. Que ele conheça os mecanismos de denúncia e proteção, que se aproprie dos seus direitos e deveres enquanto cidadão atuante na sociedade contemporânea.

4.5 A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Os resultados obtidos nos permitiram reafirmar que existem demandas por formações sistemáticas que oportunizem aos educadores, formais e informais, o desenvolvimento de habilidades para lidarem com as questões de sexo, sexualidade e gênero, fatores sabidamente fundamentais para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. A seguir, apresentamos as respostas que consideramos referendar nossa afirmação:

Não tenho dificuldade em falar sobre educação sexual e violência sexual, quando falo sobre reprodução humana corpo humano, e órgãos genitais, aparecem as gargalhadas, mas eu nunca tive receio e dificuldade, pois faz parte do conteúdo e do crescimento da criança e ela tem que saber e conhecer seu corpo, e ela deve saber que tem partes que só ela pode tocar, a mãe não pode tocar, o pai, um irmão, uma tia, uma irmã ou prima. Só ela mesma. (Rouxinol, 2022)

Sobre a educação em sexualidade, eu acho que pode ser abordado em sala de aula, porém teria que haver uma preparação para o enfrentamento. Porque eu acho que existe muito tabu. Para ser sincera eu não me sinto preparada para abordar esse tema com meus alunos. Mas não consigo aprofundar. (Sabiá, 2022)

Eu não tenho conhecimento devido para fazer toda a abordagem. Eu fico com receio as vezes, é porque tem aluno ali que tem ou traz a visão que já vem da família de que esse assunto é proibido ou não pode ser conversado, A maioria dos alunos pelo menos, o meu público que já são adolescentes, eles interagem e compreendem bem. . (Diamante, 2022)

Discutir sobre essa temática está muito longe do nosso contexto, primeiro enfrentamos dificuldades e desafios. Enquanto professora de ciências, eu tenho dificuldade, pois uma palavra que eu falo pode ser motivo de risada e pode constranger, e principalmente por quem pode estar sofrendo. Precisamos de uma formação, um suporte, todo preparo, é o que falta . Pois sem preparação e sem suporte, vai chegando tudo de forma aleatória. (Andorinha,2022)

As colaboradoras Andorinha, Sabiá e Diamante sinalizam em suas fala que a dificuldade que os/as professores/as apresentam está relacionada à forma como esses profissionais encaram

a temática, pois ainda é vista como tabu. Isso é associado também à influência religiosa e familiar, que muitas vezes conflitam com as suas realidades, bem como pela falta de preparo dos profissionais da educação também é um dos fatores determinantes aos desafios do ensino de sexualidade nas escolas.

As dificuldades perpassam desde a falta de preparo pelos profissionais da educação, e o tema ser considerado tabu. Gava e Villela (2016), entendem que esses desafios atualmente ressurgem sob outro viés, no qual a legitimidade deste trabalho no ambiente escolar é colocada em xeque, tendo como pano de fundo o embate político e ideológico sob outro aspecto, em que reforça o papel do Estado na construção dos valores sociais e questiona a sua pertinência dentro do espaço escolar e na construção de valores juntos aos educandos.

As dificuldades dos/das professores/as englobam as percepções e conhecimento sobre o assunto, que geralmente é limitado devido à formação inadequada para discutir o assunto, problemas com o tipo de abordagem em sala de aula, em especial por se tratar de um assunto que gera grande interesse e alvoroço entre os adolescentes e discussão de temas considerados mitos, tabus e preconceitos. Os/as professores/as ainda precisam lidar com questões que possam conflitar com orientações religiosas e familiares e as diversidades de gênero, dentre outras dificuldades.

De acordo com Figueiró (2009), no ambiente escolar, apesar do reconhecimento da importância da sexualidade no processo de formação de alunos, muitos/as professores/as se preocupam e sentem-se inseguros/às diante dessa tarefa pelo despreparo e por valores morais e preconceitos adquiridos durante a vida, geralmente associando a sexualidade à promiscuidade e imoralidade.

Fazemos aqui uma reflexão sobre o que a colaboradora Bem-te-vi traz em sua fala ao apontar que por que alguns docentes não se sentem a vontade ao falar da sexualidade com as crianças Não será porque fomos condicionados, educados, a fazer do sexo um mistério ou uma vergonha?

Muitos/as professores/as acreditam que a dificuldade existe pela falta de uma formação específica, em consequência de uma educação repressiva recebida pelos pais ou mesmo de uma educação sexual informal, que Figueiró (2013) define como “ações não planejadas, acontecidas no dia a dia”. Nunes (2005) destaca que além dos/das professores/as encontram dificuldades em utilizar uma linguagem adequada com os alunos para falar sobre sexualidade, alguns professores, apesar de considerarem sexualidade como algo natural, muitas vezes adotam

atitudes preconceituosas ou conservadoras.

Corroboramos com o pensamento Landini (2011) de que adverte sobre o despreparo dos/das professores/as para trabalhar com a sexualidade na escola e também com a violência sexual. Para um efetivo trabalho, esses profissionais têm que conhecer essa forma de violência, além disso, ter criticidade ao trabalhá-la; que saibam lidar com a revelação e estejam abertos para conversar sobre sexualidade. A autora afirma que crianças e adolescentes têm curiosidade sobre sexo e sexualidade e, que educar para a sexualidade pode ser uma forma efetiva de prevenção à violência sexual.

Cabe destacar que a educação em sexualidade defendida é aquela que Figueiró (2006) define como emancipatória, que possibilita ao indivíduo se educar sexualmente, se compreender como sujeito de sexualidade e, assim, vivê-la na sua plenitude. Não se pode acreditar que apenas informações biológicas e palestras uma vez ao ano estarão suprimindo essa necessidade educacional, tanto de profissionais que atuam nela quanto dos alunos que a frequentam.

A partir da constatação da existência de dificuldades ao abordar a violência sexual e educação em sexualidade no ambiente escolar, cabe à escola um trabalho profundo de esclarecimento por meio da formação e informação, de maneira crítica. Faz-se necessário abordar não somente a violência sexual, mas a sexualidade humana e todos os aspectos que a permeia, desenvolvendo projetos e participando de programas com enfoque na educação sobre a sexualidade.

Não é por que somos professores e principalmente pela matéria que atribui a sexualidade. É por esse motivo que precisamos de cursos, de suporte, de apoio. (Andorinha,2022).

Por exemplo, com relação a minha prática né a minha a minha a minha formação eu não tenho essas habilidades. Mas assim nós temos professores colegas e convidar outras parcerias para trabalhar em parceria com a escola para poder orientar abordar (Águia, 2022)

Para Landini (2011, p. 97-98) “[...] discutir a violência sexual significa, necessariamente, discutir sexualidade [...]. Pensar possíveis soluções para o problema da violência sexual implica pensar crianças e adolescentes como sujeitos ativos”. Para ele, “[...] proteger da violência e do abuso não significa isolá-los do mundo (real e virtual), mas prepará-los para lidar com essas situações. Para tanto, a abertura para falar sobre sexualidade é imprescindível”.

Percebe-se a importância de relacionar a violência sexual com a sexualidade, de discutir e preparar as crianças e os adolescentes para situações reais de violência; no sentido de que saibam lidar com tais situações ao invés de fugirem e admitirem o pacto de silêncio que, costumeiramente, envolve vítimas de abuso sexual.

Defrontando-nos com a realidade do Colégio Gilberto Dias de Miranda, ao questionarmos sobre a participação em cursos de formação para tratar do tema da violência sexual contra crianças de adolescentes, majoritariamente, os educadores responderam que não houve formação específica. Situação que nos levou a refletir acerca dos desafios que estes têm pautado em sua prática pedagógica a fim de lidar com as diversas demandas que chegam ao ambiente escolar.

Na graduação em licenciatura não tive componente curricular que discutisse sobre violência sexual. Não tive formação para essa temática a partir do momento da atuação na docência. . (Diamante, 2022)

Eu não tive formação. Eu acho que o professor também tem que estar preparado, equipado teoricamente para estar abordando esses temas com as crianças. Porque às vezes a gente fala a criança é muito tímida, a criança é revoltada, mas o que é que está por trás disso aí. Então acho que a gente também quando o professor precisa também se inteirar mais disso para poder de certa forma saber fazer o enfrentamento de maneira correta. (Beija-Flor, 2022).

Assim, a partir do que foi exposto por Beija-Flor, é perceptível que a escola somente conseguirá educar sexualmente as crianças quando os responsáveis e os profissionais envolvidos no contexto escolar reconhecerem suas participações na Educação em sexualidade. Mediante essa consideração, convém reiterar que esse trabalho será possível apenas quando as políticas públicas passarem a contemplar o tema em questão, além de os cursos de formação inicial e continuada darem conta dessa discussão.

Em consonância com Fagundes (1993, p. 158), “[...] é preciso lutar para que a escola conquiste seu espaço na Educação Sexual, para resgatá-la da clandestinidade a que foi confinada. [...], e acrescenta que um possível caminho seja a preparação de professores; a organização de um número de pessoas capacitadas, que se encarreguem de trabalhar a nível de alunos, de pais e da comunidade, num processo gradativamente crescente.

Embora se reconheça a presença da sexualidade em todas as etapas de nossas vidas, o tema permanece envolto por tabus inscritos em valores pré-concebidos de difícil transposição que, não raro, culminam no silêncio que compreendemos, aqui, também como ato educativo.

Nós não tocamos essa temática, nós não pensamos em colocar e quando digo nós é o grupo também (professores, coordenadores e direção) a gente só tá preocupada com os projetos, com a justificativa, com as metas e com os valores. (Sabiá, 2022)

Dessa forma percebemos que crianças e adolescentes continuam sendo privadas(os) de uma educação em sexualidade no interior do espaço escolar e, quando esta educação se estabelece, o sexo e a sexualidade se constituem como algo a ser evitado, tanto devido ao receio de que seja instigada a curiosidade que incorreria no risco de uma gravidez precoce, quanto devido ao pretense risco da contração de doenças sexualmente transmissíveis.

Seria importante e urgente falar sobre isso, mas nós estamos preparados para isso? Nós sabemos como fazer isso? Como mediar esse diálogo no meio escolar, nas nossas aulas, nos nossos momentos de planejamento, Eu não sei expor o tema, me sinto insegura. São questões culturais, familiares e religiosas. (Beija-flor, 2022)

As dificuldades mencionadas pela colaboradora Beija-flor englobam as percepções e conhecimento sobre o assunto, que geralmente é limitado devido à formação inadequada para discutir o assunto, problemas com o tipo de abordagem em sala de aula, em especial por se tratar de um assunto que gera grande interesse e alvoroço entre os adolescentes e discussão de temas considerados mitos, tabus e preconceitos. Os/as professores/as ainda precisam lidar com questões que possam conflitar com orientações religiosas e familiares e as diversidades de gênero, dentre outras dificuldades.

Corroborando com o pensamento de Figueiró (2009), no ambiente escolar, apesar do reconhecimento da importância da sexualidade no processo de formação de alunos, muitos/as professores/as se preocupam e sentem-se inseguros diante dessa tarefa pelo despreparo e por valores morais e preconceitos adquiridos durante a vida, geralmente associando a sexualidade à promiscuidade e imoralidade.

Como pensar na educação em sexualidade no currículo do Colégio Gilberto Dias de Miranda

Além da especificidade que o tema da violência sexual exige, faz-se necessário que a educação sobre a sexualidade faça parte do currículo escolar, para que possa dialogar com a realidade dos alunos, de forma que atinjam suas necessidades e interesses, de acordo com a faixa etária, bem como formar e informar a todos da comunidade escolar para o enfrentamento e proteção contra a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Apesar da importância e necessidade de discutir questões relacionadas à sexualidade no

contexto escolar, o tema ainda é enfrentado como um desafio pelos docentes, e percebemos que na escola não são desenvolvidas ações que contribuam para que os/as educadores/as encontrem suporte para enfrentar tal desafio. *O que podemos fazer para que a educação em sexualidade faça parte do currículo escolar?*

Tem que ser montado um projeto, onde seja abordado, vinculados a outras matérias, e não apenas a matéria de ciências, com outros componentes, e não apenas em uma unidade ou semana, mas que seja abordado durante todo o ano, pois a todo o momento a violência sexual pode estar acontecendo. Não deveria ser apenas durante uma palestra, que acontece anualmente. . (Rouxinol, 2022)

O interessante seria pensar em alguns componentes curriculares, que flexibilizam e possibilitam trabalhar, penso que artes poderia garantir ao falar sobre corpo e teatro, poderia ser trabalhado em religião. No contexto de valores, amor e respeito eu já programei conteúdo que contemple essa discussão. História pode trabalhar sobre educação em sexualidade. Ciências principalmente, dependendo da série e turma. (Sabiá, 2022)

Sabendo que todos e todas possuem direitos sexuais universais que devem ser respeitados, incluindo as crianças e os adolescentes, e que a sexualidade é construída discursivamente e se manifesta na infância, na adolescência, na vida adulta e na terceira idade, além de também ser parte integrante da personalidade de toda pessoa, é importante se trabalhar no contexto escolar a educação em sexualidade, ainda que seja por meio da transversalidade, em que cada profissional professor, de acordo com a área do conhecimento que tenha afinidade, contribua de forma crítica, reflexiva e problematizadora sobre as questões pertinentes aos direitos sexuais. conforme aponta o colaborador curió e a colaboradora águia

Precisa falar sobre sexualidade na escola. A gente vive a sexualidade. Não podemos viver a violência sexual. A instituição precisa envolver , precisa trabalhar as temáticas, levando aquilo que aprende na escola para a vida. (Curió, 2022).

Essas discussões precisam estar dentro do currículo, dentro dos nossos projetos né e um trabalho de forma interdisciplinar, um trabalho com todos. não é só um ou dois. s porque assim a gente um tema desse envolve todas as disciplinas. emerge de tantas outras situações. né então por exemplo então assim situação porque a emergiu mesmo da sexualidade na educação nesse período. Então assim eu fiz a parceria com a professora de ciências e realizamos a palestra no auditório. (àguia, 2022)

Considerando a necessidade da abordagem da educação em sexualidade, como um tema importante para a vida humana, questionamos os colaboradores sobre *o que o que a instituição já faz e o que ainda pode ser feito para que a educação em sexualidade faça parte do currículo escolar.*

A gente sabe que tem que trabalhar essa temática em sala de aula . Antes era chamada de temas transversais, eu nem sei como está sendo chamadas agora depois da BNCC. Mas eu observo que fica muito no campo da teoria, está lá, tem uma lei que garante e tudo mas na sala de aula o trabalho efetivo acho que ainda deixa a desejar. (Diamante, 2022)

Infelizmente nosso currículo não contempla. Infelizmente, o currículo ainda está muito na questão de conteúdo né. E aí hoje a BNCC traz a questão sócio emocional, que entra justamente aí. Porque quando você trata do emocional, você vai tratar de certa forma, você vai compreender, você vai entender essas coisas, e também algo que está bem específico para sexualidade e para educação. (Beija-flor, 2022)

Identificamos que as colaboradoras Diamante e Beija-flor apontam a BNCC para respaldar a inserção da temática. Porém convém trazer aqui toda a discussão que permeia esse referencial curricular brasileiro e os desafios que enfrentamos para evitar o retrocesso.

A educação em sexualidade ganhou maior visibilidade a partir do ano de 1996 a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elencado como tema transversal "Orientação Sexual" (BRASIL, 1998). Esse documento foi o balizador para reformulação dos currículos escolares a partir da década de 1990, de forma a atender as demandas previstas no documento, foi também de fundamental importância para que o debate sobre a educação sexual adentrar no contexto escolar, o qual defendia que a sexualidade é expressa no ser humano desde o seu nascimento até a sua morte e, inclusive, separa um de seus volumes para tratar dessa temática, dá lugar a BNCC, onde o termo Orientação Sexual é suprimido do documento, juntamente com a abordagem nos anos iniciais.

Observa-se que na proposta da BNCC, a temática educação sexual foi reduzida à disciplina de Ciências, indicando ênfase no estudo da reprodução humana e de Infecções Sexualmente Transmissíveis, além de ser contemplada apenas no oitavo ano do ensino fundamental (BRASIL, 2017).

A BNCC também contraria o que defende a Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade, publicada, no início de 2018, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tem como intuito auxiliar na elaboração dos currículos educacionais de crianças e jovens entre 5 a 18 anos, de todos os países, defendendo que a educação em sexualidade deve ser abrangente e de qualidade para promover a saúde e o bem-estar, o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero e o empoderamento de crianças e os jovens para levarem vidas saudáveis, seguras e produtivas.

Ainda sobre a BNCC, documento que norteará os currículos das escolas brasileiras, este foi elaborado no auge do conservadorismo representado no Congresso Nacional, que defendiam

a exclusão de temáticas de gênero, orientação sexual e diversidade nas propostas curriculares da educação do Brasil, em nome da preservação da moral e dos bons costumes, deturpando objetivos de ensino desses temas.

Como forma de garantir a inclusão da temática na instituição escolar ancoramos no PPP documento que norteia os princípios formativos do Colégio Gilberto Dias de Miranda reformulado recentemente, conforme recomendam as colaboradoras.

É importante que a discussão dessa temática esteja incluída nos seus currículos e nos projetos e dê visibilidade isso para que as famílias também eles tenham conhecimento de que é essas temáticas elas devem e podem ser tratadas na escola. É necessário que o nosso PPP seja revisto com todos os professores, é necessário que a gente possa reinventar no processo de reestruturação do nosso currículo e trazer essas temáticas que emergem no nosso dia a dia para nossa sala de aula. (Águia, 2022)

Não adianta fazer uma palestra no setembro, outubro, no agosto lilás não. tem que ser implementado no currículo, praticado. Educação sexual tem que estar na escola, do fundamental II, das séries iniciais do fundamental I . Podemos começar pelo PPP, na efetivação dele. Garantir os espaços formativos, para discussão e implementação e acompanhamento (Bem-te-vi, 2022)

Considerando essa importância do PPP para assegurar a discussão dessa temática, e ao fazer a análise do referido documento a fim de identificar nas linhas ou entrelinhas do documento a forma como ela aborda a temática da “Educação em sexualidade, bem a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes constatamos a inexistência de abordagens específicas quanto ao tema de “Políticas de Enfrentamento à Violência Sexual”.

Dessa forma, não é proposto nenhum projeto a ser executado no triênio voltado para a temática em estudo, ficando da iniciativa do professor trazer a temática para o seu componente. Podemos entender esse silêncio no PPP como a falta de conhecimento e pode contribuir para que a discussão fique invisibilizada em sala de aula, que é o que pode acontecer em relação a violência sexual contra crianças e adolescentes dentro da escola.

Essa realidade evidencia mais ainda que os/as professores/as da educação básica precisam ser formados, seja na graduação ou em formações continuadas, com disciplinas e ou temas que “[...] contenham falas e vivências sobre a sexualidade humana, despertando possibilidades do corpo e das emoções” (CAMARGO; RIBEIRO, 1999, p. 50), “problematizando os mitos, os preconceitos, os tabus, as inverdades e as imagens — enfim, tudo o que carregamos em nossas vidas e que envolve nossas compreensões e vivências sobre a sexualidade” (MARTELLI, 2009, p. 68).

Mediante essas considerações, convém reiterar que falar sobre Educação em

sexualidade, na escola, apesar dos avanços dos últimos anos, não é tão simples e corriqueiro. Há aqueles que acreditam que, ao falar sobre a temática, as crianças serão erotizadas, ensinadas a ter relação sexual e estimuladas à iniciação sexual. Como aponta Felipe e Goellner (2007), problematizar essas temáticas na escola é um desafio, na medida em que “mexem com muitas representações, sentimentos e contradições fortemente arraigadas nos discursos religiosos, científicos, jurídicos, pedagógicos, midiáticos, bem como nos demais discursos cotidianos presentes no senso comum.

Há, também, os que defendem os saberes transmitidos na escola vão além dos conteúdos formais a inserção dessa temática no espaço escolar, compreendendo a sua importância para além do conhecimento do corpo, do desenvolvimento da autoestima, do ensino sobre o exercício da sexualidade de forma segura e responsável e da proteção contra as violências sexuais.

5 PRODUTOS DA PESQUISA E SEUS (DES)DOBRAMENTOS: A INTERVENÇÃO

5.1 APRESENTAÇÃO

Além da dissertação, esta pesquisa teve como resultado/produto a construção de uma proposta de formação continuada em serviço destinada aos/as professores/as do Colégio Gilberto Dias de Miranda, a qual emergiu como resultado/produto da pesquisa “EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESPAÇO ESCOLAR”, do MPED-PPGED, que conforme a natureza dos mestrandos profissionais apontam que as pesquisas aplicadas resultem num legado, através do produto de intervenção no lócus investigativo. Este plano de formação “A (in)formação é uma ferramenta essencial no enfrentamento da violência sexual” foi construído em parceria com os colaboradores/as que participaram das entrevistas e dos encontros de grupo focal, que no bojo das discussões acerca do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, sinalizaram que o CGDM não aborda a temática “Educação em sexualidade, bem como a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes em seu documento norteador, o PPP, e que para alterar a realidade investigada seria necessária uma formação específica para o trato destas questões na escola, que se constituiu o lócus da pesquisa, a qual apresentamos a seguir.

Esta proposta de formação continuada em serviço, fundamenta-se em Imbernón (2011) por dizer que o processo formativo docente deve se dar de forma colaborativa, participativa, visando um aprendizado que parta da prática do professor, posto que um dos objetivos da formação é legitimar ou questionar continuamente o conhecimento colocado em prática, ou seja, tornar o professor ativo e reflexivo nesse processo, não aceitando passivamente os conhecimentos teórico-práticos cristalizados ao longo do tempo.

A formação continuada de professores pode contribuir significativamente à melhoria da qualidade do ensino, pois é sabido que a formação inicial do professor não é suficiente para atender todas as demandas do trabalho docente como aponta Perrenoud (2003) e como seres incompletos que somos (FREIRE, 1996), podemos, a cada dia, adquirir novos conhecimentos. Assim, independentemente das condições nas quais se efetuou a formação na graduação e da situação da escola, o professor precisa de continuidade nos estudos e não apenas para ficar atualizado quanto às modificações na área do conhecimento da disciplina que leciona. Há uma razão mais premente e mais profunda, que se refere à própria natureza do fazer pedagógico.

Esse fazer que é do domínio da práxis e, portanto, histórico e inacabado (BARBIERI; CARVALHO; UHLE, 1992, p. 32).

Nesse sentido, nunca estamos “completos” de formação, precisamos a cada dia nos apropriar de novas tecnologias, metodologias, conhecimentos específicos do conteúdo, dentre outros. Com isso, a formação continuada poderá atender lacunas que ficaram na formação inicial, bem como contribuir para o aperfeiçoamento profissional face às novas demandas emergidas da prática cotidiana. Saviani (2001), afirma que a formação continuada não deve se restringir à solução de problemas específicos de sala de aula, mas contribuir para que o professor ultrapasse a visão compartimentada da atividade escolar e passe a analisar os acontecimentos sociais, contribuindo para sua transformação.

Corroborando com a ideia de Imbernón (2011, p.19) aponta que: A formação assume um papel que vai além do ensino que pretende atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem para conviver com a mudança e com a incerteza.

Nessa perspectiva, o curso de formação para educadoras/es tem o caráter de contribuir com os processos educativos emancipatórios. Segundo Cunha (2006), o conhecimento tanto pode ser um lugar de resistência à regulação imposta, como servir de instrumento de poder em um contexto discursivo determinado.

A formação se refere às iniciativas que acompanham o tempo profissional de educadoras/es, pode ter formatos e durações diferenciadas, ter origem na iniciativa dos interessados, como pode inserir-se em programas institucionais, assumindo, nesta perspectiva, características de formação como processo contextualizado/imbricado. Essas afirmações são reforçadas por Feldmann, Hage e Pereira (2015, p. 68), que defendem que “a formação do profissional da educação precisa consistir num processo de vivências que envolvam ação-reflexão-ação ao dinamizar, com maior abrangência, o aprendizado teórico prático”.

Assim sendo, a formação continuada deve promover um espaço de estudo, de aprendizagens compartilhadas, de construção de parcerias entre professores, para a reconstrução do conhecimento, onde, coletivamente, tenham a oportunidade de perguntar, pensar, problematizar, trocar experiências e repensar suas ações na organização da ação pedagógica.

5.2 JUSTIFICATIVA

Este texto apresenta a estruturação do Plano de formação após a análise das informações obtidas na realização das entrevistas e dos encontros de GF. Na verdade, considerando que o campo de investigação se configurou como um espaço de entendimento e contextualização das ações envolvendo o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, evidenciou-se que embora os colaboradores não tenham a devida formação quanto ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, há por parte desses o interesse em agir e ainda em conhecer mais sobre o assunto e acerca dos procedimentos a serem implementados pela escola.

O diagnóstico das necessidades formativas constitui-se em uma etapa e em um instrumento fundamental para que sejam pensadas e planejadas formações de professores e ações educativas com perspectivas de atender as necessidades polissêmicas e reais da prática docente.

Os principais pontos levantados pelos/as professores/as durante as entrevistas e os encontros de grupo focal sobre a temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes apontaram necessidades formativas que estão desde a compreensão dos conceitos, causas e consequências de violência sexual contra crianças e adolescentes a como realizar a identificação e notificação de suspeitas e/ou ocorrências de violência sexual, o que, conseqüentemente, aponta para a falta de informação sobre qual o papel do professor e da escola no enfrentamento deste tipo de violência.

A formação em educação em sexualidade com temática da violência sexual inexistente nos cursos de formação inicial e continuada ofertada aos/as professores/as entrevistados/as. Estes por sua vez enfatizam o seu despreparo para ações efetivas frente a essas formas de violência. Daí a importância de estudos aprofundados envolvendo a legislação vigente, que vem assegurar os direitos e a proteção da criança e do adolescente, e das produções científicas e didáticas que possam auxiliar os profissionais da educação. No processo formativo é possível uma apreensão crítica das questões referentes à sexualidade, à educação em sexualidade e à violência sexual, em toda a sua complexidade.

Ademais, considerando que o art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que o professor em exercício de sua função tem o compromisso de garantir os direitos de seus alunos e de assumir o seu papel de responsabilidade legal no encaminhamento das suspeitas de violência ou maus tratos, sob pena de multa (BRASIL, 1990). Sendo assim, abordar

a temática na formação dos/das professores/as é de extrema importância para capacitá-los para servir a esse dever.

Professores/as conscientes de suas práticas contribuem não apenas em uma situação presente, mas também futura, pois esses ensinamentos servirão a criança por toda vida, pois é importante que cada pessoa tenha uma compreensão clara de que seu corpo pertence a si própria, tendo ela o direito de permitir e/ou negar o toque de outras pessoas. Por isso defendemos a formação continuada desses profissionais, em educação em sexualidade, por se constituir num campo rico de possibilidades para a prevenção e identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Como princípio norteador do trabalho, foram consideradas as necessidades reais apontadas pelo grupo, baseadas nas falas dos/das professores/as e no que eles expressaram em suas inquietações, elaboramos um escopo do plano de formação, o qual plano foi apresentado aos/as professores/as para a avaliação e aprovação do mesmo. Contudo, a programação e previsão de datas estabelecidas é passível de reformulações e aperfeiçoamento que visem a plena satisfação do público envolvido e as datas citadas poderão sofrer alterações, sendo adaptadas para melhor atender às peculiaridades dos participantes e respeitando o calendário letivo do ano vigente.

5.3 SÍNTESE DO CURSO

A (in)formação é uma ferramenta essencial no enfrentamento da violência sexual

Instituição: Colégio Gilberto Dias de Miranda

Proponente: Jesiane da Luz Oliveira (Mestranda MPED)

Finalidade: Contribuir com os diferentes olhares sobre a importância da educação em sexualidade, sinalizando possibilidades de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, fazendo com que as questões sobre educação em sexualidade ocupem um lugar de respeito, atenção e compromisso, além de contribuir para a rede de cuidado e proteção de crianças e adolescentes

Público envolvido: Professores/as do Colégio Gilberto Dias de Miranda

Carga horária: 40 horas, sendo 20 horas de atividades presenciais e 20 horas de atividades não presenciais (como a leitura dos textos e assistência dos filmes, documentário e vídeos indicados).

Periodicidade: Encontro mensal - Abril a Agosto de 2023

Objetivo geral: Oportunizar aos/as docentes espaços para reflexões e debates críticos sobre educação em sexualidade na perspectiva de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes

Objetivos específicos:

- Contribuir com a formação dos educadores para a atuação e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto escolar;
- Fornecer conhecimentos sobre os conceitos que circundam a violência sexual;
- Sensibilizar educadores para a identificação de problemáticas envolvendo a violência sexual;
- sexual de crianças, situações de risco e violação de direitos;
- Discutir meios de prevenção dentro da proposta da educação em sexualidade.

PROCESSO METODOLÓGICO

- O plano de formação será discutido com a direção, coordenação para as devidas autorizações e modificações necessárias.
- Utilizaremos das redes sociais para a logística de inscrição e desenvolvimento das atividades do curso: Google forms para inscrição, google sala de aula para as atividades e aprofundamento do curso e o whatsapp como meio de comunicação para operacionalização de confirmação e de informes sobre os encontros.
- As atividades serão programadas mensalmente, às quartas-feiras , das 19h30 às 21:30 durante o horário estabelecido para as reuniões de AC (Atividade complementar).
- A certificação se efetivará aos que apresentarem 75% de presença e participação nas atividades propostas.
- A avaliação será contínua e processual.

5.4 CRONOGRAMA DAS AÇÕES

DATA	TEMA	CARGA HORARIA
Maio Á combinar	<ul style="list-style-type: none"> • Violência sexual contra crianças e adolescentes: Impressões iniciais • Discutindo conceitos, desmistificação das afirmações do senso comum sobre a temática • Mitos e realidades sobre a violência sexual 	
<p>Indicação de material de apoio</p> <p>➤ TEXTO: Entendendo os conceitos, as causas e as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, Rita. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Educação, 2009.</p> <p>➤ FILME: HUSTON, Anjelica. Marcas do Silêncio. Filme: 97m. EUA: 1996. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qng3ONBORc&t=2093s</p> <p>➤ VÍDEO: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. O que é o Abuso Sexual? 1 vídeo (09min 01 seg) 2019 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=t9TV-Hm5wyw&t=5s</p>		
DATA	TEMA	CARGA HORARIA
Junho a combinar	<ul style="list-style-type: none"> • Consequências físicas, psicológicas e sociais nas vítimas, dos atos praticados de abuso e violência contra crianças e adolescentes. • Como agir ao identificar casos de violência - Indicadores da violência sexual • Exposição de indicadores físicos, emocionais, psicológicos e comportamentais 	10 horas
<p>Indicação de material de apoio</p> <p>TEXTO: Treinando o olhar do profissional para identificar a violência doméstica e o abuso sexual SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, Rita. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Educação, 2009.</p> <p>➤ FILME: Uma voz chama outra, histórias reais: Vídeo: (12min 35seg) 59m. Brasil: 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V6CX4zhTxVEs</p> <p>VÍDEO: Visão Mundial. Prevenção à violência sexual. 1 vídeo (11min 32 seg) 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VEI-fotjpYg</p>		
DATA	TEMA	CARGA HORARIA
Julho a combinar	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos legais: leis de proteção a criança e ao adolescente; • Denúncia e responsabilidade do professor; • Formas de encaminhamento • Identificação das potencialidades da escola no enfrentamento da violência sexual - Quem faz o quê na comunidade escolar 	10 horas
<p>Indicação de material de apoio</p> <p>➤ TEXTO: A legislação brasileira como instrumento de combate à violência sexual</p> <p>➤ TEXTO: A escola como espaço de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescente SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, Rita. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Educação, 2009.</p> <p>➤ TEXTO: A escola como espaço mais próximo da revelação da violência sexual e o cuidado de crianças e adolescentes.</p>		

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; GONÇALVES, Itamar Batista; VASCONCELOS, Gorete Vasconcelos; BARBIERI, Paola; NASCIMENTO, Vanessa. (Orgs.). Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes. Brasília, DF: EdUCB, 2014, pg. 131 -146.

➤ **DOCUMENTÁRIO:** UM CRIME Entre Nós. Direção: Adriana Yañez. Produção: Ana Lúcia Vilella, Estela Renner, Marcos Nisti e Luana Lobo. SÃO PAULO: Maria Farinha Filmes, . Documentário: 59m. Brasil: 2020.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fV1RmtYXsKU>

➤ **VÍDEO:** FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Como agir caso identifique que alguém é vítima de abuso? 1 vídeo (11min 13 seg) 2019

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IjPAZJ6a7Y0&t=33s>

DATA	TEMA	CARGA HORARIA
Agosto a combinar	<ul style="list-style-type: none"> ● A educação em sexualidade é a melhor forma de prevenção ● Como falar sobre sexualidade e prevenção do abuso sexual com crianças e adolescentes de acordo com cada faixa etária ● Estratégias de Ensino em Educação em sexualidade: Apresentando a Literatura Infantil sobre a temática da educação sexual e violência sexual contra crianças e adolescentes 	10 horas

Indicação de material de apoio: filmes, vídeos, textos e documentários

➤ **DOCUMENTÁRIO:** CHAFFE, Laís. O Canto de Cicatriz. Documentário: 19m. Brasil: 2005 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MRCuPSBc1W8>

➤ **VÍDEO:** FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. O que é educação sexual? 1 vídeo (13min 09 seg). 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls&t=191s

➤ **TEXTO:** CHILDHOOD BRASIL. Org. Educação sexual para a prevenção do abuso sexual de crianças e adolescentes. 2019.

Disponível em: <https://www.childhood.org.br/educacao-sexual-para-a-prevencao-do-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes>

➤ **TEXTO:** A educação sexual é a melhor forma de prevenção

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, Rita. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Educação, 2009.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS : REFLEXÕES NECESSÁRIAS

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um tema com múltiplas faces que reflete nas áreas da educação, saúde, serviço social, judiciário e na área das políticas públicas. Violência sexual consiste não só em uma violação à liberdade sexual do/a outro/a, mas também em uma violação aos direitos humanos de crianças e adolescentes, que fere a dignidade da pessoa humana e compromete o seu desenvolvimento pleno e saudável.

Sabe-se que a violência é demasiadamente prejudicial, afeta a saúde física e psíquica de qualquer vítima, e se tratando de uma criança, que ainda está em desenvolvimento, os danos são ainda mais profundos, pois interfere diretamente nos relacionamentos, na autoimagem, nos afetos e sensações de suas vítimas impedindo e/ou dificultando a vivência do prazer.

Ao longo deste estudo, procuramos, prioritariamente, compreender como o espaço escolar atua no processo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Percebemos que nos discursos dos colaboradores deste estudo, que a violência representa desconforto, ato desumano, amoral, abuso do corpo e ato sexual sem consentimento que fere a integridade humana, que não está voltado apenas para a relação sexual, mas tudo aquilo que não respeita o limite do outro.

Dada a complexidade em torno da violência sexual bem como dos seus impactos, se faz necessário propor um trabalho interdisciplinar para protegê-los, formando uma rede de apoio constituída por serviços formais que existem na comunidade (Conselho Tutelar, Escolas, Posto de Saúde, Programas de Assistência Social, ONGs, entre outros) e por pessoas que representem vínculos significativos para a criança/ adolescente.

A formação desta rede justifica-se pela importância de conduzir um trabalho articulado entre diversos profissionais (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, professores de diversas disciplinas, enfermeiros, médicos, advogados, etc.) que possibilite somar forças para pôr um fim ao ciclo de violência vivenciado pelas famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

A escola é reconhecida em diversos estudos como local ideal para a detecção e prevenção do abuso sexual infantil, uma vez que ela possui sua função social no que diz respeito à promoção de dignidade à vida. Para além disso, considerara-se que essas crianças passam o maior tempo do seu dia dentro desse espaço.

Os dados deste estudo investigativo elucidou que a relação de proximidades estabelecida entre professores e alunos permite que os/as professores/as conheçam as

características de cada aluno e percebam quando as mudanças ocorrem, sejam no humor, nos relacionamentos entre os alunos, na forma como se comportam, se estão mais agressivos, quando se isolam, etc. Isso faz com que os espaços escolares sejam locais primordiais na detecção, percepção de que algo possa estar acontecendo com aquele aluno, sendo um local de acolhimento dessas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a escola precisa reafirmar o compromisso de discutir e construir, coletivamente com a comunidade local, possibilidades de trabalhar conteúdos que sejam alternativas comprometidas com a dignidade, a liberdade, a igualdade de direitos e a integridade do ser humano, ou seja, alternativas de efetiva proteção. E deve estar disposta a fomentar ações que evidenciem a participação de pais, alunos e professores, por meio de oficinas, palestras e formações. Torna-se necessário ressaltar que essas ações só se viabilizam se no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição estiver proposta uma educação para a sexualidade.

É nesta premissa que vislumbramos como possibilidade do trabalho educativo no que diz respeito à violência sexual a sua tematização, colocando intencionalmente a questão para que seja objeto de estudo, discussão, reflexão, produção artística, expressão gráfica ou dramática, enfim, promovendo reflexões de como prevenir, denunciar e identificar, considerando os conteúdos, o currículo, o conhecimento de vida de pais, familiares e comunidade com o intuito de propiciar orientações e proteção. Assim como desenvolver habilidades que facilitam o professor a abordar o tema em sala de aula, por meio de histórias, filmes e oficinas, tendo em vista a proteção e a confiança.

Entendemos que essa pesquisa realizou um trabalho conjunto com os/as profissionais do Colégio Municipal, e não apenas investigou sobre seus saberes e suas práticas sobre a educação em sexualidade a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Compreendemos que a escola, para se tornar espaço de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, precisa de direito e de fato ser um ambiente democrático, no qual os atores sejam críticos e participativos e produtores de suas cidadanias, as informações, o conhecimento e os saberes sejam socializados e discutidos com e entre todos, para que assim haja o fortalecimento das práticas pedagógicas e educativas no combate à violência sexual.

Fica evidente que na maioria das vezes os mesmos possuem informações sobre a violência sexual, mas não se sentem preparados para lidar, pois precisam, para isto, se apropriar

de conhecimentos, se qualificarem para realizar ações práticas que envolvam a prevenção da violência sexual, a fim de diminuir o número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, atuando preventivamente antes que elas ocorram ou na detecção, oportunizando a intervenção dos profissionais responsáveis e competentes evitando, assim, que a situação se perpetue. Quanto mais cedo for a intervenção junto as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, maior a probabilidade de que elas possam ter amparo e tratamento adequados causando menor dano e sequelas psicológicas as vítimas.

Consideramos relevante esse período de colaboração com a escola e com os/as professores/as, pois trocamos e produzimos conhecimentos e percebemos que há muito a se discutir a respeito dessa temática, há muitos caminhos a serem percorridos e conquistados, que ainda existem muitos tabus a serem superados.

Desta forma os/as profissionais da Educação precisam ter conhecimento teórico sobre a violência sexual: tipos, efeitos, sinais, prevenção, notificação, etc; mas também é necessário ter conhecimentos sobre a sexualidade de crianças e adolescentes e suas implicações em um processo que demanda rever crenças e valores pessoais, a fim de desenvolver atitudes de acolhimento/compreensão de valores e costumes diversos aos seus percebendo a sexualidade como um direito de todo ser humano na busca de prazer e afetividade.

Para identificar e prevenir é preciso que os profissionais saibam lidar com as questões da violência, por isso, nos questionamos de que forma escola e professores vêm sendo formados para que haja a prevenção da violência sexual?

Entender e prevenir o problema da violência sexual requer discutir sexualidade com os/as profissionais da Educação e conseqüentemente com os/as educandos/as. Por isso defendemos a formação continuada desses profissionais, em educação em sexualidade, por se constituir num campo rico de possibilidades para a prevenção e identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes.

De modo geral, o estudo apontou para a importância da escola como sendo local ideal para a detecção da violência sexual contra crianças e adolescentes, logo os/as colaboradores apontam as necessidades e possibilidades de discussões sobre a temática por meio de formações: aos/as professores/as, aos/as alunos/as e familiares visando à proteção integral das crianças. Além disso, indicam que enfrentam desafios e dificuldades a respeito do abuso sexual infantil, uma vez que falta formação, aporte teórico e prático para lidar com a situação.

Destaca-se, por fim, a importância de relacionar a violência sexual com a sexualidade,

de discutir e preparar as crianças e os adolescentes para situações reais de violência, no sentido de que saibam lidar com tais situações, ao invés de fugirem e admitirem o pacto de silêncio que, costumeiramente, envolve vítimas de violência sexual.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: mitos e realidade**. 3. ed. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados. 2002. 60 p. Disponível em : https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf. Acesso em: 13 set. 2021

AGUIAR, E. V.; FERREIRA, C. A. J. Violência sexual contra crianças e adolescentes e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais: revisão integrativa de literatura. **Psicologia e Saúde em Debate**, Pato de Minas – MG, v. 6, n. 2, p. 80-96, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N2A6>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ALVARENGA, C. F.; DIAS, J. Um olhar sobre olhares: violências sexuais que borbulham no cotidiano. *In*: RIBEIRO, C. M.; ALVARENGA, C. F. **Borbulhando enfrentamentos às violências sexuais nas infâncias no sul de Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 2016, p. 281-295.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 546-555, 1998.

ARAÚJO, W. P.; MELO, P. S. L. Grupo Focal na Pesquisa em Educação. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2011, Teresina – PI. **Anais [...]**. Teresina: Universidade Federal do Piauí - UFPI, 2011. Disponível em:

ARCARI, C. Precisamos superar o mito de que a educação sexual pode erotizar crianças. **Futura**, 2018. Disponível em: <https://www.futura.org.br/educacao-sexual-na-infancia/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas: síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE N.º 27, de 25 de março de 2020**. Orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial. Salvador, Conselho Estadual de Educação, 2020. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/homologadares272020.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BAHIA. Diário Oficial. **Decreto nº 19.586, de 27 de março de 2020**. Ratifica declaração de Situação de Emergência em todo o território baiano, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Salvador: Diário Oficial, 2020. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/DECN19586DE27MARCO2020.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BAÍÁ, P. A. D. *et al.* Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes:

negação, retratação e fatores associados. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, p. 193-202, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-14>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BARAZETTI, P. C. **O desenho revelando a violência sexual**: da formação em serviço aos significados docentes. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo - RS, 2016.

BARBIERI, M. R.; CARVALHO, C. P.; UHLE, A. B. **Formação continuada dos profissionais de ensino**: algumas considerações. *Cadernos Cedes*, Campinas: Papirus, n. 36, p. 29-35, 1992.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradutores: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARROS, M. M. A. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos**: um estudo de caso em Juruti (PA). 2016. 251p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016.

BEZERRA, M. S. **Infância descolorida**: a criança vítima de violência sexual e o trabalho interdisciplinar. 2017. 152 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora. 1994.

BORGES, J. L.; DELL'AGLIO, D. D. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 371-379, 2008.

BOUDREAU, C. L. *et al.* Correlates of disclosure of sexual violence among Kenyan youth. **Child Abuse & Neglect**, Hamilton, Ontario, v. 79, p. 164-172, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.01.025>. Acesso em: 17 nov.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, v. 49, n. 27, jun. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. Disque 100: quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de->

violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015. Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069/90. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, ano CLIV, nº 66, 05 de abril de 2017. Seção 1, p. 01-03, 2017a.

BRASIL. Lei nº 14.022, de 7 de julho de 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, publicado em 8 de julho de 2020. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso: 14 de fevereiro de 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: BNCC, MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Epidemiológicas e morbidade: Violência doméstica, sexual e/ou outras violências**. Brasília: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS – DATASUS. Informações de Saúde (TABNET) [Internet], 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010, 104 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Viva: vigilância de violências e acidentes, 2013 e 2014**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde, 2017b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde**: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque 100**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/disque100>. Acesso em: 2 Jul. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, ECPAT Brasil, Conanda, Secretaria dos Direitos Humanos; 2013.

BRINO, R. F. **Professores como agentes da prevenção do abuso sexual infantil**: avaliação

de um programa de capacitação. 2006. Tese (Doutorado em Educação Especial)- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 113-128, 2003.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 209-229, 2008.

CAETANO, E. D. **Abuso sexual infantil**: compreensões de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica)- Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Lages-SC, 2019.

CAMARGO, A. M. F; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e infância(s)**: a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1999. Educação em pauta: temas transversais.

CANUTO, P. Q., *et al.* Epidemiologia de Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes nas Capitais Nordestinas. **Revista Semente**, Farol – Maceió, v. 6, n. 6, p. 258-269, 2011.

CASTELANI, T. M.; TARDELI, D. D. A prática docente no processo de identificação do abuso sexual infantil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 19, n. 38, p. 63-79, 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/10538/7288>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CHILDHOOD. Pela proteção da infância. **Childhood pela proteção da infância**, São Paulo, 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil> Acesso em: 17 maio 2021.

COSTA, A. C. G. **De menor a cidadão**: Notas para uma história do novo direito da infância e juventude no Brasil. Brasília: Editora do Senado, 1993.

COSTA, C. *et al.* Política educacional de enfrentamento à violência sexual: a experiência uruguaia e as possibilidades para avançar no Brasil. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 2, p. 229-255, 2020.

CUNHA, M. I. **Verbetes**: formação inicial e formação continuada. Enciclopédia de pedagogia universitária. Brasília: MEC/INEP, 2006.

DUBAR, C. **La socialisation**: construction des identités sociales et professionnelles. Paris: Armand Collin, 1991.

EASTON, S. D. Masculine norms, disclosure, and childhood adversities predict long-term mental distress among men with histories of child sexual abuse. **Child abuse & neglect**, Hamilton, Ontário, v. 38, n. 2, p. 243-251, 2014.

FAGUNDES, T. C. P. C. Educação Sexual e Formação do Professor-Necessidade e Viabilidade. **Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana-SBRASH**, Rio de Janeiro, v. 4,

n.2. 1993.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Brasília: MJ/DCA/UNICEF/VISÃO MUNDIAL/CECRIA, 2000.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação; 2. ed. 98 p. 2008.

FELDMAN, M. G.; HAGE, M. S.; PEREIRA, A. L. N. **As práticas pedagógicas e a formação docente: um elo a ser estreitado**. Curitiba: CRV, 2015.

FELDMANN, M. G. **Formação de professores e cotidiano escolar**. Formação de professores e escola na contemporaneidade. São Paulo: SENAC, p. 71-80, 2009.

FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-27.

FERREIRA, E. **A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar**. 2020. 233 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. D (org). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual no dia a dia**. Londrina: Eduel, 2013. 218 p.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

FINKELHOR, D. **Childhood victimization: violence, crime, and abuse in the lives of young people**. Oxônia: Oxford University Press, 2008.

FLICK, U. W. E. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa; Sônia Elisa Caregnato. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTES, L. F. C.; CONCEIÇÃO, O. C.; MACHADO, S. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2919-2928, set. 2017.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, p. 483-502, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUMAGALI, E. O. ;SANTOS C. C. A. Abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil em

tempos de COVID-19: a educação como forma de prevenção. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-Sergipe**, Aracajú, v. 6, n. 3, p. 171-171, 2021.

GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 252 p, 1997.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GASPAR, R. S.; PEREIRA, M. U. C. Evolução da notificação de violência sexual no Brasil de 2009 a 2013. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, p. e00172617, 2018.

GASPAROTTO, D. M.; MENEGASSI, R. J. Aspectos da pesquisa colaborativa na formação docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 948-973, 2016.

GATTI, B. **A Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. v. 10. Brasília: Liber Livro, 2012.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GAVA, T., VILLELA, W. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 157-171, , 2016.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GRAÇA, P.; FERRARESE, G. (org). **A violência silenciosa do incesto**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2004, 245 p.

HOHENDORFF, J. V.; HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. **Violência sexual contra meninos: Teoria e intervenção**. Curitiba: Juruá. 2014.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Jacobina**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/jacobina/panorama>. Acesso em: 20 nov. 2022.

IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. v. 1. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JACOBINA. **Lei 1.333, de 19/09/2015**. Plano Municipal de Educação Jacobina - Bahia: 2015-2025. 2015.

LANDINI, T. S. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011. Coleção educação e saúde, v. 4.

LEAL, C. P. **Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na Escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA**. 2016. 122 f.. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016.

LIMA, A. G. M. **Formação continuada de gestores de escolas públicas: um estudo sobre as políticas nacionais “Escola de Gestores” e “Programa de Formação e Certificação de Diretores Escolares”**. 2019. 182 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo)- Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de empresas de São Paulo, São Paulo, 2019.

LIMA, E. S.; MAIO, E. R. **Violência sexual contra criança: contributos para a formação docente**. 1. ed. Curitiba - PR: CRV, 2014. 180 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUND, R. G; MÂNICA, S.; MÂNICA, G. Collateral issues in times of covid-19: child abuse, domestic violence and femicide. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, 2020.

MAIA, A. C. B. Abuso sexual infantil. *In*: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (eds). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/UNESP: CECEMCA; 2005. p.143-158.

MARTELLI, A. C. **O imaginário da sexualidade nas vozes de professoras**. 2009. 116 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MATOS, R. T. **Violência sexual contra crianças na idade pré-escolar: em foco a percepção de nove gestoras dos Centros Municipais de Educação Infantil da DDZ/leste II da cidade de Manaus/AM**. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

MEDEIROS, S. A.; CARVALHO, A. C. S; SILVA, E. M. Escola como espaço de prevenção da violência sexual. *In*: SIMPÓSIO DE PESQUISA E DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO UGB, 7., 2019, Volta Redonda. **Anais [...]**, Volta Redonda: UGB, 2019. Disponível em: <http://revista.ugb.edu.br/index.php/simpósio/article/view/1276>. Acesso em: 27 set. 2021

MERCÊS, T. S. T. **A Produção de conhecimento sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de ciclo de estudo e reflexão em uma escola de Belém – PA**. 2020. 208 f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica na

área de concentração de Educação Básica)- Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MEYER, C. A. Livro **“O que é privacidade?”**: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual)- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2017a.

MEYER, F. **Análise do jogo “trilha da proteção”**: como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para a violência sexual infantil. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual)- Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2017b.

MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violências: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. *In*: NJAINE, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. (orgs.). **Impactos da Violência sobre a Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

MINAYO, M. C. S.. A violência dramatiza causas. *In*: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 33-47.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: 12 mar. 2022.

NERI, J. F. O. **Currículo escolar e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente no município de São Paulo**. 2018. 315 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

NERY, C. L. P. D. *et al.* Caracterização e análise espacial da violência sexual contra crianças e adolescentes na Bahia. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 9, n. 7, p. e716974661-e716974661, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342139551_Caracterizacao_e_analise_espacial_da_violencia_sexual_contra_crianças_e_adolescentes_na_Bahia. Acesso em: 3 mar. 2022.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papyrus, 2005.

OLIVEIRA, C. F. V.; LIMA, C. A. Educação e violência sexual contra crianças e adolescentes: Percepções na formação de professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal. *Revista Geopantanal*, Corumbá, v. 12, n. 11, especial, 2016.

OLIVEIRA, M. **“Entre” Chapeuzinhos vermelhos e lobos maus: o abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento**. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife-PE, 2018.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: Universidade Federal de Goiás - UFG, 2011.

OLIVEIRA, M. **Políticas públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: planos Municipais de Educação do Estado do Paraná como documentos de (não) promoção da discussão**. 136 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU Flagship Report on Disability and Development: Realization of the sustainable development goals by, for and with persons with disability. **United Nations**, 2018.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE [Internet]. Folha Informativa COVID-19. **Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**, 2020.

PERRENOUD, P. A divisão do trabalho entre formadores de professores: desafios emergentes. In: ALTET, M.; PAQUAY, L.; PERRENOUD, P. (org.). **A profissionalização dos formadores de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PIMENTA, S. G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências na formação e na atuação docente. In: PIMENTA, S. G. **Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Loyola, p. 25-64, 2006.

PLATT, V. B. *et al.* Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1019-1031, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>. Acesso em: 3 mar. 2023.

POPULATION REPORTS. **Como satisfazer as necessidades dos jovens adultos**. Baltimore: The Johns Hopkins University. 1995.

PROFESSOR ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Escola. [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IQxkYLYEvuw>. Acesso: 14 de SETEMBRO de 2021.

RISTUM, M. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. **Temas em Psicologia**, Riveirão Preto, v. 18, n. 1, p. 231-242, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100019. Acesso em: 3 mar. 2023.

ROCHA, T. Da violência à denúncia: a violência sexual e os recursos médicos-assistenciais. In: PIZZÁ, G.; BARBOSA, G. F. (orgs.). **A violência silenciosa do incesto**. Rio de Janeiro: Clínica Psicanalítica da Violência, 2004, p.92-104.

SÁ, C.M.Q., *et al.* Uso de tecnologia educativa entre professores para identificação de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes: relato de experiência. **Mostra Interdisciplinar do curso de Enfermagem**, [S.l.], v. 3, n. 1, 2019.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, São Carlos, v. 11, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.1590%2Fs1413-35552007000100013>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2005.

SANTOS, B. R. D., & Ippolito, R. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood-Instituto WCF-Brasil. 2009.

SANTOS, B. R.; IPPOLITO, R. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica: EDUR, 2011.

SANTOS, M. J. *et al.* Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola-Brasil, 2010-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 27, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000200010>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SAVIANI, D. Educação no Brasil: concepção e desafios para o século XXI. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 3, jul. 2001. Disponível em: <https://fe-old.fe.unicamp.br/publicacoes/lancamentos/4594>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCODELARIO, A. S. A família abusiva. In: FERRARI, D. C. A.; Vecina, T. C. C. (eds.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, p. 95-106, 2002.

SENA, C. A.; SILVA, M. A.; FALBO NETO, G. H. Incidência de violência sexual em crianças e adolescentes em Recife/Pernambuco no biênio 2012-2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1591-1599, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.18662016>. Acesso em: 3 fev. 2022.

SIECUS - SEXUALITY INFORMATION AND EDUCATION COUNCIL OF THE UNITED STATE. **Guidelines for comprehensive sexuality education: kindergarte-12th grade**. 3. ed. EUA: SIECUS, 2004.

SILVA, L. I.; HAGE, S. Violência e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Desafios para a Atuação da Rede de Proteção aos Direitos Humanos na Amazônia. In: OLIVEIRA, A. C. (org.). **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Cenários amazônicos, rede de proteção e responsabilidade empresarial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SPAZIANI, R. B.; MAIA, A. C. B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100007. Acesso em: 23 out. 2021.

SPAZIANI, R. B.; VIANNA, C. P. Violência sexual contra crianças: a categoria de gênero nos estudos da educação. **Educação Unisinos**, Leopoldo, v. 24, n. 1, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.16>.

Acesso em: 15 jan. 2022.

TEO, S.; GRIFFITHS, G. Child protection in the time of COVID-19. **Journal of Paediatrics and Child Health**, [S.l.], v. 56, n. 6, p. 838-840, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32468616/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. COVID-19 causa interrupção nos serviços de proteção a criança em mais de 100 países. **UNICEF**, 2020. Dispon[ível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-causa-interrupcoes-nos-servicos-de-protecao-da-crianca-em-mais-de-100-paises>. Acesso em: 4 nov. 2021.

VAGLIATI, A. C. **Gritos do silêncio**: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, Paraná, 2014.

WARD, C. L. *et al.* Sexual violence against children in South Africa: a nationally representative cross-sectional study of prevalence and correlates. **The Lancet Global Health**, [S.l.], v. 6, n. 4, p. 460-468, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(18\)30060-3](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(18)30060-3). Acesso em: 6 set. 2021.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Status Report on Violence Prevention 2014**. Geneva: WHO, 2014.

ZEICHNER, K. El maestro como profesional reflexivo. **Cuadernos de pedagogía**, Las Rozas – Madri, v. 220, p. 44-49, 1993.

ZWI, K. *et al.* School-based education programmes for the prevention of child sexual abuse. **Campbell Systematic Reviews**, [S.l.], v.3, n.1, 1-40.2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17636754/>. Acesso em: 19 out. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS IV – JACOBINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE – PPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - MPE**

PROJETO DE PESQUISA: “Educação em sexualidade: enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar”

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Jesiane da Luz Oliveira (Mestranda); Maria José Souza Pinho (Orientadora).

Data da Entrevista: ____/____/____

Bloco I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

OBJETIVO: Traçar o perfil identitário do/a colaborador/a (sexo, idade, séries e disciplinas que leciona, número de alunos atendidos, trajetória profissional, formação acadêmica)

- Pássaro que se identifica: _____
- Sexo: _____ Idade: _____
- Turmas/anos que leciona: _____ Disciplinas que leciona _____
- Número de alunos atendidos : _____ Ch na escola _____
- Tempo de efetivo exercício na docência: _____ Na instituição _____
- Formação acadêmica: _____
- Recentes cursos de formação _____

BLOCO 2 Compreensão do fenômeno da violência sexual – conceito, consequências e identificação de sinais.

• **OBJETIVO:** Conhecer como os professores lidam com a violência sexual, se sabem identificar os sinais de violência e suas ações frente a esse fenômeno

1. Você sabe definir violência sexual?
2. Você saberia identificar as consequências que a violência sexual pode acarretar?
3. Você já observou alunos em situações de violência, já identificou sinais de violência sexual em alunos?

BLOCO 3 - A escola como espaço de proteção e prevenção da violência sexual

- **OBJETIVO:** Identificar a atuação e a participação da escola no enfrentamento da violência sexual
- 4. Como você percebe a atuação e a participação escola no que tange ao enfrentamento da violência sexual?
- 5. Quais ações você considera importantes para serem implementadas na escola, considerando a proteção de crianças e adolescentes

BLOCO 4 - A educação em sexualidade e o enfrentamento da violência sexual

OBJETIVO: Identificar as (im)possibilidades e os desafios em abordar educação em sexualidade

6. Durante a sua formação inicial, foi discutido sobre violência sexual?
7. Já Participou de algum curso de formação que trate ou aborde violência sexual e educação em sexualidade?
8. Qual a importância que você atribui a educação sexual na escola? Como você acha que poderia abordar esse tema na escola?
9. Como você se sente em abordar educação sexual em sala de aula?
10. O que a instituição já faz e o que ainda pode ser feito para que a educação em sexualidade faça parte do currículo escolar?

APÊNDICE B – ROTEIROS DO GRUPO FOCAL

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS IV – JACOBINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE – PPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - MPED**

PROJETO DE PESQUISA: “Educação em sexualidade: enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar”

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Jesiane da Luz Oliveira (Mestranda); Maria José Souza Pinho (Orientadora).

ROTEIRO GRUPO FOCAL 1

Data: 24/08/2022 – Quarta-feira

Horário de início: 19h30

Local: Colégio Gilberto Dias de Miranda – Sala de multimídia 1

Momento 1: Recepção, apresentação dos objetivos do encontro;

Informar aos participantes a forma de registro do trabalho e a obtenção da anuência das colaboradoras quando iniciada, assim como informar sobre a garantia de sigilo dos nomes das colaboradoras. O grupo focal será gravado através do gravador do celular posicionados no centro da mesa. – O moderador deve explicitar seu papel, que é o de introduzir a discussão e a manter acesa; enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; buscar as "deixas" de comunidade da própria discussão e fala dos participantes; construir relações com os informantes para aprofundar, individualmente, respostas e comentários considerados relevantes pelo grupo.

Momento 2 – Discussão de casos emblemáticos : O caso araceli

Araceli Cabrera Sanches, uma criança de oito anos de idade, na tarde do dia 18 de maio de 1973 saiu mais cedo da escola, o Colégio São Pedro autorizada pela mãe que era viciada em cocaína e possivelmente traficante de drogas, para levar um envelope até um prédio no centro da cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo quando foi drogada, espancada, estuprada e morta por membros de uma tradicional família Capixaba. Muita gente acompanhou o desenrolar do caso, entretanto, poucos foram capazes de denunciar o acontecido. Sua morte, contudo, ainda causa indignação e revolta. A morte de Araceli serviu de alerta para toda a sociedade brasileira, expondo a realidade de violências cometidas contra crianças. Pela brutalidade, a data da morte de Araceli tornou-se um símbolo da luta contra violação dos direitos humanos. Em 1998, por iniciativa de cerca de entidades públicas e privadas, reunidas na Bahia, foi instituído o dia 18 de Maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil. E vinte e sete anos depois de sua morte foi transformada no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes pelo Congresso Nacional pela Lei Federal nº. 9.970 DE 17 de Maio de 2000 e, todos os anos, entidades governamentais e não governamentais, e representantes da sociedade civil utilizam essa data para reflexões, debates e, especialmente, para avaliar e medir o nível de proteção das nossas crianças.

Questões disparadoras :

- Qual é o seu papel diante de uma situação de violência sexual?
- O que você conhece sobre as leis que protegem as vítimas?

Sobre as leis de proteção a criança e ao adolescente, é possível afirmar que a denúncia é responsabilidade do professor. Vocês conhecem as formas de encaminhamento?

Momento 3 – Realização do Quiz - Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - I - Quiz -

Momento 4 : Lanche

Momento 5: Exposição do vídeo: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. O que é o Abuso Sexual? 1 vídeo (09min 01 seg) 2019 - Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=t9TV-Hm5wyw&t=5s>

Síntese: Retomada e validação das ideias centrais do debate.

Encerramento: Agradecimento e organização para os próximos encontros.

ROTEIRO GRUPO FOCAL 2

Data: 31/08/2022 – Quarta-feira

Horário de início: 19h30

Local: Colégio Gilberto Dias de Miranda – Sala de multimídia 1

Momento 1: Recepção, apresentação dos objetivos do encontro e síntese do encontro anterior.

Momento 2: Discussão do texto: O essencial é invisível aos olhos: impactos da violência sexual na subjetividade de crianças e de adolescentes

Werneck, A. F.; Gonçalves, I. B., & Vasconcelos, M. G. (2014). O essencial é invisível aos olhos: impactos da violência sexual na subjetividade de crianças e adolescentes. In B. R. Santos, I. B. Gonçalves, M. G. Vasconcelos & V. N. Viana. Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos (pp. 69-88). Brasília/DF: Ed. UCB.

Questões disparadoras:

Como vocês percebem a escola e sua atuação como espaço de proteção às crianças e aos adolescentes?

No contexto da nossa escola, o professor e a instituição tem exercido o papel de agente de proteção?

Como vem sendo abordado o tema do abuso sexual na sua escola?

Diante da imensidão dessa escola como já identificaram o abuso? Será que nossos alunos crianças e a adolescentes avisam de alguma forma que estão sofrendo violência sexual. De que forma?

Momento 3: Dinâmica - Conhecer para prevenir –Conheça alguns mitos e realidades sobre o abuso sexual

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, Rita. Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Educação, 2009.

Momento 4 : Lanche

Momento 5: Exposição do vídeo: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Como agir caso identifique que alguém é vítima de abuso? 1 vídeo (11min 13 seg) 2019

Síntese: Retomada e validação das ideias centrais do debate.

Encerramento: Agradecimento e organização para os próximos encontros.

ROTEIRO GRUPO FOCAL 3

Data: 20/09/2022 – Terça-feira

Horário de início: 19h30

Local: Colégio Gilberto Dias de Miranda – Sala de multimídia 1

Momento 1: Recepção, apresentação dos objetivos do encontro e síntese do encontro anterior.

Momento 2: Leitura e discussão das reportagens:

Dez alunos denunciam abusos no ambiente familiar após assistirem a palestras sobre violência sexual em escola

Segundo a PM, funcionário da prefeitura foi preso após uma das denúncias e outros três homens prestaram depoimento. Caso é investigado pela Polícia Civil.

Questões disparadoras:

- Aqui na escola já houve discussões, formações e atividades complementares, que entraram nessa temática ou que realizaram atividades que tratem sobre educação em sexualidade?
- Como os docentes do Colégio Gilberto Dias de Miranda tem trabalhado a educação sexual com seus alunos?
- Quais as dificuldades dos docentes em trabalhar a educação sexual com os alunos?

Momento 3 : Discussão dos textos: Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras

SPAZIANI, R.B.; MAIA, A.C.B. “Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professores”. Revista Psicopedagogia, vol. 32, n. 97, 2015

Momento 4 : Lanche

Momento 5: Exposição do vídeo: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. O que é educação sexual? 1 vídeo (13min 09 seg). 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=l_YzXUrL6Ls&t=191s

Síntese: Retomada e validação das ideias centrais do debate.

Encerramento: Agradecimento e organização para os próximos encontros.

APÊNDICE C - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARE.....



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS IV – JACOBINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE – PPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - MPED



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTAPESQUISASEGUIRÁOSCRITÉRIOSDAÉTICAEMPESQUISACOMSERESHUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº466/12E
510/2016 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do/a Participante:

Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço:

_____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: ____ CEP: _____

Telefone: () _____ / () _____ /

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA: TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: “Educação em sexualidade: enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar” **PESQUISADORA RESPONSÁVEL:** Jesiane da Luz Oliveira (Mestranda); Maria José Souza Pinho (Orientadora).
Cargo/Função: Pesquisadora.

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “ Educação em sexualidade: enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar”, de responsabilidade da pesquisadora Jesiane da Luz Oliveira , sob a orientação de Maria José Souza Pinho, docente da Universidade do Estado da Bahia. O objetivo é compreender como o espaço escolar atua no processo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Caso aceite, você participará da construção dos dados da pesquisa, que ocorrerá por meio dos seguintes dispositivos: Entrevista semiestruturada e Grupos Focais. Ressaltamos que o texto final da pesquisa é de responsabilidade da pesquisadora.

As entrevistas serão gravadas em gravador de voz, com a autorização do entrevistado, sendo que a gravação poderá ser ouvida ao final. Os entrevistados poderão fazer qualquer pergunta ou pedir esclarecimento sobre a pesquisa e retirar seu consentimento a qualquer momento deixando de participar do estudo sem que isto lhe traga qualquer prejuízo. Será preservada a identidade e a privacidade dos entrevistados.

Estão previstos três (03) grupos focais, com periodicidade quinzenal, sendo o primeiro grupo programado para ocorrer em Agosto de 2022. Cada Grupo Focal terá duração mínima de 60 minutos e máxima de 90 minutos e será estruturado em três momentos: acolhimento, desenvolvimento e discussão do tema, planejado anteriormente pela pesquisadora. As datas e horários dos encontros serão definidos em comum acordo com os/as participantes de modo que não interfiram em suas rotinas.

Esta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios tanto para área de educação como para os participantes, tais como:

- Compreender a pesquisa como elemento relevante, para para todos/as nós educadores/as do ensino fundamental I e II, visto que existe lacunas existentes na formação inicial e continuada que limitam professores a pensarem na violência sexual como sendo uma problemática presente no cotidiano da escola.
- Participar como coautor de uma construção de um produto final para ser implementado em nossa escola , o lócus da pesquisa, através de discussões e debates ampliando os conhecimentos através do estudo de materiais teóricos pertinentes e da interação entre participantes.
- Contribuir com a escola na compreensão dos diversos olhares existentes sobre a importância da educação sexual na prevenção da violência sexual de crianças e adolescentes, trazendo novos conhecimentos, também, à rede de proteção.

É nosso dever ético destacar que os participantes também podem enfrentar possíveis riscos (nível mínimo) durante a realização da pesquisa, tais como:

- Desconforto diante dos assuntos tratados, ou ainda decorrente da possibilidade de podendo talvez mobilizar alguns sentimentos desagradáveis, visto a temática tratada;
- Sentir cansaço no momento da participação enquanto sujeitos colaboradores de pesquisa;
- Sentir-se vigiado/a com relação ao trabalho desenvolvido enquanto docente.

Reafirmamos que os riscos são mínimos, haja vista que o cuidado e zelo com as dimensões psíquica, moral, intelectual, social, cultural dos participantes está como prioridade do trabalho. Para tanto, previmos as seguintes estratégias para eliminar ou diminuir esses riscos:

- Para minimizar tais desconfortos, o participante poderá se sentir à vontade para responder às questões;
- Será garantido o resguardo e sigilo quanto à participação e informações fornecidas ao longo dos grupos focais;
- Primando pela privacidade e por seu anonimato, os participantes escolherão seus pseudônimos;
- Centrar ações para consolidação de diálogos propositivos e reflexivos para educação em sexualidade e prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Redirecionar o diálogo sempre que desencadear um gatilho emocional;
- Garantir aos participantes privacidade nos encontros, que serão realizados em uma sala afastada das demais e sem circulação de outras pessoas;
- Garantir aos participantes que a qualquer momento podem desistir de participar e retirar sua autorização para participação na pesquisa. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Destacamos ainda que sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras, você tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa.

Quaisquer dúvidas que você tiver serão esclarecidas pela pesquisadora e você poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Como garantias, você terá acesso, a qualquer tempo, às informações sobre procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, inclusive para dirimir eventuais dúvidas.

Manteremos, sob nossa guarda, pelo período de 05 (cinco) anos sob a responsabilidade do Pesquisador/a Jesiane da Luz oliveira, todos os dados e documentos da pesquisa, sendo estes armazenados na sala do Grupo de Pesquisa (Grupo de Estudos em Educação Científica-GEEC) da Universidade do Estado da Bahia. Após transcorrido esse período, os mesmos

serão destruídos.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Jesiane da Luz Oliveira

Endereço: Rua Antônio Vieira de Mesquita, nº238 , Bairro Felix Tomaz , Jacobina- BA.

Telefone:(74) 99808-9043 **E-mail:** jesianeoliveira@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB Avenida Engenheiro Oscar Pontes, s/n, antigo prédio da Petrobrás, 2º andar, sala de 23, Água de meninos, Salvador-BA. CEP: 40460-120. Tel.: 71 3312-3420 71 3312-5057 71 3312-3093, ramal 250, e-mail: cepuneb@uneb.br.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End:SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Após ter sido devidamente esclarecido pela pesquisadora sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “Educação em sexualidade: enfrentamento e prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário. Consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada a pesquisadora e outra a via a mim.

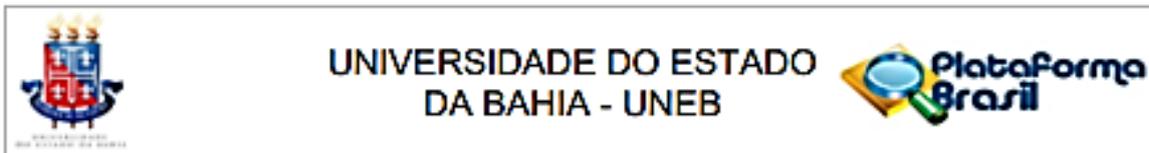
Jacobina, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Jesiane da Luz Oliveira
(orientanda)

Maria José Souza Pinho
(orientadora)

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESPAÇO

Pesquisador: Jesiane da Luz Oliveira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58990322.2.0000.0057

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.518.549

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em educação e diversidade – PPGED do Departamento de Ciências Humanas (DCH) - Campus IV da UNEB.

O estudo é *qualitativo, inspirado na pesquisa-ação do tipo colaborativa, pois, possui um conjunto de características específicas como: está relacionada à formação de pessoas, é democrática e participativa, possui uma problemática, promove a reflexão, muda as concepções dos participantes num processo de aprendizagem coletiva para buscar melhorar situações da prática, buscando realizar um trabalho conjunto com os/as profissionais do Colégio Municipal, e não apenas investigando sobre seus saberes e suas práticas sobre a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Os 10 participantes da investigação serão docentes do Colégio Gilberto Dias de Miranda. Para contribuir com o levantamento do conteúdo, serão realizadas entrevista individualizada semiestruturada e oficinas de grupo focal com docentes no espaço escolar sobre educação em sexualidade e violência sexual com intuito de conhecer as informações que estes possuem sobre a temática. Na perspectiva de desenvolver um produto educacional (um guia de orientação ao professor) que promova maior conhecimento do assunto entre os docentes da educação básica, que possa auxiliar a escola a trabalhar a educação sexual na prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes*. As entrevistas serão gravadas em gravador de voz, com a autorização do entrevistado, sendo que a gravação poderá ser ouvida

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos **CEP:** 40.460-120
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 **Fax:** (71)3612-1300 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.518.549

ao final. Quanto aos grupos focais, estão previstos três (03) grupos focais, com periodicidade quinzenal, sendo o primeiro grupo programado para ocorrer em Agosto de 2022. Cada Grupo Focal terá duração terá duração mínima de 60 minutos e máxima de 120 minutos e será estruturado em três momentos: acolhimento, desenvolvimento e discussão do tema, planejado anteriormente pela pesquisadora.

Hipótese:

Questões norteadoras, quais sejam: Esta investigação trata-se de uma pesquisa qualitativa, e, portanto, não propomos hipóteses, mas sim, questões norteadoras, quais sejam: Quais as ações educativas podem ser pensadas na promoção de direitos e na prevenção das violências? Há ações concretas a partir da formação dos profissionais da educação para atuação junto à comunidade escolar para garantir o enfrentamento ou prevenção da violência sexual? Quais ações educativas a escola poderá desenvolver a partir das formações para a prevenção das violências e promoção de direitos de seus estudantes? Sobre o olhar da dimensão pedagógica e curricular a escola pode ser considerada um lugar por excelência na rede de enfrentamento da e violência sexual contra crianças e adolescentes?

Objetivo da Pesquisa:

Compreender como o espaço escolar atua no processo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: *Desconforto diante dos assuntos tratados, ou ainda decorrente da possibilidade de podendo talvez mobilizar alguns sentimentos desagradáveis, visto a temática tratada; Sentir cansaço no momento da participação enquanto sujeitos colaboradores de pesquisa; Sentir-se vigiado/a com relação ao trabalho desenvolvido enquanto docente*. No TCLE a pesquisadora diz que: *reafirmamos que os riscos são mínimos, haja vista que o cuidado e zelo com as dimensões psíquica, moral, intelectual, social, cultural dos participantes está como prioridade do trabalho. Para tanto, previmos as seguintes estratégias para eliminar ou diminuir esses riscos: Para minimizar tais desconfortos, o participante poderá se sentir à vontade para responder às questões; Será garantido o resguardo e sigilo quanto à participação e informações fornecidas ao longo dos grupos focais; Primando pela privacidade e por seu anonimato, os participantes escolherão seus pseudônimos; Centrar ações para consolidação de diálogos propositivos e reflexivos para educação em sexualidade e prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos CEP: 40.460-120
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 Fax: (71)3612-1300 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.518.549

adolescentes; Redirecionar o diálogo sempre que desencadear um gatilho emocional; Garantir aos participantes privacidade nos encontros, que serão realizados em uma sala afastada das demais e sem circulação de outras pessoas; Garantir aos participantes que a qualquer momento podem desistir de participar e retirar sua autorização para participação na pesquisa. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição”.

Vale à informação, de forma geral, que o risco mencionado na Plataforma Brasil se enquadra intimamente com a vulnerabilidade do participante. Essas possibilidades trazem uma perspectiva de ação nas várias áreas inerentes à vida do ser humano, incluindo a possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual e profissional do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente.

Destacamos que a informação dos possíveis riscos da pesquisa fornecida aos participantes tem a função educacional de proporcionar o entendimento e a correlação da experiência de vida dele (o participante) com o objeto do estudo e os processos de registro de dados para decidirem se querem/podem/devem ou não participar, sabendo que tem possibilidade mínima do desconforto, constrangimento ou cansaço, sempre no foco de promover ainda mais a dignidade dos envolvidos. Considerando-se a partir deste entendimento a decisão da participação ou não, pois só com o conhecimento pleno das circunstâncias da pesquisa pode-se exercer a autonomia em plenitude.

Outro aspecto que se vislumbra com essa informação é que ao correlacionar a experiência de vida, o objeto e os dispositivos de registro de dados, o participante evita de participar se entender que há a possibilidade da maleficência por conta das suas experiências e o/a pesquisador/a livra-se de embaraços e até possíveis processos.

Evidencia-se com essas informações/ações a tentativa de manter-se a dignidade, além de colocar em “tela” que a variável dominante não é a pesquisa e sim a experiência de vida do participante e a vasta possibilidade de não se conhecer a pleno todas as experiências de vida dos seres humanos envolvidos na pesquisa.

Comentário: A Pesquisadora cita riscos e no TCLE elenca forma de minimiza-los. Não há especificação sobre o cumprimento das normas sanitárias relativas à COVID-19 para realização de coleta, vez que as entrevistas serão presenciais.



Continuação do Parecer: 5.518.549

Segundo a Resolução 466/2021, "estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida ou impedida, ou de qualquer forma estejam impedidos de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido" caracteriza situação de vulnerabilidade.

No projeto detalhado não fica claro como o pesquisador buscará o momento, condição e local mais adequados para que os riscos sejam minimizados. No TCLE apreço tais informações.

Benefício:

Segundo a normativa o benéfico de uma pesquisa deve contribuir para a melhoria da atividade estudada de alguma forma, sendo diretamente ao participante da pesquisa ou indiretamente propondo melhorias nos processos que envolvem a formação da atividade.

A pesquisador descreve na brochura e no TCLE que como benefícios a pesquisa possibilitará à participante: "Compreender a pesquisa como elemento relevante, para todos/as nós educadores/as do ensino fundamental I e II, visto que existe lacunas existentes na formação inicial e continuada que limitam professores a pensarem na violência sexual como sendo uma problemática presente no cotidiano da escola. Participar como coautor de uma construção de um produto final para ser implementado em nossa escola, o lócus da pesquisa, através de discussões e, debates ampliando os conhecimentos através do estudo de materiais teóricos pertinentes e da interação entre participantes. Contribuir com a escola na compreensão dos diversos olhares existentes sobre a importância da educação sexual na prevenção da violência sexual de crianças e adolescentes, trazendo novos conhecimentos, também, à rede de proteção".

Comentário: A pesquisadora informa os benefícios diretos e indiretos as participantes dentro da eticidade no projeto e no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Destacamos que todos os comentários deste parecer são baseados na correlação dos princípios éticos (autonomia, não maleficência, beneficência, equidade e justiça) com os aspectos da pesquisa (objeto, participante, metodologia e aspectos do campo). Sempre na perspectiva da orientação e sem julgamento de valores, conforme preconiza a ética no seu significado mais

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos CEP: 40.460-120
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 Fax: (71)3612-1300 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.518.549

profundo que é propor a dignidade humana.

A pesquisa poderá compreender como o espaço escolar atua no processo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O projeto assume-se como estudo qualitativo com participação de 10 professores/as por meio de entrevistas gravadas em áudio e grupo focal.

Em acordo com a Resolução CNS 499/2012 é necessário cumprir as seguintes premissas:

O orçamento: Em conformidade;

Instrumentos de coleta de dados: Em conformidade.

Cronograma: Em conformidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da eticidade, conforme segue:

1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em consonância;

2 – Termo de confidencialidade: Em consonância;

3 – A autorização institucional da proponente: Em consonância;

4 – Folha de rosto: Em conformidade;

5 – O TCLE: Em consonância;

6 – Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em consonância;

A título de orientação, na página portal.uneb.br/comitedeetica tem os modelos dos termos que precisam ser ajustados e orientações em geral para edição do protocolo de pesquisa.

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra-se aprovado para a execução uma vez que

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos CEP: 40.460-120
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 Fax: (71)3612-1300 E-mail: cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 5.518.549

atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1952374.pdf	24/05/2022 00:38:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_JESIANE_DA_LUZ_OLIVEIRA.docx	24/05/2022 00:36:43	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_da_consentimento_livre_e_esclarecido_JESIANE_DA_LUZ_OLIVEIRA.doc	24/05/2022 00:35:53	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_INSTITUCIONAL_PROPOSTANTE.pdf	24/05/2022 00:33:41	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito
Outros	TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE_JESIANE_DA_LUZ_OLIVEIRA.pdf	24/05/2022 00:31:34	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito
Declaração de concordância	DECLARACAO_DE_CONCORDANCIA_COM_O_DESENVOLVIMENTO_DA_PESQUISA_JESIANE_DA_LUZ_OLIVEIRA.pdf	24/05/2022 00:29:54	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO_DO_PESQUISADOR_JESIANE_DA_LUZ_OLIVEIRA.pdf	24/05/2022 00:28:17	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_DETALHADO_DO_PROJETO_JESIANE_DA_LUZ_OLIVEIRA.doc	24/05/2022 00:26:49	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO_DE_AUTORIZACAO_INSTITUCIONAL_DA_COPARTICIPANTE_JESIANE_DA_LUZ.pdf	24/05/2022 00:25:37	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	24/05/2022	Jesiane da Luz	Aceito

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos CEP: 40.460-120
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3612-1330 Fax: (71)3612-1300 E-mail: cepuneb@uneb.br



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB



Continuação do Parecer: 5.518.549

Cronograma	CRONOGRAMA.docx	00:24:19	Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_PARA_PESQUIS A_ENVOLVENDO_SÉRES_HUMANOS JESIANE_DA_LUZ.pdf	24/05/2022 00:21:44	Jesiane da Luz Oliveira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 09 de Julho de 2022

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 3º andar, sala 1, Água de Meninos,
Bairro: Água de Meninos CEP: 40.460-120
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3512-1330 Fax: (71)3512-1300 E-mail: cepuneb@uneb.br